




Coleção
Documentos
25

GUERRA CIVIL NO SUL DO BRASIL:

TEXTOS ACERCA DA REVOLUÇÃO
FEDERALISTA

(ANTÔNIO AUGUSTO DE AZEVEDO
E ÂNGELO DOURADO)

FRANCISCO DAS NEVES ALVES
MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



**GUERRA CIVIL NO SUL DO BRASIL:
TEXTOS ACERCA DA REVOLUÇÃO
FEDERALISTA (ANTÔNIO
AUGUSTO DE AZEVEDO E ÂNGELO
DOURADO)**





DIRECTORA: MARÍLIA PULQUÉRIO FUTRE PINHEIRO



DIRETORIA

PRESIDENTE – FRANCISCO DAS NEVES ALVES

VICE-PRESIDENTE – PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL

DIRETOR DE ACERVO – MAURO PÓVOAS

1º SECRETÁRIO – LUIZ HENRIQUE TORRES

2º SECRETÁRIO – RONALDO OLIVEIRA GERUNDO

TESOUREIRO – VALDIR BARROCO

Francisco das Neves Alves
Marcelo França de Oliveira

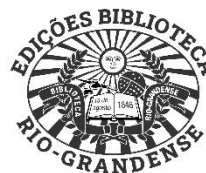
GUERRA CIVIL NO SUL DO BRASIL: TEXTOS ACERCA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (ANTÔNIO AUGUSTO DE AZEVEDO E ÂNGELO DOURADO)



- 25 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2020

Ficha Técnica

Título: Guerra civil no sul do Brasil: textos acerca da Revolução Federalista (Antônio Augusto de Azevedo e Ângelo Dourado)

Autores: Francisco das Neves Alves e Marcelo França de Oliveira

Coleção Documentos, 25

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: Registro fotográfico por ocasião da tentativa de invasão do Rio Grande (1894)

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2020

ISBN – 978-65-87216-10-2

Os autores:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018) e à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e quarenta livros.

Marcelo França de Oliveira é Doutor em História da Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Foi professor substituto no Instituto de Ciências Humanas e da Informação na FURG e professor na Universidade Aberta do Brasil. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas e editor na Editora Casalettras, de Porto Alegre, tendo editado mais de 200 obras. Possui 16 livros publicados entre autoria, coautoria e organização, além de assinar o posfácio da edição eletrônica brasileira de "As Cidades e as Serras", de Eça de Queiroz.



Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)
António Ventura (Universidade de Lisboa)
Beatriz Weigert (Universidade de Évora)
Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)
Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS)
Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Francisco Topa (Universidade do Porto)
Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)
Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)
João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)
José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)
Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)
Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Tania Regina de Luca (UNESP)
Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Virgínia Camilotti (UNIMEP)

É mais digna a nossa campanha que se levanta contra os governos abastardados, que querem governar agachados por detrás das muralhas fortes dos canhões, donde mandam despejar metralhas contra as muralhas da opinião, que não quer ajoelhar-se para endeusá-los.

Antônio Augusto de Azevedo

Ninguém de boa-fé poderá contestar o que dizemos, a não ser os que têm interesse em tal marcha de coisas; ou a besta que, incapaz de raciocinar recebe o freio, o cangalho e as esporas nas ilhargas, age para promover a fortuna e o negócio do senhor, e relincha alegre quando levam-lhe às baías, se entre elas brilham alguns grãos de milho.

Ângelo Dourado

APRESENTAÇÃO

A Revolução Federalista constituiu um dos mais importantes fenômenos históricos da formação brasileira, confirmando a tradição sul-rio-grandense de atuar como um fator de instabilidade do Estado Nacional. De sua conflagração derivaram-se efeitos indelévels para o Rio Grande do Sul, os quais deitaram raízes por décadas a fio, mormente aquele ligado a consecutivas bipolarizações no campo político, ideológico e partidário. Apesar de tal relevância, ela foi durante muito tempo relegada e menoscabada pela historiografia, ofuscada por outros episódios que marcaram o devir histórico gaúcho. Tal guerra civil, no entanto, gerou uma considerável produção textual em torno de si, uma vez que, além dos confrontos bélicos, houve também um ferrenho confronto discursivo, na manutenção de uma batalha por meio das palavras. Mantendo seu escopo, a Coleção Documentos pretende trazer ao público interessado diversos elementos constitutivos dessa guerra de ideias, divulgando textos que marcaram tais enfrentamentos.

Nessa edição, o destaque direciona-se a dois livros que apresentam ao mesmo tempo características díspares e identidades entre si. Um deles é *Fracasso do ataque à cidade do Rio Grande*, escrito por Antônio Augusto de Azevedo, o outro, *A situação política do Brasil*, de Ângelo Dourado. O primeiro autor é praticamente desconhecido, um militar que serviu nas tropas rebeldes, já

o segundo foi um médico militar com amplo reconhecimento em meio à luta, tendo participado da coluna rio-grandense-do-sul que intentou chegar ao Rio de Janeiro, para derrubar Floriano Peixoto, vindo a manter-se como um dos mais atuantes escritores no combate ao regime castilhista. Uma obra foi escrita com dez anos de diferença em relação a outra, a primeira versando predominantemente sobre temáticas militares e a segunda com uma análise mais aprofundada no campo político. Ambos no entanto, têm em comum o tom combativo e a flama rebelde federalista em sua luta contra o modelo autoritário que dominou a vida gaúcha ao longo da República Velha.

Em *Fracasso do ataque à cidade do Rio Grande*, Antônio Augusto de Azevedo apresentava uma descrição detalhada da ação dos revolucionários federalistas associados aos rebelados da Armada que, diante do avanço das forças governistas em direção ao sul, objetivaram conquistar a comuna portuária do Rio Grande, como ponto essencial para a continuidade da rebelião. Esmiuçando questões em torno de estratégias e da arte militar, o autor não deixava de apresentar sua óptica oposicionista em relação ao autoritarismo governamental, expresso na esfera federal por Floriano Peixoto e, na estadual, por Júlio de Castilhos. Diante do malogro no intento de conquistar aquele porto, Azevedo buscava demonstrar as razões da derrota, e apontar as responsabilidades pelo tremendo insucesso, que seria decisivo para os destinos da guerra. Ao mesmo tempo, ele acabaria por deixar transparecer o caráter heterogêneo dessas forças de resistência, ponto essencial para a sua derrocada.

Já em *A situação política do Brasil*, Ângelo Dourado dava publicidade à uma seleção de artigos, originalmente publicados através da imprensa, em especial nos jornais *Diário de Jaguarão* e *Eco do Sul* (das cidades de Jaguarão e Rio Grande, respectivamente), e que resultava de uma longa argumentação a respeito de suas visões sobre a realidade política e social em que vivia, atuava e refletia, no pós-Revolução Federalista. Seus escritos sugerem a continuação da guerra civil de 1893 que apenas oficialmente estaria encerrada. Os ânimos exaltados, as acusações ao castilhismo, suas críticas à república – ou, antes, a seus comandantes – e a propaganda e defesa dos ideários federalistas estavam bastante presentes no livro, que funcionava tanto como propaganda panfletária, quanto tentativa de cooptação de novos aliados, embora não se restrinja a esses aspectos.

Os autores

ÍNDICE

Antônio Augusto de Azevedo e a malograda tentativa de invasão do Rio Grande, 15

Ângelo Dourado e a situação política do Brasil no pós-Revolução Federalista, 83

**ANTÔNIO AUGUSTO DE AZEVEDO E A
MALOGRADA TENTATIVA DE
INVASÃO DO RIO GRANDE**

O ano de 1894 foi decisivo para os destinos dos dois focos revolucionários que marcaram a nascente República Brasileira. A Revolução Federalista, iniciada em fevereiro de 1893, empreendia verdadeira guerra de guerrilhas, municinando-se no além-fronteiras para sustentar a causa liberal contra o modelo autoritário implementado por Júlio de Castilhos. Como os castilhistas receberam o apoio do governo federal, na figura do presidente Floriano Peixoto, este também tornou-se um inimigo dos federalistas, chegando a haver um destacamento voltado a deixar o Rio Grande do Sul, em direção à capital federal, com o intuito de derrubar o marechal-presidente, mas que não atingiu seu intento. A Revolta da Armada espocou em setembro de 1893 e, após várias protelações, com breves bombardeios ao Rio de Janeiro e uma intervenção estrangeira que paralisou as tropas rebeldes, permitindo que as forças governistas se restabelecessem, parte dos revoltosos, liderados por Custódio de Melo, migrou para o sul do Brasil, ficando os demais na capital, sob a chefia de Saldanha da Gama, participação esta que valeu a imputação de restauradores monárquicos aos rebelados, tendo em vista as convicções deste comandante.

Santa Catarina viria a ser um ponto de interseção entre os dois movimentos rebeldes, chegando a haver a formação de um governo provisório na cidade do Desterro. O avanço das forças governistas era inevitável, surgindo como alternativa para os revolucionários seguirem ainda mais para o sul, organizando-se uma expedição que reunia revoltosos da Armada e federalistas gaúchos, que partiriam com a ambição de tomar o porto do Rio Grande e, a partir

daí, reorganizarem-se e montarem um novo foco de resistência às tropas legalistas. Marinheiros e oficiais da Armada junto aos federalistas tinham em comum o inimigo – Floriano Peixoto – mas apresentavam séria heterogeneidade entre si, da qual adveio inevitável desacerto entre os comandantes, levando ao malogro na tentativa de tomada da cidade portuária. A tal fracasso no Rio Grande se somaria a derrocada definitiva no Rio de Janeiro, com os revoltosos da Armada que lá remanesciam exilando-se em navios portugueses (ainda que alguns tenham retornado à luta no sul) e também o insucesso da coluna revolucionária federalista que avançara em direção à capital federal, com a morte de Gumerindo Saraiva, uma das mais notórias lideranças rebeldes.

Nesse sentido, a derrota dos revolucionários da Armada e dos federalistas na cidade do Rio Grande foi um momento de inflexão para esses movimentos de resistência, que viriam a sucumbir com a vitória do presidente da República, Floriano Peixoto, no âmbito nacional, e do governador Júlio de Castilhos, no estadual. A esperança de manter uma localidade que possibilitasse o acesso a recursos e trancasse a entrada das forças governistas, controlando o trânsito pelo único porto marítimo do Rio Grande do Sul, se transformaria em estrondosa desgraça, servindo, por outro lado, para reforçar as estratégias bélicas e o moral dos legalistas. Ficava demarcado o caminho inevitável da ruína para os rebeldes, embora o movimento ainda tenha sobrevivido até o ano seguinte. O intento de invadir o Rio Grande foi narrado pelo prisma dos

rebelados no livro *Fracasso do ataque à cidade do Rio Grande*, de Antônio Augusto de Azevedo, foco de abordagem deste estudo.

O livro *Fracasso do ataque à cidade do Rio Grande* foi escrito por Antônio Augusto de Azevedo, na Argentina (embora tenha sido publicado no Brasil), em 1895. Nascido em 1869 e falecido em 1966, advogado, agrimensor, jornalista e político santanense, o autor atuou como militar nas forças federalistas, tendo participado das tropas de desembarque na cidade do Rio Grande¹. O livro dedica-se inteiramente à descrição dos acontecimentos que envolveram a derrota no Rio Grande, desde a partida de Santa Catarina até a decisão pela retirada para o Prata. A publicação tem trinta e duas páginas, com o formato de 18 X 12,5 cm, ficando a edição a cargo da Livraria Mazon, empresa localizada no centro da capital gaúcha, na Rua dos Andradas, e que anunciava o oferecimento de “completo sortimento de livros em branco, papel, objetos de escritório, coleção de livros de direito, educação, literatura, ciências, religião, etc.”².

Era um folheto, denominação popular às pequenas publicações de então, e dividia-se em uma série de diminutos segmentos, de tamanho variável e não uniforme, cada um recebendo um subtítulo. Ao longo do texto, Azevedo explicava as razões que o levaram a escrever, narrando os principais episódios militares e chegando a estabelecer diversas conjecturas de possíveis estratégias

¹ Dados biográficos de Augusto de Azevedo obtidos a partir de: MACHADO, Antônio Carlos. *Enciclopédia sul-rio-grandense ilustrada*. Passo Fundo: [s.n.], 1989. v. 1, fasc. 4.

² FRANCO, Sérgio da Costa. Livrarias da Rua da Praia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 2013, n. 147, p. 145.

FRACASSO DO ATAQUE

À CIDADE DO

RIO GRANDE

POR

ANTONIO AUGUSTO DE AZEVEDO

ALVEAR (Corrientes)



1895

Livraria Mazon
PORTO ALEGRE

alternativas que, na sua concepção, levariam os planos federalistas a um bom termo, bem como buscou apontar os responsáveis pela derrota. O livro ainda possuía oito notas explicativas nas quais o autor estabelecia detalhamentos de eventos militares e também expressava sua opinião sobre algumas das lideranças rebeldes.

Para Azevedo, sua obra destinava-se ao esclarecimento da opinião pública, a qual estaria sendo formada a partir de outras versões que, segundo o autor, não correspondiam aos fatos. Afirmava que “o fim desta publicação não é a satisfação de uma vaidade, é antes motivada pelo pesar imenso que sinto, de ver a corrente da opinião desviada do seu verdadeiro curso”, vindo a enxovalhar, “deste modo, nomes que ainda estão imaculados, e endeusando outros que, apesar de não merecerem ser execrados, bem mereciam que os esquecêssemos”. De acordo com o escritor, o seu trabalho “nada vale pela forma, mas merece ser lido porque tem a grande virtude de ser a expressão da verdade”, e, “ao deixá-lo vagar por aí além, fico tranquilo, e não temo que ele naufrague, porque sei que a verdade sempre vinga”. E complementava: “penso que cumpri um dever, historiando, com verdade, esses acontecimentos, e animado por esta convicção me atrevo a prosseguir...”³.

Desse modo, Augusto de Azevedo tentou caracterizar sua obra como portadora de “verdade”, “exatidão” e “imparcialidade”, chegando a afirmar que estaria “historiando”, uma vez que pretendia prestar um testemunho às gerações

³ AZEVEDO, Antônio Augusto de. *Fracasso do ataque à cidade do Rio Grande*. Porto Alegre: Livraria Mazeron, 1895. p. 3 e 22.

posteriores, embasado na tal verdade. Nesse caso, como em boa parte da produção historiográfica acerca da Revolução Federalista, escrita notadamente durante a República Velha, todas estas alegações ficavam profundamente limitadas pelo declarado engajamento político-partidário do autor. Azevedo, assim, defendeu a sua “verdade”, descrevendo os fatos e atacando ou isentando os participantes do evento de acordo com a sua visão dos fatos.

Boa parte das obras que intentaram ser históricas sobre a Revolução Federalista, produzidas nos anos recentes que se seguiram ao conflito, buscaram legitimar-se a partir do pressuposto de uma “verdade histórica”. Mesmo que seja difícil identificar diretamente o “historiador” propriamente dito dentre esses primeiros escritores, em geral militares ou políticos que participaram do confronto, eles assim autodesignavam-se, bem como, dessa forma acabariam muitas vezes aceitos pelos estudos de cunho historiográfico. Tais “historiadores”, apesar da busca da “verdade” como pressuposto legitimador de suas obras, na maioria, utilizaram-se da história de modo utilitário e pragmático, para difundir os ideais dos grupos que representavam. Nessa linha, esses autores de forma velada ou abertamente, ou ainda, de maneira não-intencional ou deliberadamente, expressaram suas concepções ideológicas, criando praticamente uma “verdade federalista”, em oposição a uma “verdade castilhistas”, ou vice-versa. Desencadeou-se assim um processo de “respostas” de parte a parte, gerando uma tendência de produção textual

caracterizada pela tomada de posição no que tange aos assuntos partidários, a qual marcaria, por longo tempo as obras sobre a Revolução Federalista⁴.

O nítido vínculo político-partidário não diminui, porém, o valor historiográfico da obra em questão, uma vez que, isoladas as convicções do autor – ou ainda analisadas de acordo com o contexto histórico-historiográfico da época –, seus escritos representam importante manancial de informações sobre o ataque ao Rio Grande, e, por outro lado, levando em conta as posturas de Azevedo e inter-relacionando-as com a conjuntura histórica de então, seu livro torna-se significativo para a análise do pensamento e das práticas dos rebeldes federalistas.

Nessa linha, Antônio Augusto de Azevedo definia a Revolução Federalista como defensora da forma de governo instaurada a 15 de Novembro, combatendo, assim, às acusações que buscavam ligar os rebeldes às tendências restauradoras. Para o autor, o movimento do qual participara tinha por intento lutar contra os governos autoritários e o militarismo. Ao exaltar as convicções republicanas dos rebelados, o escritor buscava esclarecer: “para principiar seja dito que acredito que a República está no coração de quase todos os revolucionários e que a luta, por nós encetada, nunca foi, nem é, nem será contra a República”. Complementava tal ideia, argumentando que “é mais digna a nossa campanha que se levanta contra os governos abastardados, que querem

⁴ ALVES, Francisco das Neves. Revolução Federalista e historiografia: um estudo de caso. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Historiografia e cultura no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2007. p. 34-36.

governar agachados por detrás das muralhas fortes dos canhões”, mandando “despejar metralhas contra as muralhas da opinião, que não quer ajoelhar-se para endeusá-los”. Asseverava ainda que “queremos também a nulificação do militarismo, porque este é a representação da força, e a força neutraliza o progresso”⁵.

Quanto à invasão do Rio Grande, o autor considerou-a como a única alternativa viável para a continuidade do movimento, principalmente diante da retirada em navios portugueses das tropas comandadas por Saldanha da Gama, que assumira a liderança da Revolta da Armada no Rio de Janeiro. A partir daí, e com a reorganização naval governista, o ataque à Santa Catarina tornava-se apenas uma questão de tempo, surgindo o Rio Grande como a saída possível, pois “muitas conjecturas aterrorizadas se fizeram ouvir da boca dos dirigentes, que julgavam que a morte da revolução estava decretada, diante de um fracasso tão estrondoso” e, “diante da desgraça” ocorrida, “o diretor supremo da luta” – Custódio de Melo – “enxergou uma luz no meio da escuridão pardacenta da desgraça, viu naquela aberto o farol da salvação e para ele convergiu os seus olhares”. Segundo Azevedo, “tornava-se urgentíssimo um remédio para evitar a catástrofe que se avizinhava”, vindo a aparecer “um plano que devia pô-lo, em primeiro lugar, a salvo com a sua esquadra, e, em segundo, libertar a terra rio-grandense do jugo abastardado que a atrofiava”⁶.

⁵ AZEVEDO, 1895, p. 27-28.

⁶ AZEVEDO, 1895, p. 5-6. Essa afirmação sobre o Rio Grande como única saída possível é corroborada por Antônio Augusto de Carvalho, outro militar que participou da campanha no Rio Grande, como se pode observar em: CARVALHO, Antônio Augusto de. *Apontamentos sobre a*

É predominante a abordagem descritiva na obra de Azevedo, dedicando-se em grande parte a narrar os movimentos militares que marcaram o ataque ao Rio Grande. Dessa maneira, o autor descreveu detidamente as operações estabelecidas pelos revolucionários desde a difícil entrada na barra do Rio Grande, às diversas tentativas de tomada de posições e finalmente ao desfecho das ações, com a frustrada retirada. A narração do militar federalista ficava, no entanto, limitada à própria visão do autor e às circunstâncias advindas de sua posição, sendo que, a mais notada estava vinculada ao fato de que a sua abordagem ficava intimamente vinculada às atividades terrestres, das quais ele era elemento participante, deixando as manobras navais em segundo plano.

Outra característica da obra *Fracasso...* está ligada ao fato de que seu autor não poupou críticas àqueles que considerou como responsáveis diretos pelo malogro dos intentos rebeldes, mesmo que, dessa forma, estivesse atingindo lideranças diretamente vinculadas aos movimentos revolucionários, alguns deles, seus superiores hierárquicos. Assim, os líderes da Revolta da Armada, Saldanha da Gama e Custódio de Melo, bem como os chefes federalistas, generais Laurentino e Salgado, foram alvos diretos e/ou indiretos das censuras de Azevedo.

O almirante Saldanha da Gama, tendo em vista o caráter “monarquista” associado à sua pessoa, foi apontando por Azevedo como o principal fator de desagregação do movimento revolucionário. O autor explicava ter conhecimento que seria “muito censurado por ter toda a coragem de atacar este

Revolução do Rio Grande do Sul. Montevideu: El Siglo Ilustrado, 1895. p. 39.

ilustre personagem, cujo nome é para os que não o conhecem como que o resumo de uma época”, porém, opinava que era “preciso que saibam qual o motivo por que faço”, ou seja, porque “procuro salvar incólume a minha honra de republicano”, bem como, “cumpro um dever orientando os meus patrícios, para que eles saibam quem é o homem que está apontado para ser o chefe militar da Revolução Rio-Grandense”, vindo a exclamar que “os republicanos sinceros, que somos amigos desta terra desde já lavramos o nosso protesto”⁷.

Já Custódio de Melo foi colocado como o maior responsável pelo fracasso da campanha do Rio Grande, seja pelo seu suposto autoritarismo, seja pelos seus erros estratégicos no intento da invasão. Avaliava Azevedo que, “se não estivéssemos convencidos da dignidade do caráter político do Sr. almirante Melo diríamos que ele representava entre nós o papel de emissário do Sr. Floriano”, uma vez que “a sua última ordem de ataque se traduz deste modo: ‘Quero o esfacelamento do Exército Revolucionário’”⁸.

Nesse contexto, a obra de Antônio Augusto de Azevedo deixava transparecer muitos dos fatores que viriam a ser decisivos para a derrota dos rebeldes no Rio Grande, como no caso das dificuldades militares. Segundo a narrativa foram inúmeros os obstáculos que impediram diretamente os rebeldes de atingirem seus objetivos no Rio Grande. Tais óbices começavam pelas próprias condições físicas em que se encontravam os soldados, pois esse significativo contingente, acostumado às lides em terra, foi transferido sem as

⁷ AZEVEDO, 1895, p. 29.

⁸ AZEVEDO, 1895, p. 26.

mínimas condições de higiene e alimentação, em navios muitas vezes adaptados, e, ao chegar, foi submetido a marchas forçadas, com pouco conhecimento do terreno. Na descrição de Azevedo tais entraves ficavam evidenciados: “eram 3 horas e 35 minutos quando partimos”, e “a distância que nos separava da cidade, nesse momento, era de 19 quilômetros mais ou menos”; mas “conduzidos por mau *vaqueano*, fomos tropeçando em mil dificuldades”, como “os inconvenientes do terreno, os meios de locomoção para o transporte das munições e da artilharia”, de maneira que, “devido à imperícia desse mau *vaqueano*, fomos levados por caminhos errados, que nos alongaram o trajeto em mais de 3 quilômetros”⁹.

Outras dificuldades estavam ligadas ao aspecto material, pois aos revolucionários, apesar do razoável contingente humano, faltavam armas, munições, montaria e até mesmo a frota que deveria cercar a cidade tinha muitas limitações. Nesse quadro, o barco que deveria executar o papel de “vanguarda da divisão” não passava de um “paquete da companhia frigorífica” que “recebera o nome de cruzador pelo fato único de conter no seu tombadilho três metralhadoras e dois canhões de tiro rápido”, não sendo possível grande qualidade na execução de manobras táticas em “um navio em tais condições”¹⁰.

⁹ AZEVEDO, 1895, p. 7. Augusto de Carvalho reforçava essa afirmação: “É incalculável o sacrifício dessa marcha, embora curta, devido à natureza arenosa do terreno e ao estado da soldadesca, enfraquecida pela fome, pela sede e pelo enjoo do mar”. CARVALHO, 1895, p. 41.

¹⁰ AZEVEDO, 1895, p. 8.

Um dos grandes empecilhos dos quais resultou o insucesso no Rio Grande esteve ligado exatamente às falhas estratégico-militares. Nesse aspecto, até a colocação das forças rebeldes nos navios constituía-se em significativo problema, sendo perdido muito tempo na execução de constantes “embarques e desembarques”, até que as tropas estivessem completamente instaladas. Dessa forma, de acordo com Azevedo, “a presteza da expedição estava seriamente comprometida com esta contradança inexplicável”, de modo que “os críticos imparciais” não poderiam deixar de imputar aos “responsáveis por atos desta natureza a pecha de ineptos e incapazes”¹¹. Posteriormente, já no Rio Grande, observaram-se constantes desacordos entre os oficiais, dentro do próprio Exército e deste para com a Armada. O comandante-em-chefe da expedição, almirante Custódio de Melo, também foi censurado por alguns erros, principalmente no que se refere a uma brusca modificação nos planos de desembarque, à grande relutância no bombardeio e a uma insistência veemente no ataque por terra (ameaçando inclusive com o abandono das tropas), contra a vontade dos comandantes das forças terrestres.

Ainda pode-se considerar como uma falha dos revolucionários o fato de que eles não tomaram as devidas medidas para promover o isolamento da cidade, traduzida pela fracassada tentativa de interdição da linha férrea. Esse fato foi explicado por Antônio Augusto de Azevedo: “um piquete composto de 8 praças foi encarregado de observar a nossa frente na qual devia operar, destruindo a estrada de ferro”. E prosseguia, “pelas 9 horas, mais ou menos, um

¹¹ AZEVEDO, 1895, p. 6.

trem conduzindo tropas” legalistas “de Pelotas para o Rio Grande, descarrilhou num dos pontos destruídos”, vindo a ser “tal o pânico lançado no meio dos soldados inimigos, nessa ocasião, que prorromperam em entusiásticos vivas: ao almirante Melo, à revolução, etc e etc”. Segundo o autor, “mais bem dirigidos do que nós, talvez, imaginaram, como era de esperar, que ali se achava uma força considerável que os atacaria indubitavelmente”, no entanto, “nada disso acontecia, infelizmente para nós, pois apenas tiveram o trabalho de tirotear meia dúzia de indivíduos que, prudentemente, se retiravam”¹².

Outro desacerto dos rebeldes foi o de não buscar sitiar a cidade de modo a afetar diretamente a sua população, fosse por não ser este o seu real objetivo, pela boa proteção feita pelos legalistas, ou ainda por possíveis questões de honra ou cavalheirismo, o fato é que se alguma medida, que a aquilo efetivasse, fosse tomada, os rumos do combate poderiam ter sido diferentes, como traduziu o jornal *Diário do Rio Grande* ao afirmar que “durante os cinco dias de profunda perturbação na cidade, o serviço da Hidráulica não sofreu a menor alteração, apesar do combate que se travou nas imediações, entre as forças legais e revolucionárias”, de maneira que “a população não sofreu a menor falta do precioso líquido, o que foi de grande vantagem na crise tremenda por que todos

¹² AZEVEDO, 1895, p. 9-10. Segundo Wenceslau Escobar, esse erro, atribuído ao general Laurentino, custou caro aos rebeldes, considerando que “oito homens seriam insuficientes para atacar a força que, porventura viesse”, o autor afirma: “o acertado era ter mandado postar nesse ou noutro local mais próximo do grosso de seu exército forte piquete, que (...) batesse ou aprisionasse a força legal. Devido a este erro do valente mas inexperiente general civil, por duas vezes entraram reforços para a guarnição do Rio Grande”. ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 205-206.

passaram durante aqueles dias”¹³. Todos esses erros, desacordos e demoras favoreceram enormemente às forças governistas, que, em pouco tempo, conseguiram garantir a ordem legalista no Rio Grande, através da organização da resistência e dos reforços para a cidade deslocados.

A decisiva derrota revolucionária, no Rio Grande, serviu largamente para que se buscasse os culpados pelo fracasso, até mesmo da revolução como um todo. Como já salientado, uma das lideranças mais censurada por Antônio Augusto de Azevedo foi o almirante Saldanha da Gama, apontando que “é este senhor o homem mais prejudicial que a revolução tem possuído”, pois, “desde a sua adesão ao movimento revolucionário, este entrou em nova fase”, uma vez que, “no momento de entrar para a luta não procurou nem salvar as aparências da situação que pretendia criar”, e, “foi assim que a revolução, puramente republicana, que teve o seu glorioso início na Pátria Rio-Grandense”, veio a deixar “aos olhos do mundo de ser o que antes era, para tomar um caráter essencialmente monarquista; é esta a única ilação que, com critério”, se “pode tirar do manifesto do excelso almirante”, já que, a partir de então, “aos olhos do mundo, a luta entrou em nova fase, e as simpatias que nos votavam se converteram em ódios”¹⁴.

Essa visão de que o “caráter monárquico” de Saldanha da Gama em muito maculou os princípios revolucionários, servindo para sustentar o discurso dos legalistas que imputavam aos rebeldes o labéu de restauradores,

¹³ DIARIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 14 abr. 1894, p. 1.

¹⁴ AZEVEDO, 1895, p. 27-28.

vem sendo corroborada ou combatida através do tempo, por diversos autores. No clássico *O Regionalismo Gaúcho*, o brasilianista Joseph Love afirma que o monarquismo de Saldanha da Gama veio a acrescentar “uma nota final de confusão aos objetivos dos rebeldes”, uma vez que, com suas intenções plebiscitárias para decidir a forma de governo, criava-se mais uma frente de instabilidade junto às forças revolucionárias¹⁵. No mesmo sentido, Sandra Pesavento destaca que a acusação dos legalistas de que “os maragatos e a Marinha não eram só revoltosos contra o governo, mas sim contra a forma de governo vigorante no país”, foi agravada após a adesão de Saldanha da Gama¹⁶. Sertório de Castro é outro autor que atesta o quanto teria sido prejudicial à revolução a participação de Saldanha da Gama, afirmando que o manifesto do almirante despertara “um novo movimento de adesões à causa da legalidade, sucedendo-se as manifestações de solidariedade à República e ao governo”, de modo que Floriano passou “a ser considerado a própria personificação da República, objeto de um intenso entusiasmo nacional”¹⁷.

Já Sérgio Corrêa da Costa atenua a questão do monarquismo do almirante para com a revolução, afirmando que “as inclinações monárquicas de Saldanha não bastavam para imprimir à revolta o sentido restaurador”, servindo seu manifesto mais como “uma ressalva das suas convicções pessoais do que propriamente um apelo à destruição da República”¹⁸. Dunshee de

¹⁵ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 75.

¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 94.

¹⁷ CASTRO, Sertório de. *A República que a Revolução destruiu*. Brasília: Ed. da UnB, 1982. p. 76.

¹⁸ COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do marechal: intervenção estrangeira na Revolta da*

Abranches, por sua vez, enaltece o patriotismo de Saldanha da Gama, defendendo que o almirante, acima das questões políticas, jurara “sobre o altar da pátria oferecer a sua vida em holocausto à causa que ia defender”¹⁹.

Também o almirante Custódio de Melo foi alvo das críticas de Augusto de Azevedo, principalmente no que se referia à inoportuna e pouco explicável mudança nos planos de desembarque e na forma pela qual se concluiu o evento no Rio Grande, com a retirada para o Prata. Sobre isso, aquilatava o autor: “a quem cabe a responsabilidade desse desastre tremendo que venho de relatar?!... ao comandante-em-chefe das operações, ou ao comandante das forças de desembarque?”; e respondia: “o observador calmo e desapaixonado, que refletir seriamente sobre o que com fidelidade exponho, não vacilará certamente em afirmar que ela pertence, inteira e exclusivamente ao comandante-em-chefe”.

Azevedo, argumentava que, “no momento em que forçamos a barra éramos quatro vezes superiores ao inimigo”, e “com estas considerações se enxerga muito claramente a solução do problema: a responsabilidade pertence, inteira e exclusivamente, a quem tinha direito a ser obedecido”, de modo que o “Sr. Melo está responsabilizado perante a história pela catástrofe que deploramos sinceramente”. O autor do *Fracasso...* questionou as atitudes do almirante rebelde, afirmando que “foi pois muito natural que todos nos surpreendêssemos”, diante das “explicações dadas pelo almirante Melo”,

Armada. 2.ed. Rio de Janeiro; Brasília: Tempo Brasileiro; Ed. da UnB, 1979. p. 98.

¹⁹ ABRANCHES, Dunshee de. *A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense*. Rio de Janeiro: Editor M. Abranches, 1914. p. 5.

sabendo-se que “ele mudara a rota porque compreendeu a impossibilidade de continuar uma luta onde os elementos indispensáveis para a mobilização de suas máquinas de guerra se haviam esgotado”. Mas tal explicação não era aceita por Azevedo, ao destacar que, “sem embargo, todos que nos achávamos a bordo notamos que, durante a viagem” em direção ao Prata, após a retirada do Rio Grande, “foram lançados diariamente ao mar grande quantidade de carvão, pólvora, muito armamento e grande quantidade de munições”²⁰.

Nesse caso, as asserções de Azevedo se encontram em consonância com os escritos de outros autores, como José Maria Bello, ao considerar que Melo “teria sacrificado a vitória da causa a que levava a melhor parte da Marinha brasileira, à ausência de finalidade definida no movimento de revolta e, ainda, a pequenos jogos de ambições e vaidades pessoais”²¹. O capitão-tenente Santos Porto, referindo-se à falta de coragem do almirante, descreve que a expedição de Custódio de Melo “com dois mil e duzentos homens de desembarque não conseguiu tomar a cidade do Rio Grande, guarnecida apenas por oitocentos”, de modo que este militar “fugiu apavorado pela perspectiva da chegada da esquadra” legalista²². Wenceslau Escobar imputa a Custódio de Melo toda a culpa pelo insucesso revolucionário, afirmando que não seria “difícil o juízo da posteridade sobre o verdadeiro responsável pelo fracasso desta importante

²⁰ AZEVEDO, 1895, p. 22-23 e 31.

²¹ BELLO, José Maria. *História da República*. 7.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976. p. 126.

²² PORTO, J. A. Santos. *O combate naval de 16 de abril: reflexões e documentos*. Rio de Janeiro: Imprensa da Casa da Moeda, 1895. p. 62.

operação de guerra"²³. O jornal *Diário do Rio Grande*, classificou como inócua e impopular a atitude do almirante, acusando-o de "causar imenso mal ao Rio Grande" e inclusive à causa pela qual lutava, pois o que teria provocado, "com a sua malograda pretensão", fora "alienar simpatias, comprometer a alguns dos seus sectários e sacrificar a muitos recursos"²⁴.

Até mesmo os generais federalistas Laurentino e Salgado, responsáveis pelas forças de desembarque, teriam anotadas ressalvas em suas atuações por Antônio Augusto de Azevedo. O general Laurentino foi criticado por sua falha no episódio da interdição da via férrea: "Não posso deixar de censurar o Sr. general Laurentino por esta falta", uma vez que "estava mais que discutido que por aquela estrada, viriam prontos reforços para o inimigo, e o Sr. general Laurentino devia saber que 8 homens eram impotentes para impedir a marcha de uma força considerável". Desse modo o escritor considerava que "foi pois um erro manifesto deste general o fato de mandar para aquele sítio esta insignificante quantidade de indivíduos, quando deveria ter mandado um batalhão ou uma

²³ ESCOBAR, 1983, p. 218.

²⁴ DIARIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 13 abr. 1894, p. 1. No mesmo periódico apareceria uma manifestação de Custódio de Melo, redigida em Buenos Aires, na qual o militar buscou defender-se, eximir-se e transferir possíveis culpas para os chefes federalistas. Afirmava o almirante: "Assim foi que saímos do Rio Grande do Sul sem nada haver podido conseguir, depois de tantos esforços e sacrificios por parte da marinha revolucionária e de alguns oficiais do exército libertador (...). Tenho o coração enlutado por lembrar-me que um exército de 2.000 homens das três armas, dispondo de artilharia e de metralhadoras, não se julgasse capaz de intentar um assalto a umas trincheiras que consistiam em uns montões de areia, e que muito pelo contrário houvesse recuado no primeiro combate com as forças inimigas". DIARIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 27 abr. 1894. p. 1.

brigada”, ou seja, “ele é o responsável pela entrada de reforços nos entrincheiramentos da praça”²⁵.

Por sua vez, o general Salgado foi criticado por entregar a terceiros a apreciação da declaração dos oficiais do 2º Corpo do Exército Nacional Provisório, considerando inviável o ataque às forças legais. Augusto de Azevedo entendia que o general ao “submeter estes fatos, comprobatórios da indisciplina de seus comandados, ao juízo do comandante-em-chefe, não andou corretamente”, pois, segundo o autor, o general Salgado e, “unicamente ele, era quem deveria resolver esta questão”²⁶. Todas essas críticas, exageradas ou não, merecidas ou não, constituíram o universo de explicações para o fracasso no Rio Grande e acabaram por traduzir mais um substancial indício das causas que levaram ao desastre revolucionário.

Embora não fique exposto e diretamente declarado na obra *Fracasso do ataque à cidade do Rio Grande*, aparecendo de forma implícita, um dos elementos que mais fatalmente colaborou, não só para o fracasso na tomada do Rio Grande, mas para a derrocada da revolução como um todo foi a falta de

²⁵ AZEVEDO, 1895, p. 30.

²⁶ AZEVEDO, 1895, p. 30. Wenceslau Escobar também censura a atitude dos generais Salgado e Laurentino, quando, em um momento de pressão, ambos acabaram por ir à presença de Custódio de Melo. Afirmo o autor: “a importância do assunto podia exigir a presença de um dos generais, junto à pessoa do almirante Melo (...); nada porém, justifica que fossem os dois, abandonando, embora durante a noite, seus respectivos corpos de exércitos. Uma força, sobretudo diante do inimigo, nunca deve ser abandonada pelo comandante-em-chefe, por mais valentes e ilustres que sejam seus substitutos. É este o dever que a todos impõe, em casos idênticos, a consciência de uma grande responsabilidade”. ESCOBAR, 1983, p. 210.

unidade (e até de confiança mútua) entre os militares rebeldes e mormente entre os diferentes movimentos revolucionários. Dessa forma, muitas das interpretações sobre o assunto levam em conta a falta de coesão entre os líderes revolucionários e entre a Revolução Federalista, a Revolta da Armada e os rebeldes em Santa Catarina, sendo até mesmo questionada a completa identidade de objetivos entre esses movimentos.

A própria origem da intenção de tomar o Rio Grande nasceu da falta de unidade dentre os objetivos dos revolucionários – como Azevedo deixou transparecer nas entrelinhas de seu texto, notadamente ao relatar os desacertos entre os comandantes federalistas e os da Armada – e, mais especificamente, de uma forte oposição entre o general Salgado e o Governo Provisório Revolucionário, em Desterro, sendo que o primeiro não aceitava as tentativas de ingerência do segundo. Escrevendo sobre este Governo Provisório e sua relação com a possível unidade dos movimentos rebeldes, o historiador Carlos Humberto Corrêa analisa o insucesso de uma aliança criada “com propósitos tão diversos, sem nenhuma identidade ideológica, onde se misturavam pensamentos republicanos federalistas e centralistas, monarquistas, positivistas, militaristas e civilistas, ideias, enfim, tão pouco prováveis de se misturarem, mesmo que no sentido único da queda de um governo”²⁷.

Em *A Diplomacia do Marechal*, Corrêa Costa também comenta a falta de uniformidade programática entre os movimentos revolucionários. Para ele, “a

²⁷ CORRÊA, Carlos Humberto. *Militares e civis num governo sem rumo: o Governo Provisório Revolucionário de Desterro (1893-1894)*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1990. p. 151.

revolução prosseguiria com o lastro de três programas dificilmente conciliáveis”, ou seja, o “dos federalistas gaúchos, contrário à Constituição de Fevereiro, em nome da adaptação da República aos processos liberais e parlamentares”; o “de Custódio, visando à salvaguarda da mesma Constituição, que dizia violada por Floriano”; e o de “Saldanha, com o seu plebiscito, verdadeira brecha no regime”. Além desses, o autor destaca que “o governicho de Santa Catarina adotou como divisa – ‘Tudo pela Constituição’ –, precisamente pela Constituição presidencialista contra a qual se batiam os revolucionários do Rio Grande”. Dessa maneira, Costa conclui: “ponto de contato, só um: o desejo de derrubar Floriano”²⁸. No livro *Júlio de Castilhos e sua época*, Sérgio da Costa Franco é outro autor que aborda a falta de unidade entre as rebeliões, afirmando que na “esperança de receberem recíprocos reforços materiais e humanos”, dera-se “o enlace de dois movimentos que pouco ou nada tinham de comum entre si, a não ser a hostilidade ao governo de Floriano”²⁹.

Escritores antirrevolucionários, para justificar suas asseverações, lançaram mão, em grande escala, dessa falta de homogeneidade entre as forças rebeldes. Germano Hasslocher acusa os desentendimentos entre os líderes federalistas rio-grandenses, afirmando que era a “anarquia” que norteava os comandantes das forças rebeladas, as quais, na concepção do autor,

²⁸ COSTA, 1979, p. 98.

²⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1988. p. 147.

não se entendiam entre si, seguindo apenas as determinações de “caprichos” individuais³⁰. Felisbello Freire, ao escrever sobre a Revolta da Armada, declara que a unanimidade entre os próprios líderes da rebelião tombava diante das “ambições pessoais”, que aproximavam “os adversários de ontem, no desejo da escalada do poder”³¹. Nesse quadro, a heterogeneidade de princípios político-partidários, ideológicos e até de interesses práticos, objetivos e estratégicos, entre os diferentes movimentos revolucionários constituiu-se também em um dos mais significativos elementos constitutivos da derrota revolucionária.

Durante o episódio da tentativa de tomada da cidade do Rio Grande, em abril de 1894, ao lado dos eventos de natureza militar, desenvolveu-se uma série de pronunciamentos de parte a parte que se constituíram em verdadeira batalha por meio das palavras. O destaque a tais enfrentamentos possibilita uma melhor compreensão e mesmo contextualização da obra de Antônio Augusto de Azevedo.

Uma dessas declarações foi expressa no boletim “Ao Povo” da cidade do Rio Grande, expedido, a 7 de abril de 1894, pelo general de divisão Antônio Joaquim Bacellar, responsável pela defesa da cidade³². Nela, o militar imputava

³⁰ HASSLOCHER, Germano. *A verdade sobre a Revolução*. Porto Alegre: Liv. Mazon, 1894. p. 30-31.

³¹ FREIRE, Felisbello. *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893*. Brasília: Ed. da UnB, 1982. p. 81-2.

³² “Ao Povo. Na qualidade de chefe militar desta praça, cabe-me o supremo dever de prevenir a hospitaleira população desta cidade, que – não obstante o selvagem, bárbaro e criminoso procedimento dos piratas que se acham embarcados no *República* e mais frigoríficos e que hoje,

aos rebeldes a denominação de “piratas”, buscando adjetivá-los pejorativamente e qualificando seus atos como selvagens, bárbaros e criminosos. Pode-se denominar esse pronunciamento como um “discurso da segurança”, pois, mesmo desconhecendo ainda as possíveis consequências do ataque, o general buscou demonstrar garantias quanto ao controle da situação (mesmo que isso fosse só aparente), tentando, assim, manter em alta o moral de suas tropas e na maior normalidade possível a vida da população. Embora, segundo a imprensa local, surgissem certos momentos de pânico, o general acabou conseguindo atingir seus objetivos, contribuindo, fundamentalmente, para isso os erros dos rebeldes e os reforços vindos de outras localidades.

Nesse mesmo dia, o almirante Custódio de Melo dirigia-se às forças de defesa da cidade do Rio Grande³³. Consistindo-se em verdadeiro “discurso da

malvadamente começaram a bombardear esta cidade, conservando-se ainda em posição hostil e ameaçando atacá-la por terra – pode a mesma estar tranquila e confiada porque todas as medidas estão tomadas para a defesa da cidade e manutenção da ordem pública. Pode o povo do Rio Grande ficar tranquilo que a guarnição que aqui se acha saberá morrer cumprindo o seu dever. Viva a República! Viva o marechal Floriano! Viva o Rio Grande do Sul!” ARTISTA. Rio Grande, 13 abr. 1894, p. 1.

³³ “Ao senhor general de divisão Antônio Joaquim Bacellar (...). A necessidade de operar em outros Estados do sul da República (...) impediu-nos de prestar até agora o apoio franco e decisivo que de nós carecia a luta do Rio Grande. Esse momento é, porém, chegado. Não há retroceder: aqui estamos e aqui nos conservaremos enquanto for preciso. Em consequência, e para poupar a vida a milhares de nossos concidadãos, convido-vos a que no prazo de 24 horas, a contar do recebimento deste, abandoneis a cidade, içando no ponto mais elevado dela uma bandeira branca, em sinal de adesão ao movimento revolucionário. Se por desgracia, porém, julgardes que não deveis aquiescer ao meu convite, obrigando-me assim a derramar o sangue de nossos irmãos pelo ataque simultâneo a que submeterei a cidade por terra e por mar, então

ameaça”, o chefe rebelde dava um ultimato à guarnição legalista, exigindo sua rendição, caso contrário a localidade seria atacada por terra e mar. O líder da Armada buscava legitimar a tentativa de tomada do Rio Grande, em nome da aliança entre os federalistas e os revoltosos da Esquadra, que estariam lutando patrioticamente pela “liberdade” e pela derrubada do “ditador da pátria”, Floriano Peixoto. O manifesto de Melo não passou, objetivamente, da ameaça, tendo em vista que a série de desacertos cometidos pelos rebeldes redundaria na nulificação dos esforços em prol da conquista da cidade marítima.

A 8 de abril de 1894, surgia uma declaração por escrito de alguns oficiais do 2º Corpo do Exército Nacional Provisório destinada ao comandante-em-chefe da expedição³⁴. Nesse pronunciamento, os militares responsáveis pelo ataque via terrestre explicavam as impossibilidades de efetivar o combate às forças legalistas. Essas afirmações representavam um “discurso da incerteza” quanto às potencialidades das forças invasoras, não só diante de uma possível

praticai um ato de humanidade mandando retirar daí antes de findo aquele prazo as famílias, as pessoas inermes e doentes.” O ARTISTA. Rio Grande, 13 abr. 1894, p. 1.

³⁴ “Sobre as probabilidades de êxito de uma assalto à viva força às trincheiras que defendem a cidade do Rio Grande, sitiadas neste momento pelas forças revolucionárias, os comandantes dos diversos Corpos do 2º Corpo do E.N.P., abaixo firmados, são de opinião que é inteiramente duvidoso o resultado de uma ação empenhada nesse sentido, em vista dos importantes trabalhos de defesa que guarnecem essa cidade e da força de artilharia existente na mesma. (...) Dado o caso, mui provável, de sermos rechaçados pelo inimigo, não dispomos de uma força regular de cavalaria que possa proteger a nossa retirada e impedir (...) o massacre imediato. Agregue-se a estas razões a falta de elementos de guerra, indispensáveis para um ataque nestas condições. Em vista, portanto, destas considerações, julgamos ser inconveniente o ataque à viva força, porquanto, o fracasso provável nos acarretará graves e funestas consequências.” AZEVEDO, 1895, p. 12-13.

superioridade do inimigo e da falta de condições materiais, mas, notadamente, perante a desconfiança em relação a seus líderes na boa condução do ataque.

Não havendo sintonia entre as determinações de ataque por parte de Custódio de Melo e as atitudes das forças de terra, o ataque ao Rio Grande redundou em uma derrota com restrita luta. De volta às embarcações, as tropas rebeldes acabariam por abandonar seu intento e, por decisão do almirante, partiram em direção à região platina. Passado o perigo, o general Bacellar, a 12 de abril de 1894, apresentava outro boletim à população rio-grandina³⁵. Nesse “discurso dos vencedores”, o general reiterou e enalteceu suas declarações anteriores e buscou estabelecer a volta da rotina na cidade, notadamente quanto ao aspecto das atividades ligadas à economia. Além disso, o militar responsável pela defesa da cidade não deixou de tripudiar às atitudes dos rebeldes e deslegitimar seu princípios políticos, ficando isso evidenciado quando o mesmo imputou aqueles a pecha de “restauradores monarquistas”. Naquele momento, essa declaração traduzia a vitória política, administrativa e militar da legalidade

³⁵ “Tendo esse comando garantido (...) que o povo podia ficar tranquilo, porque a guarnição do Rio Grande saberia morrer cumprindo o dever de defender a cidade, tenho a maior satisfação em anunciar que a confiança depositada na mesma guarnição foi por ela perfeitamente correspondida. Volta a cidade ao seu estado normal, com a vergonhosa derrota e fuga dos bárbaros ao serviço dos restauradores monarquistas, e é chegado o momento de ver-se a atividade industrial e comercial do Rio Grande manifestar-se. Peço pois ao comércio, às oficinas e à imprensa que voltem aos labores quotidianos, continuando a confiança na força armada, ora constituída não só pela antiga guarnição da cidade como também pela de Bagé ao mando do intrépido coronel Carlos Telles e cuja aproximação acelerou a fuga dos miseráveis e covardes. Viva a República! Viva o Rio Grande do Sul! Viva o marechal Floriano!”. DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 13 abr. 1894, p. 1.

republicana na cidade do Rio Grande. Esses discursos pronunciados na tentativa de tomada do Rio Grande traduziram uma das características das lutas de então, quando, articulados aos movimentos bélicos, os pronunciamentos também serviam como forma de combate de lado a lado.

Assim, apesar de tratar-se de um pequeno “folheto”, a obra *Fracasso do ataque à cidade do Rio Grande*, de Antônio Augusto de Azevedo tem uma significativa importância, pois, através de um certo objetivo de fundo “histórico”, minuciosa narração e interpretação crítica, o autor deixou transparecer de forma marcante o pensamento de um rebelde federalista naquele específico instante, ou seja, demonstrou um profundo pesar, ao perceber a iminente derrocada de um movimento que, na sua visão, aniquilaria a ditadura e transformaria o *status quo* político rio-grandense.

A articulação do texto de Augusto de Azevedo com outros escritos, possibilita também a explicação de alguns dos principais elementos que marcaram o insucesso dos revolucionários, desde os de ordem prática, ligados às dificuldades militares, fossem materiais ou humanas, ou de liderança; chegando aos bem mais graves, de ordem estrutural, traduzidos pela não-efetivação de uma unidade entre os revolucionários e no seio dos próprios movimentos rebeldes. Esse último terminou por ocasionar verdadeiras fissuras, quando não choques de interesse, o que só poderia contribuir para o fracasso das revoltas e de seus participantes.

Além disso, a ênfase à “batalha das declarações” serviu, de forma complementar, para corroborar com o entendimento do cenário retratado por

Azevedo em seu livro. Tal constatação advém da perspectiva pela qual os discursos em determinados eventos bélicos – seja para intentos militares, servindo como forma de tentativa de convencimento do adversário quanto as forças em jogo, seja para buscar legitimar o pensamento e as atitudes de um dos lados do conflito, desvalorizando ou censurando aqueles emanados pelo inimigo – têm também um papel relevante no desenrolar dos acontecimentos.

Finalmente, é importante o destaque ao fato que o fracasso na cidade do Rio Grande constituiu um episódio determinante para o desmoronamento tanto da Revolução Federalista quanto da Revolta da Armada, pois, mesmo que ainda tenham perdurado certo tempo, aquele evento acabou por ser decisivo, seja do ponto de vista prático-militar, seja como uma derrota político-moral. O insucesso no Rio Grande, assim, acabou por significar, muito mais do que um simples movimento no enredo militar, equivalendo, isto sim, a um elemento de inflexão histórica para os destinos dos movimentos revolucionários da incipiente República Brasileira³⁶.

³⁶ Texto adaptado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: FURG, 2002. p. 53-70.

Fracasso do ataque contra a cidade do Rio Grande

Aí vai exarado, com a mais escrupulosa verdade, o que se passou de real diante das fortificações da praça do Rio Grande. Vai também aí a minha opinião sincera sobre aqueles acontecimentos.

Fatos que determinaram esta resolução

De posse dos Estados do Paraná e Santa Catarina nos achávamos, quando uma notícia alarmante espalhou-se ruidosamente pelos nossos acampamentos, onde todas as bocas afirmavam que o contra-almirante Saldanha da Gama (1) se havia retirado da Baía do Rio de Janeiro nos navios de guerra da esquadra portuguesa, abandonando, deste modo, não só os navios de seu mando como também a grande quantidade de armamento e munições que possuía. Muitas conjecturas aterrorizadoras se fizeram ouvir da boca dos dirigentes, que julgavam que a morte da revolução estava decretada, diante dum fracasso tão estrondoso!...

Diante da desgraça por eles observada, que se aproximava, qual sombra corvejativa das nossas armas resplandecentes pelo brilho de tantas glórias, o

diretor supremo da luta enxergou uma luz no meio da escuridão pardacenta da desgraça, viu naquela aberta o farol da salvação e para ele convergiu os seus olhares.

Tornava-se urgentíssimo um remédio para evitar a catástrofe que se lhe avizinhava, e foi assim que apareceu um plano que devia pô-lo, em primeiro lugar, a salvo com a sua esquadra, e em segundo, libertar a terra rio-grandense do jugo abastardado que a atrofiava.

Discutidos os meios e modos que se deveriam empregar na ação, ficou por fim assentado que o corpo de exército do general Laurentino, composto de 635 homens, e o do general Salgado, composto de 1.300 homens, se embarcariam nos navios da esquadra revolucionária, que forçariam a barra do Rio Grande, desembarcando, metade no local denominado Macega e outra metade no cais da própria cidade; os navios protegeriam o desembarque, bombardeando os pontos fortificados e coadjuvando por todos os modos, a ação da força que, dividida, desembarcaria quase simultaneamente.

Preparativos para a expedição – partida

Organizado o plano, discutiu-se depois por alguns dias a época da partida!!...

Afinal, ficou resolvido que abandonaríamos o porto de Paranaguá no dia 28 de março, aproando daí para o porto do Desterro onde se achava o general Salgado com o seu exército.

Neste último porto, estivemos 3 dias que se gastaram unicamente em EMBARQUES E DESEMBARQUES!!!!...

De chegada desembarcaram as forças do general Laurentino, no dia seguinte, embarcaram-se as forças do general Salgado e no terceiro dia reembarcaram-se as forças que haviam desembarcado. A presteza da nossa expedição estava seriamente comprometida com esta contradança inexplicável. Os críticos imparciais não poderão deixar de atirar sobre os que se fazem responsáveis por atos desta natureza a pecha de ineptos e incapazes.

No dia 2 de abril, largamos do porto do Desterro em direção à barra do Rio Grande.

Nessa viagem gastamos 4 dias e 3 noites. Explicam-nos esta demora, por um desarranjo de máquina a bordo do *Meteoro*. No dia 6, pela manhã, estávamos diante da barra.

Desembarque – ataque às trincheiras

Nesse momento os cruzadores *Urano* e *Íris* atracavam no trapiche da Companhia Francesa, localizado na barra, fazendo desembarcar as forças do general Laurentino, que aumentadas de mais 250 patriotas ao mando do coronel Cortes, imediatamente atacaram as trincheiras em questão. Mui próximos estávamos já, quando vimos desiludidos que elas já se achavam abandonadas, e que, apenas alguns grupos de fugitivos, corriam em debandada, fora do alcance de nossas armas.

O coronel Cortes, recebendo ordens de acampar nessa posição, recolheu como troféus de vitória algumas espingardas, 10.000 tiros e 4 canhões Krupp inutilizados pela falta de culatras. Estas foram mais tarde encontradas.

Marcha sobre a cidade

Contramarchando dos entrincheiramentos inimigos em direção ao trapiche acima mencionado, o almirante chefe ordenou que marchássemos em direção à cidade do Rio Grande, no intuito de atacar as fortificações que a defendiam. Eram 3 horas e 35 minutos quando partimos. A distância que nos

separava da cidade, nesse momento, era de 19 quilômetros mais ou menos. Conduzidos por mau *vaqueano*, fomos tropeçando em mil dificuldades: aqui – eram os inconvenientes do terreno, ali faltavam os meios de locomoção para o transporte das munições e da artilharia, enfim, devido à imperícia desse mau *vaqueano*, fomos levados por caminhos errados, que nos alongaram o trajeto em mais de 3 quilômetros. Muito ao longe, vimos um trem que do Cassino conduzia para a cidade os fugitivos da barra, sendo-nos impossível atacá-los por estarmos na margem oposta da Lagoa Mangueira (2).

A esquadra na barra – entrada – derrota inimiga

Para principiar, é preciso notar que o *República*, fazendo a vanguarda da divisão, e sem conduzir um só homem de desembarque, conservou-se nessa posição, até a emaranhada barra que íamos forçar.

Nesse momento, porém, o *Urano*, comandado pelo intrépido e denodado 1º tenente Costa Mendes, passou para a vanguarda da divisão no intuito de abrir caminho para os demais, devido aos conhecimentos que dessa barra tinha esse valente marinheiro. Sem dificuldades venceu todos os obstáculos, e quando viu que todos os navios estavam a salvo dos bancos, fez sinais significativos ao navio chefe (o *República*) que estava terminada a sua missão. O *República*,

chegando à fala com o *Urano* ordenou-lhe que continuasse na vanguarda. Nesse mesmo instante as fortificações inimigas situados em frente à barra, desprendiam contra os navios revolucionários os seus nutridos fogos.

O cruzador que se designava para fazer a vanguarda da divisão trazia a seu bordo trezentos e tantos homens de desembarque.

Esse paquete da Companhia Frigorífica recebera o nome de cruzador pelo fato único de conter no seu tombadilho 3 metralhadoras e 2 canhões de tiro rápido. Avaliem agora os competentes, os motivos que determinaram esta ordem, transmitida a um navio em tais condições.

Porém, continuemos o histórico:

O *Urano*, guiado audazmente pelo seu valente chefe, pejou contra as trincheiras inimigas, todas as suas armas de guerra; conseguindo depois de alguns minutos, deixá-las pela popa, sem que um só estilhaço de granada viesse feri-lo na sua marcha ousada. Todos os canhões da esquadra revolucionária despejaram-se ao mesmo tempo contra as passageiras fortificações inimigas, que, acossadas por essa verdadeira saraivada de balas, calaram os seus fogos delas.

Só à noite fechada conseguimos chegar à Estação Vieira (Estrada de Ferro do Cassino) onde acampamos.

Por um ajudante de ordens do general Laurentino, soube que ali acampávamos para dar alimento e repouso aos soldados, e que o reconhecimento às trincheiras só se faria no dia seguinte. Um dos piquetes

avançados, que guardavam o nosso acampamento, trouxe à presença do Sr. general Laurentino 2 soldados extraviados das forças que guardavam a barra, os quais nos ministraram as seguintes informações: que a guarnição da cidade se compunha de seiscentos e tantos homens, e que da Lagoa Mangueira ao mar havia uma forte linha de trincheiras intercaladas de redutos que estavam perfeitamente artilhadas. Diante destas declarações o general Laurentino enviou uma nota ao Sr. almirante Melo, fazendo-lhe diversas considerações, que na minha opinião se traduzem do seguinte modo:

O general achava errado aquilo que fazia por ordem superior e queria o cumprimento do plano que assinara. A resposta do almirante, que não sabemos se foi verbal ou escrita, veio acompanhada do seguinte ofício, endereçado pelo general Salgado, comandante da forças de desembarque, ao general Laurentino:

“Barra, abril 7 de 94.

General Laurentino

Mui cedo levanto acampamento.

Deveis permanecer aí até minha chegada. Mande cavalos para conduzir a artilharia. O inimigo dispõe desta arma e assim nos levará mais esta vantagem além do entrincheiramento. – *Salgado.*”

Preparativos primitivos

Considerando como retaguarda o ponto onde se achava a esquadra, tínhamos pela direita a cidade do Rio Grande, pela esquerda o Cassino, e pela frente, a uma distância de 5 quilômetros mais ou menos, a Estrada de Ferro que liga Pelotas ao Rio Grande. Um piquete, composto de 8 praças montadas ao mando do valoroso major João Guedes, foi encarregado de observar a nossa frente, na qual devia operar, destruindo a Estrada de Ferro. Pelas 9 horas, mais ou menos, um trem conduzindo tropas de Pelotas para o Rio Grande, descarrilhou num dos pontos destruídos, e o valente moço, autor desse trabalho, afirma que foi tal o pânico lançado no meio dos soldados inimigos, nessa ocasião, que prorromperam em entusiásticos vivas: ao almirante Melo, à revolução, etc. e etc.

Compreende-se perfeitamente o motivo de tais aclamações: eles estavam diante de uma catástrofe tremenda, e viam, naturalmente, que a mão inimiga por ali andara.

Mais bem dirigidos do que nós, talvez, imaginaram, como era de esperar, que ali se achava uma força considerável que os atacaria indubitavelmente. Nada disso, porém, acontecia, infelizmente para nós, pois apenas tiveram o trabalho de tirotear meia dúzia de indivíduos que, prudentemente, se retiravam. A parte destes sucessos veio em breve ao conhecimento do general Laurentino (3).

Apesar da ordem enviada pelo general Salgado ao general Laurentino, para que o esperasse no acampamento onde se achava, este mobilizou a força de seu comando, avançando mais 3 quilômetros e adiantando-se com a vanguarda comandada pelo aspirante Coelho para fazer o reconhecimento do terreno. Um furriel, prisioneiro por um dos nossos piquetes de descoberta, confirmou as palavras dos prisioneiros da véspera. Quando o general avançava com a vanguarda, soube por uma parte, mandada pelo comandante de um piquete de descoberta enviado em direção à Quinta, que um novo trem, conduzindo reforços consideráveis para os entrincheirados, parara no lugar do primeiro desencarrilhamento. A parte dizia ainda, que estas forças, desembarcando apressuradamente, marchavam sobre a cidade. O general ordenou então, ao signatário deste, que seguisse com a ala direita do 25º batalhão para impedir aquela marcha. Ali cheguei, depois de três quartos de hora de marcha forçada, encontrando somente a notícia da passagem da gente e da retirada do trem.

Compreendendo a importância daquela posição, me dirigi ao general Laurentino, dando-lhe parte das ocorrências e lembrando-lhe a necessidade da colocação duma força considerável naquele ponto, que seria, ao mesmo tempo, a retaguarda dos sitiantes. Disse-lhe mais, que me oferecia para fazer aquele serviço, desde que ele se compromettesse a mandar em meu auxílio, um piquete de cavalaria.

Aceita a minha proposta, para lá seguiu um contingente do 8º regimento da cavalaria rio-grandense, comandado pelo fiscal do mesmo o major Damásio que se me apresentou na tarde do dia 7.

O inimigo em marcha pela retaguarda

Na tarde desse mesmo dia, soube que o inimigo em número de 300 homens, comandados por Juvêncio Alves, havia chegado ao Taim, 6 léguas para diante do ponto em que me achava.

Desta notícia, fiz ciente ao general, ponderando-lhe que era conveniente a localização duma força considerável naquele ponto, e que isto se conseguiria com a vinda da ala esquerda do 25º batalhão, acompanhada do esquadrão de cavalaria ao mando do major João Guedes. No outro dia (8), pela tarde, apresentou-se o major Guedes, unicamente. As forças da retaguarda perfizeram nesse momento, um total de 130 homens. O seguinte dia passou sem novidade importante, até a noite.

O exército atacando as trincheiras

Enquanto estas cousas se passavam na retaguarda, distante das trincheiras inimigas se desenrolavam os seguintes fatos:

Chegando o general Salgado com o seu exército, ao ponto onde se achava o general Laurentino, ambos avançaram para os entrincheiramentos, tomando posição conveniente, e fazendo sérios e aproveitáveis reconhecimentos.

As forças ficaram assim distribuídas:

O general Salgado ocupando centro e flanco esquerdo, e o general Laurentino o flanco direito. O general Salgado em pessoa fez o reconhecimento. Era esplêndido o valor que mostrava diante da fuzilaria inimiga! Pelo reconhecimento ficamos convencidos que a linha de trincheiras que se estendia da Lagoa Mangueira ao mar, estava solidamente edificada. No centro havia um reduto de primeira ordem, nos flancos do mesmo, dois redentes que se ligavam ao reduto por profundas e largas valas.

Dos redentes partiam para as margens do mar e da lagoa valas de edificação iguais às já citadas. Estas fortificações estavam defendidas por grossa artilharia.

Premeditação do assalto

O general Salgado, de combinação com o general Laurentino, resolveram atacar as trincheiras inimigas na madrugada do dia 8.

Na retaguarda recebi um ofício do general Laurentino, ordenando-me que, sem demora, marchasse a tomar posição no flanco direito, a fim de coadjuvar o assalto.

Marchei imediatamente.

Estavam as coisas neste pé, quando apareceu esta declaração, por escrito, de alguns oficiais (comandantes de brigadas e corpos) do 2º Corpo do Exército Nacional Provisório:

“Sobre as probabilidades do êxito de um assalto à viva força às trincheiras que defendem a cidade do Rio Grande, sitiadas neste momento pelas forças revolucionárias, os comandantes dos diversos Corpos do 2º Corpo do E.N.P., abaixo firmados, são de opinião que é inteiramente duvidoso o resultado de uma ação empenhada nesse sentido, em vista dos importantes trabalhos de defesa que garantem essa cidade e da força de artilharia existente na mesma. No combate travado hoje por nossas forças de reconhecimento, com o inimigo, deixa ver a imensa dificuldade que temos em aproximar-nos, pelo grande número de baixas sofridas por nossas forças. Dado o caso, mui provável, de sermos rechaçados pelo inimigo, não dispomos de uma força regular de cavalaria que possa proteger a nossa retirada e impedir, conseqüentemente, o massacre imediato.

Agregue-se a estas razões a falta de elementos de guerra, indispensáveis para um ataque nestas condições. Em vista, portanto, destas considerações,

julgamos ser inconveniente o ataque à viva força, porquanto, o fracasso provável nos acarretará graves e funestas consequências.

Barra – madrugada – 8-4-94.”

(Seguem as assinaturas)

Em vista desta manifestação, da parte dos oficiais do Corpo do Exército do general Laurentino, os oficiais do 2º Corpo do Exército Libertador, reunidos, declararam, que não contando com o concurso franco daqueles oficiais, tornava-se inteiramente impossível levar a efeito o ataque premeditado.

Esta declaração chegou ao conhecimento do general Laurentino, que, imediatamente, passou o seguinte ofício ao general Salgado:

“Quartel General do 2º Corpo do Exército Nacional Provisório na barra do Rio Grande, etc.

Pelas declarações feitas pelos dignos oficiais do vosso Corpo de Exército, que tive ocasião de ler, motivada pela declaração escrita, dos oficiais comandantes de corpos e de brigadas do Corpo de Exército do meu comando, relativa ao modo porque pensam sobre o ataque à cidade do Rio Grande, depreende-se que os mesmos oficiais compreendem na dita declaração, uma negativa do concurso para o assalto. Como já lhe manifestei, verbalmente, não negamos o auxílio para qualquer feito que possa trazer vantagens para a revolução nem tampouco deixaremos de cumprir as ordens que nos derem os chefes responsáveis.

Assim, em tempo declaro: que se houvesse desacordo entre o meu parecer e o de meus oficiais, ainda assim, estaria muito em tempo para ordenardes o assalto, porque as posições que ontem ocupávamos, são ainda, não as mesmas, porém, mais avançadas. Posso garantir-vos no entanto, que no cumprimento de vossas ordens, iremos até o sacrifício. Saúde e fraternidade.

General *Laurentino Pinto Filho*

Ao Exmo. Sr. general Luiz Alves de Oliveira Salgado."

O general Salgado resolveu submeter esses fatos à apreciação do almirante Melo, e desta comissão foi encarregado o 1º tenente Filinto Perry (4).

Ordem de ataque do almirante

Na tarde do dia 8, voltou Perry com a resposta do almirante Melo, que não era outra coisa senão este dilema irrecusável: ou atacamos o inimigo dentro do prazo de 24 horas ou então a esquadra saíria barra fora, deixando-nos em terra e recolhendo a bordo unicamente o Batalhão Naval e os oficiais que quisessem segui-lo. Diante dessa ordem, que, militarmente, se pode chamar bárbara, convocaram uma reunião de oficiais, na qual ficou resolvido que o general Salgado, o general Laurentino e o comandante Perry fossem falar ao almirante

Melo, a fim de obter modificações para aquela ordem, que metia num círculo de ferro a ação de um exército cheio de feitos gloriosos!

Seguiram, pois, os comissionados para a conferência com o almirante. Nessa conferência estiveram presentes os Srs. almirante Melo, generais Salgado e Laurentino, tenente Perry, capitão-tenente Candido Lara e 1º tenente Francisco de Matos. O almirante não quis modificar a ordem e o general Salgado voltou resolvido a cumpri-la.

Derrota da retaguarda revolucionária

Quase simultaneamente com estes acontecimentos, isto é, no dia 9, pelas 11 horas da manhã, chegou ao meu conhecimento, que o Sr. Carlos Telles, comandando um grande contingente de tropas das 3 armas, se aproximava da Quinta. Sem confiar em ninguém para verificar o que de real existia, resolvi ir em pessoa, em descoberta ao inimigo. Convidei os majores João Guedes e Damásio, e, à frente de 30 homens de cavalaria, me dirigi à Quinta, por onde fiz o reconhecimento a mais de légua para diante. Sem encontrar indício algum da falada aproximação, voltei ao acampamento, de onde enviei uma praça ao general Laurentino, comunicando-lhe as ocorrências e os boatos alarmantes que me chegavam continuamente.

Nessa ocasião, como nas anteriores, lhe fiz ver que para conter o inimigo que fatalmente nos atacaria, éramos impotentes, (a retaguarda) não só pela nossa pequenez numérica, como também pela falta de munições; disse-lhe, concluindo: estamos a 40 tiros por praça. Este correio já havia partido quando me chegou aviso de um piquete avançado, que o inimigo desembarcara nas proximidades da Quinta. Eram 10 horas da noite.

Expedi as necessárias ordens no sentido de que toda a força ficasse de prontidão, ao mesmo tempo que enviava novos avisos e reiterava meus pedidos ao general que me comandava. Esquecia-me dizer que na tarde desse dia, chegara ao acampamento o Sr. Franklin Cunha, que por ser o mais graduado de nós, assumira o comando da citada força. Como era natural, passamos uma noite de vigílias e sobressaltos durante a qual foram enviados ao Quartel General do Comando do 2º Corpo do Exército Nacional Provisório, mais 3 emissários, reclamando reforços e munições, que sem embargo não apareciam. Às 3 ½ horas da madrugada apresentou-se ao meu acampamento o coronel Franklin Cunha, convidando-me para BATER O INIMIGO. Medindo bem as circunstâncias do momento, lhe fiz ver a nossa impotência para tal fim. Ocorreram-me ainda à memória estas ponderações que lhe fiz: O inimigo deve ser bastante forte e não se deixará bater por tão insignificante grupo, como somos, a infantaria de que dispomos está muito mal municiada, daqui ao lugar onde se acha o inimigo, deve haver 5 quilômetros, mais ou menos, e no trajeto gastaremos o tempo preciso para que apareça a luz do dia, o inimigo reconhecerá imediatamente a nossa pequenez, e o desastre está certo, a vossa

gente está montada, porém, a minha desmontada; podeis, portanto, no momento oportuno, retirar com a maior facilidade, enquanto que eu fico colocado nas pontas desse dilema: ou morro com todos os meus infantes debaixo das patas da cavalaria inimiga, ou terei de fugir, vergonhosamente, para me ocultar na mata da beira-mar. sem que fossem contestadas as minhas objeções, recebi novo convite... Refletindo que no outro dia me chamariam de covarde se eu me recusasse a acompanhar o Sr. Cunha, aceitei aquele convite, que tinha mais de imposição do que de ordem. Já estou muito acostumado a ouvir estes julgamentos da ignorância incompetente.

Mandei formar a infantaria, e incorporado ao coronel Cunha e ao major Guedes, segui em direção ao local onde se achava o inimigo.

Depois de $\frac{3}{4}$ de hora avistamos os fogos que assinalavam aquele acampamento. Eu marchava pelo leito da linha férrea e a cavalaria marchava pelo meu flanco esquerdo.

Achava-me a uns 300 metros do inimigo, quando recebi ordem do coronel Cunha, transmitida pelo tenente Flávio Gomes, de avançar o mais que pudesse desse acampamento para tiroteá-lo, enquanto que ele carregaria pelo meu flanco esquerdo. Sem discutir o absurdismo daquela ordem, dispus a força para o ataque, e avancei 100 metros mais ou menos. Nessa ocasião, por felicidade minha, um soldado do Sr. coronel Cunha deixou disparar uma espingarda, a algumas centenas de metros, para trás de minha linha.

Foi assim que o inimigo pressentiu. Avançando, ordenei que rompesse o fogo. O inimigo creio que dormia tranquilamente, motivo pelo qual demoraram alguns minutos em responder os meus fogos; porém, desfeito o pânico da surpresa, veio a reação mais forte do que eu esperava. O inimigo, contornando-me pela direita meteu-me entre 3 fogos: frente, flanco direito e retaguarda. O fogo da retaguarda foi notado pelo alferes Leopoldo que prontamente me disse: Estamos com a retaguarda cortada!

Nessa ocasião ordenei ao corneteiro que fizesse o toque de carga, sinal convencionado para a retirada, e mandando calar baionetas, tomava posição para romper o sítio, quando vi que a força que me tiroteava pela retaguarda era a do Sr. coronel Cunha!!!

Foi grande a minha indignação, mas foi justa...

Comuniquei ao coronel Cunha, que ia encetar, a retirada, e marchei pelo mesmo caminho por onde havia avançado. A cavalaria, em linha de batalha, marchava na minha retaguarda. Chegados ao lugar de onde havíamos partido, esperamos a chegada do inimigo que vinha em nosso encalço. O sol vinha aparecendo. Nesse momento chegavam reforços do grosso do Exército na seguinte ordem: 60 praças do 25º batalhão de infantaria comandados pelo meu digno amigo major Pianelli, 1ª companhia do Batalhão Naval, comandada pelo aluno da Escola Naval Muniz de Aragão, ala esquerda do 17º batalhão de infantaria comandada por um alferes, cujo nome não me ocorre, ao chegarem estas forças o Sr. coronel Cunha mandou postá-las em ordem de batalha.

Qualquer gaúcho guerrilheiro enxergaria, a simples golpe de vista, que a posição tomada pelo Sr. Cunha, pra enfrentar ao inimigo, era desvantajosa para nós e esplêndida para eles. Justifiquemos a desvantagem da nossa posição.

Do ponto donde nos alinhamos, em batalha, a uma distância de 600 metros para a frente existiam três trincheiras naturais de que o inimigo se apossaria naturalmente; uma casa, cujo tapume era ladeado de profundos vales; em oblíqua com a nossa direita, porém, também à direita da casa acima falada, uma grande mata; e entre estas duas trincheiras naturais a curva pronunciadíssima da linha férrea; pela retaguarda tínhamos um grande aramado ladeado de profundas valas, fazendo paralelismo com a nossa linha e que distava de nós uns 600 metros aproximadamente. Foi, pois, com estas observações reais que tive ânimo para dizer ao meu companheiro de lutas, que a linha de batalha não estava bem localizada naquele ponto, indicando-lhe a posição mais conveniente e fazendo-lhe as observações acima.

É bom, para que a verdade não seja adulterada, que se diga que as minhas observações não foram tomadas em consideração. Pouco depois chegou o meu companheiro major Pianelli, que fez ver a seu turno as desvantagens da posição, sendo igualmente infeliz.

A direção tomada pelo Sr. Cunha desesperou-me. Indagando qual a munição de que dispúnhamos, verifiquei que os nossos soldados só traziam a munição das patronas.

Cientificando esta ocorrência ao coronel Cunha, este ordenou-me que fosse ao acampamento pedir reforços e munições e cientificar ao general em chefe do estado em que nos achávamos.

Parti a galope, e curta distância havia percorrido, quando encontrei o bravo coronel Portinho, que, à frente de 200 homens da brigada de seu comando, vinha em nosso auxílio, trazendo algumas munições de sobre-excelente. Parei para cumprimentar o bravo gaúcho, e rapidamente lhe cientifiquei de todas as ocorrências, manifestando-lhe a minha grande satisfação por vê-lo, pela antiguidade de seu posto, colocado na direção do combate que íamos travar. Renovei ao general Portinho as indicações desprezadas pelo coronel Cunha. A força que chegava estendeu em linha de batalha no aramado da retaguarda da linha que estendia o coronel Cunha. Nessa ocasião o inimigo estendia em linha a uns mil e quinhentos metros de nossa fronteira.

Essa linha, que tinha mais de 2.500 metros de extensão, era formada por fortes esquadrões de cavalaria.

A nossa força estava assim distribuída: flanco direito: ocupado pelas duas alas direitas dos 25º e 17º batalhões de infantaria e pela 1ª companhia do Batalhão Naval; centro – a 5.000 metros para trás a brigada do coronel Portinho; e flanco esquerdo – a ala esquerda do 25º batalhão de infantaria e 8º regimento de cavalaria.

O inimigo se conservou imóvel por alguns minutos, parecendo esperar o nosso desafio.

Este não se fez esperar, e o corneta do comandante Portinho restrugiu pelos ares a nota grave do cumprimento do dever.

Reboaram de um extremo a outro de nossas linhas os sinais abraçados de fogo e avançar. As nossas linhas precipitaram-se sobre o inimigo, que cedeu ao valor desse primeiro embate dessa falange de bravos.

Ao passo que as nossas linhas avançavam entusiasticamente, as inimigas retiravam a galope. Guiados pelo heroísmo enlouquecido do magnânimo Portinho, que animava a todos pelo exemplo, chegamos quase a ocupar a posição onde o inimigo se alinhara no começo.

Tínhamos avançado mais de 1.200 metros. Nesse momento, porém, notamos que a companhia do Batalhão Naval corria em retirada.

– *Porque correm os valentes?* (textual) me perguntou o coronel Portinho, designando o grupo que fugia.

– Talvez tenham esgotado as munições – respondi-lhe.

– Vá indagar o motivo daquela retirada.

Corri-lhes ao encalço e perguntando ao comandante da companhia o motivo daquela retirada, este respondeu-me que não tinha mais munições. Delicadamente, fiz ver ao moço comandante, que não era bonito uma retirada com aquela precipitação, além de que era inconveniente na presença do inimigo fazê-la em tais condições. quando procurava o coronel Portinho, para dar-lhe contas da minha incumbência, vi que alguns soldados do flanco direito

imitavam o exemplo dado pelos marinheiros, e, indagando o motivo de tal procedimento, obtive a mesma resposta que recebera primeiro.

Corri ao encontro do coronel Portinho, cientificando-lhe de que a retirada já tinha principiado pela falta de munição. O coronel ordenou-me que mandasse alguém ao acampamento em procura de munições. O processo de procurar alguém capaz, em momentos tais, é sempre moroso.

Compreendi, imediatamente, que toda a demora nos seria prejudicial, e resolvi ser o encarregado dessa importante comissão. Meia hora depois voltava, e nessa ocasião, já quase em meio caminho me achava, quando tive aviso, por um oriental, ao meu encalço mandado pelo meu bom amigo coronel Vasco Alves, de que o inimigo havia destroçado a nossa gente, e que voltasse, se queria escapar à sanha dos vencedores. Voltei imediatamente.

Momentos depois encontrei os poucos que haviam logrado escapar e por eles soube com verdade o que abaixo vai exarado.

Quando os nosso vinham em retirada, pelo flanco direito, vinha o bravo alferes Olavo, que trazia em ordem militar um bom número de soldados de infantaria. Na retaguarda deste vinha retirando, desordenadamente, o 8º regimento de cavalaria do comandante Cunha. Este, dirigindo-se ao alferes Olavo, intimou-lhe que se estendesse linha de batalha, para proteger a retirada do seu regimento de cavalaria!...

Quando o último cavalariano passou em vertiginosa carreira, o coronel Cunha dirigiu-se ao alferes Olavo, com essas memoráveis palavras:

– AGORA PROCUREM ESCAPAR COMO PUDEREM!...

E partiu a galope.

Este fato é digno de ser IMITADO PELOS MODERNOS GENERAIS!...

Não posso descrever a situação dos que fugiram, desordenadamente, sem um tiro em suas patronas . É muito doloroso para mim!... O grosso do exército, que sitiava as trincheiras, principiou os preparativos para a retirada que se apresentava como indiscutível e inevitável (6).

Retirada

Quando se empenhara o combate, o general Salgado e o general Laurentino se achavam a bordo do *República*, em animada conferência com o Sr. almirante. O resultado dessa conferência foi uma ordem terminante para que atacássemos as trincheiras à viva força. A retaguarda vinha em retirada quando elas chegaram ao acampamento.

O general Salgado foi ao lugar do sinistro, e, ao voltar, ordenou que a força ficasse em ordem de marcha.

Depois de saber que todos os extraviados do combate já se haviam recolhido ao exército, ordenou a retirada, obrigada nesta ocasião pelo abandono

em que se achava a Estação Vieira (ponto estratégico que nos garantia a retirada no caso de sermos atacados pela frente e pelo flanco), ocupada por foças do general Laurentino, que não ordenou aquela desocupação.

A retirada do exército para o ponto abandonado se fez na melhor ordem.

Mais tarde ocupamos outra posição mais conveniente, entre a Lagoa Mangueira e a barra.

Aí esperamos o ataque combinado das duas colunas inimigas.

Nessa ocasião o general Salgado recebeu do almirante Melo a seguinte ordem: – OU ATACA O INIMIGO, OU O DEIXO EM TERRA COM O SEU EXÉRCITO.

Os generais Salgado e Laurentino dirigiram então ao almirante Melo o seguinte ofício:

“Não podemos atacar o inimigo porque se compõe de forças de cavalaria e não de infantaria, perseguindo-os seremos levados ao terreno que mais lhes convier e aí seremos envolvidos por todos os lados. Na posição garantida que ocupamos atualmente só podemos esperar ataque e nunca atacar o inimigo. (Assinados...)”.

Poucos momentos depois o general Salgado recebeu do almirante Melo, em resposta ao ofício acima, a mesma ordem brusca acompanhada de ameaças de abandono.

Última entrevista

A bordo do *República* houve uma última e animada conferência, na qual se discutiu a impossibilidade de ali permanecerem no intuito de ocupar a cidade.

Os generais propuseram ao almirante que nos mandasse transportar para a margem oposta da Lagoa dos Patos, a fim de levarmos ao centro do estado todos os elementos de que dispúnhamos. Esta proposta foi rejeitada.

Depois de muitas discussões, ficou acordado que seguiríamos para S. Francisco.

Embarque das tropas

No dia 11 embarcou o Exército Revolucionário nos navios da Esquadra, que se fez ao mar às 6 horas da tarde.

No dia 13, às 4 horas da manhã, chegamos ao porto de Castilhos, e não no de S. Francisco, como estava combinado (7).

Por ordem do almirante Melo, encetou-se o desembarque das tropas. Às 4 horas da tarde uma canhoneira oriental intimou o chefe da Esquadra a sustar o desembarque. Nesse mesmo dia partimos para Buenos Aires, onde chegamos no dia 16, às 4 horas da tarde. Todo o material bélico de que dispúnhamos foi lançado ao mar.

Conclusão

Tenho ouvido opiniões contrárias a respeito da responsabilidade pelo fracasso dessa expedição. Todos se querem eximir dela, e o público fica emaranhado diante da contradição das opiniões que se chocam.

A verdade do que ali se passou vai acima exarada com toda a pompa da exatidão.

Com a mesma imparcialidade com que descrevi as pelejas que ali travamos, vai também agora distribuída a responsabilidade.

Penso que cumpri um dever, historiando, com verdade, esses acontecimentos, e animado por esta convicção me atrevo a prosseguir.

Quem é o responsável por esta catástrofe?

A quem cabe a responsabilidade desse desastre tremendo que venho de relatar?!... Ao comandante em chefe das operações, ou ao comandante das forças de desembarque?

O observador calmo e desapaixionado, que refletir seriamente sobre o que, com fidelidade, exponho, não vacilará certamente em afirmar que ela pertence, inteira e exclusivamente ao comandante em chefe...

E senão discutamos: o plano organizado pelos diretores do movimento que fracassou foi alterado; estava combinado que as forças divididas desembarcariam simultaneamente, metade no ponto da *Macega* e a outra parte no cais da cidade, enquanto que a Esquadra bombardearia os pontos fortificados.

Pois bem, não só não houve a falada divisão da força e desembarque simultâneo, como também a Esquadra não cumpriu o prometido; ela conservou-se esse resto de dia e a noite inteira no fundeadouro da barra... Só muito tarde, no dia seguinte, foi que parte dela marchou sobre a cidade. Dessa morosidade *relaxada* resultaram coisas muito naturais – providências tomadas pelo inimigo para nos dificultarem a ação.

Foi por isso que a Esquadra, no dia seguinte, encontrou o canal que nos conduziria à cidade atulhado por embarcações postas a pique; foi ainda devido a

essa inépcia inqualificável que o inimigo pode reforçar as fortificações, porque não teve a necessidade de dividir a força de que dispunha.

Agora vejamos o reverso: na ocasião em que forçamos a barra, a guarnição do Rio Grande compunha-se de 600 homens, mais ou menos. Se se tivesse executado o plano combinado, o resultado teria sido outro, naturalmente. Enquanto metade da força desembarcava na *Macega*, a outra metade estava desembarcando no cais; o inimigo se veria na contingência, irremediável, de dividir a força de que dispunha, e este fato lhe trazia o resultado do enfraquecimento imediato. A Esquadra, bombardeando os pontos necessários, lançava, com o incêndio de suas bombas, o pânico no meio dos assaltados, e a cidade, nesse mesmo dia, não vacilo em afirmar, estaria em nosso poder (8).

No momento em que forçamos a barra, éramos quatro vezes superiores ao inimigo. Com estas considerações se enxerga, mui claramente, a solução do problema: A responsabilidade pertence, inteira e exclusivamente, a quem tinha direito a ser obedecido, porque só este podia modificar, pelo critério da sua autoridade, uma cousa que estava discutida e deliberada. Então, *X* é igual ao alterador do plano. Vejamos, pois, quem tinha competência para alterar um plano de guerra que tinha sido discutido, deliberado e assinado por três generais. O bom senso manda afirmar que só a combinação dos três poderia desfazê-lo; porém, eu afirmo, em nome da minha fé de cavalheiro, em nome da minha honra de soldado, que os generais Salgado e Laurentino não foram ouvidos nessa alteração, porque o Sr. Melo, com a sua autoridade de comandante em chefe, ordenou que as operações seguissem esse novo rumo.

Está, pois, descoberto o valor de *X*, e o Sr. Melo está responsabilizado, perante a história, pela catástrofe que deploramos sinceramente.

Mais duas palavras

O Sr. almirante Melo procura desviar-se da responsabilidade, que lhe cabe inteira e exclusivamente para ocultar-se por detrás das costas largas do general Salgado, que acidentalmente comandava as forças de desembarque. E dizemos acidentalmente, porque o comandante em chefe não o nomeou para esse cargo; o general Salgado era o mais antigo e o mais graduado, e por isso comandava a todos. Vejamos, pois, como se funda a acusação do almirante.

Pelo que entendi da sua *Ordem do Dia*-manifesto, quer ele dizer que a tomada do Rio Grande dependia, em primeiro lugar, do assalto às trincheiras que guardavam a cidade, e em segundo do ataque levado a efeito contra as forças que haviam destruído a nossa retaguarda, aumentadas ainda das forças que guarneciam as trincheiras; é este o inimigo de que fala na sua última e ameaçadora ordem endereçada ao general Salgado. É fácilimo provar que o Sr. almirante está enganado. Por informações fidedignas calculamos em 1.500 o número de sitiados no dia em que o Sr. almirante ordenou, pela primeira vez, o assalto às trincheiras.

Estas, como já dissemos acima, eram de superior construção, seja dito no princípio da argumentação.

O efeito da insignificante cavalaria, de que dispúnhamos, era nulo diante daqueles entrincheiramentos, e o ataque só podia ser executado pela infantaria. A nossa infantaria tinha este nome pelo fato único de não andar montada, pois que infantaria só a compreendemos armada à baioneta. É verdade que contávamos com alguma força regular de infantaria, mas esta não atingia a 550 homens. Era então com estas baionetas que íamos entrar em luta contra um número triplicadamente maior de baionetas?

Foi, pois, muito natural a irresolução manifestada pelo chefe das forças de desembarque, diante das repetidas ordens do Sr. Melo, para que se assaltasse as trincheiras. Só há duas coisas que podem determinar a prática de atos tais: a ignorância completa das práticas da guerra, ou a loucura transformada em entusiasmo. Tenho dito o suficiente para explicar a protelação do assalto tantas vezes ordenado pelo Sr. Melo. Pela exposição minuciosa, que faço, dos fatos que ali se desenrolaram, fica provado que o ataque ia ser levado a efeito no dia em que foi batida a nossa retaguarda. Mas, qual é o general que poderia garantir o bom êxito desta empresa, com os elementos de que dispúnhamos?! Nenhum, por certo; no entretanto, o Sr. almirante afirma que a tomada da praça do Rio Grande dependia, exclusivamente, deste assalto. A segunda afirmativa, então, é que cai à mais simples e leve argumentação. Concordamos que o ataque às trincheiras fosse o único caminho a seguir, depois que o primeiro plano de combate foi abandonado *in totum*. Mas, depois da apreciação que fizemos sobre as

circunstâncias que predominavam no momento, e sobre as impossibilidades reais que se apresentavam, fica eloquentemente demonstrado que a vitória estava vacilante para ambos os contendores.

Nenhum dos nossos bravos companheiros, tão acostumados às refregas de tantas batalhas difíceis, tinha ânimo para dar uma opinião convencida sobre o resultado futuro do encarniçado combate que íamos travar. Mas vamos admitir que houvesse igualdade de forças, para fazer as seguintes considerações que nos sugerem. Dizemos igualdade de forças, unicamente para proteger a afirmativa do Sr. Melo, porque não compreendemos igualdade de forças entre duas frações de naturezas tais. As forças sitiadas compunham-se de 1.800 homens e as sitiadas de 1.500; elas, além de mais disciplinadas do que nós, estavam ao abrigo de grandes trincheiras, eram-nos superiores em elementos bélicos e tinham também por si o grande incitamento do cumprimento do dever militar. Estamos convencidos que qualquer indivíduo, que entende um pouco da tática militar moderna, afirmará que diante de um ataque não poderíamos sair vencedores; porém nós, confiados na bravura dos nossos soldados, afirmamos que a vitória era apenas duvidosa para nós. A nossa retaguarda tinha sido atacada por uma coluna das 3 armas, cujo número avaliamos em 1.600, mais ou menos; aí, 400 dos nossos mais bravos companheiros foram batidos e destruídos completamente. Os efeitos grandes desse fato vieram repercutir no seio de nossas forças, que moralmente estavam derrotadas. Só podem avaliar destas circunstâncias aqueles que, como nós, têm aprendido na escola ensanguentada da guerra os custosos ensinamentos traduzidos por estes fatos.

Além do desânimo causado pela desmoralização da derrota, além da falta de elementos bélicos, além de não dispormos de cavalaria para proteger os nosso flancos, expostos aos ataques da cavalaria inimiga, aparecia ainda o espetáculo acabrunhador da pequenez do número. A força que destroçou a nossa retaguarda, adicionada à que guarnecia as trincheiras, tornava-se duplamente maior do que aquela de que dispúnhamos. Já fizemos ver claramente que a vitória se nos afigurava duvidosa, diante do ataque à guarnição das trincheiras; pois bem, agora era duplamente maior aquela com que tínhamos de lutar, e é bom fazer notar aqui uma circunstância: o reforço chegado para o inimigo trazia o grande incitamento de uma vitória recente, alcançada contra um bom contingente das nossas forças. Nenhuma circunstância favorável para nós, tudo nos estava em oposição: e o Sr. almirante Melo afirma que a vitória dependia deste ataque!!!...

Se não estivéssemos convencidos da dignidade do caráter político do Sr. almirante Melo, senão fizéssemos tanta justiça à rijeza de sua dignidade de homem e ao seu amor pela causa da revolução, diríamos que ele representava entre nós o papel de emissário do Sr. Floriano, porque a sua última ordem de ataque se traduz deste modo:

Quero o esfacelamento do Exército Revolucionário.

Notas

Nota nº 1 – *Luiz Felipe de Saldanha da Gama* – É este Sr. o homem mais prejudicial que a revolução tem possuído. Desde a sua adesão ao movimento revolucionário este entrou em nova fase; e não podia deixar de ser assim: entrava para a revolta um indivíduo inteligente e caprichoso, um marinheiro destemido, é certo, mas um monarquista convicto, um aristocrata por índole, que deixava nas praias da baía do Rio de Janeiro um cortejo, não pequeno, da sua popularidade. No momento de entrar para a luta não procurou nem salvar as aparências da situação que pretendia criar. Foi assim que a revolução, puramente republicana, que teve o seu glorioso início na Pátria Rio-Grandense, deixou aos olhos do mundo de ser o que dantes era, pra tomar um caráter essencialmente monarquista; é esta a única ilação que, com critério, se pode tirar do manifesto do excelso almirante. Porém, dizíamos nós que o Sr. Saldanha da Gama é o homem mais prejudicial que a revolução tem possuído, e íamos nos alongando sem dar princípio à argumentação de prova. Para principiar seja dito que acredito que a República está no coração de quase todos os revolucionários, e que a luta, por nós encetada, nunca foi, nem é, nem será contra a República. É mais digna a nossa campanha que se levanta contra os governos abastardados, que querem governar agachados por detrás das muralhas fortes dos canhões, donde mandam despejar metralhas contra as muralhas da opinião, que não quer ajoelhar-se para endeusá-los. Queremos também a nulificação do militarismo, porque este é a representação da força, e a força neutraliza o progresso.

Enquanto o Sr. Saldanha da Gama era apenas o *neutro* da Ilha das Cobras, o Brasil inteiro, se não desejava o triunfo da revolução, tinha no entretanto por ela as mais vivas simpatias.

De repente, porém, o almirante Saldanha se revolta e a revolução perde a dignificação de seus intuitos, manifestada no público manifesto que ele incompetentemente dirigiu à nação. Digo incompetentemente, porque ele era um adesista de última hora; entrava para uma luta que tinha chefes responsáveis, que tinha os seus compromissos contraídos e assentes e que tinha, além de tudo, os seus intuitos, dignificadores, prometidos em documentos públicos. No entretanto, ele aparece e publica manifestos; nestes nulifica os compromissos contraídos, arvora-se em chefe, toca o rebate da monarquia e quer exterminar o exército! Nesse momento, aos olhos do mundo, a luta entrou em nova fase, e as simpatias que nos votavam se converteram em ódios. Tenham em vista o glorioso procedimento do Estado de Minas Gerais, que estava, por dedicação a nós, de relações cortadas com o governo do marechal Floriano.

No momento, porém, em que o Sr. Saldanha disse ao país o que queria, o governo de Minas Gerais não só reatou as relações com o governo federal, abrindo-lhe um crédito extraordinário, como também lhe ofereceu alguns milhares de homens para sufocar a revolta restauradora.

O exército estava dividido, e a revolução contava ali com poderosos elementos; de repente, porém, fez-se a luz e eles enxergaram o Sr. Saldanha, de machado em punho, derrocando as últimas pedras dos alicerces militares.

Para não serem os cavadores do seu próprio túmulo nos abandonaram, e unificando a classe ampararam a queda do edifício que se precipitava. É minha opinião que os militares que lutaram, fora do Rio Grande do Sul, pelo governo do Sr. Floriano procederam mui condignamente, e aproveitou a ocasião para declarar que faria outro tanto, se lá estivesse na ocasião em que o Sr. Saldanha levantou a bandeira da monarquia. Fique aqui dito, uma vez por todas: acabar com o militarismo não quer dizer exterminar o exército, quer dizer, apenas, afastar os militares da gerência dos públicos negócios.

Além destes prejuízos imensos, que nos ocasionou o apoucado critério do Sr. Saldanha, o seu *gênio* diretor tão admirado pelos seus amigos evidenciou-se nulo e chato: Devido ao seu temperamento nevrótico, ficou abandonada na baía do Rio de Janeiro uma esquadra que poderia ter prestado reais e inolvidáveis serviços à revolução. Com ela também ficaram abandonados muitos dos companheiros do almirante, armamento e munições de guerra, suficientes para armar um pé de exército de 4.000 homens.

Entendeu o autoritário Sr. Saldanha que o revoltamento da sua augusta pessoa bastava para que o Sr. Floriano lhe entregasse as rédeas do governo; e alimentado por essa balela, deixou-se ficar na baía do Rio de Janeiro, até o último momento, apesar das observações e convites do Sr. almirante Melo para que se retirasse. Quando quis se retirar, a esquadra governista já se achava na barra...

Todos o comparavam ao bravo almirante Nelson, afirmando que não sobreviveria a uma derrota... mas enganaram-se, o almirante foi mais prudente

do que se pensava: ocultou-se a bordo dos navios de guerra da Esquadra portuguesa.

Creio ter dito o suficiente para justificar a minha asserção, e concluindo afirmo ao Sr. Saldanha que os republicanos sinceros estamos de guarda aos intuitos da revolução.

Sei que vou ser muito censurado por ter toda a coragem de atacar este ilustre personagem, cujo nome é para os que não o conhecem como que o resumo de uma época.

Mas é preciso que saibam qual o motivo por que o faço: Em primeiro lugar procuro salvar incólume a minha honra de republicano, e, em segundo, cumpro um dever orientando os meus patrícios, pra que eles saibam quem é o homem que está apontado para ser o chefe militar da revolução rio-grandense. Os republicanos sinceros já lavramos o nosso protesto.

Nota nº 2 – Explica-se esta impossibilidade pelo fato de nos acharmos separados deles por uma distância de mais de 3 quilômetros e, ainda, por nos acharmos na margem oposta da Lagoa Mangueira.

Nota nº 3 – Não posso deixar de censurar o Sr. general Laurentino por esta falta.

Estava mais que discutido que, por aquela entrada, viriam prontos reforços para o inimigo, e o Sr. general Laurentino devia saber que 8 homens eram impotentes para impedir a marcha de uma força considerável. Foi, pois, um erro manifesto deste general o fato de mandar para aquele sítio esta insignificante quantidade de indivíduos, quando devia ter mandado um batalhão ou uma brigada. Ele é o responsável pela entrada de reforços nos entrincheiramentos da praça.

Nota nº 4 – Entendo que o Sr. general Salgado, no momento em que se lembrou de submeter estes fatos, comprobatórios da indisciplina de seus comandados, ao juízo do comandante em chefe, não andou corretamente. Ele, unicamente ele era quem devia resolver esta questão.

Nota nº 5 – O Sr. general Laurentino diz que não se responsabiliza por esta falta, visto como, nessa noite e durante o combate de retaguarda, esteve a bordo do *República*, em conferência com o Sr. almirante Melo. Mas quem ficou dirigindo as operações?! Afirmam-nos que foi o Sr. general Guerreiro...³⁷

Nota nº 6 – Sinto profundamente que o heroico gaúcho coronel Portinho não tivesse podido modificar o seu bravo entusiasmo no momento da peleja, de

³⁷ Tal nota não aparecia no corpo do texto.

modo a não se poder eximir das acusações daqueles que só enxergam a superfície das coisas. Este esplêndido louco é por muitos responsabilizado pela debandada da nossa retaguarda.

Aclaremos este fato, para que o acusado receba o julgamento que lhe compete. A nossa força, provida de pouca munição, foi acompanhando entusiasticamente ao bravo comandante, que avançava a galope contra as linhas inimigas. Nesse avançamento vencemos uma distância de 1.300 metros aproximadamente, achando-nos nessa ocasião nas dobras apreciáveis de uma grande planura. Dado o caso de uma carga de cavalaria, feita pelo inimigo, não tínhamos a proteção de um acidente do terreno.

A nossa munição principiava a esgotar-se e a percepção do inimigo foi visivelmente feita pelos fatos acima relatados: os desmuniados principiavam a retirada inconveniente e o inimigo, percebendo-a, envolveu-nos numa furiosa carga de lanças, que custou a vida a muitos dos nossos que se atreveram a enfrentá-los. Com os elementos de que dispúnhamos não podíamos sustentar aquela luta contra um número quadruplamente maior, e a culpa do valoroso Portinho é nobre demais para que o responsabilizemos por essa derrota. Ela fica resgatada pela glória de sua audácia.

Nota nº 7 – Logo ao sairmos da barra do Rio Grande foi notado por todos que os navios, no rumo que levavam, não demandariam a costa de Santa Catarina; porém, confiados na palavra honrada do Sr. almirante Melo,

supusemos que aquilo não era mais do que uma manobra no intuito de iludir as vistas do inimigo, que certamente nos observava.

Foi, pois, muito natural que todos nos surpreendêssemos quando fundeamos no porto de Castilhos! Por explicações dadas pelo almirante Melo, soube-se que ele mudara de rota porque compreendeu a impossibilidade de continuar uma luta onde os elementos indispensáveis para a mobilização de suas máquinas de guerra se haviam esgotado. Sem embargo, todos que nos achávamos a bordo notamos que durante a viagem deste último porto ao de Buenos Aires, foram lançados diariamente e continuamente ao mar grande quantidade de carvão, pólvora, muito armamento e grande quantidade de munições.

Nota nº 8 – No desembarque, pela forma porque estava combinado, dividiríamos o nosso exército em duas frações iguais, sendo que cada uma delas seria superior a 850 homens, que atacariam pela frente e retaguarda a guarnição das trincheiras. Esta, para que se não desse este fato, tentaria atacar as duas colunas de desembarque e a divisão da força entrincheirada se faria irrecusavelmente. O número dessa guarnição, em tal momento, não atingia a 700 homens, e teríamos deste modo que dar combate simultaneamente a duas colunas inferiores em número à quarta parte de cada uma das nossas. Ao terror de que se possuiriam pelo ataque superior que lhes faria sentir a verdadeira chuva de balas despejada pelos 63 canhões da Esquadra; aqui eram famílias gritando e correndo, espavoridas; ali era o incêndio que principiava a

manifestar-se numa casa; mais adiante eram edifícios que se desmoronavam, e além de tudo a invasão por parte de uma infinidade de indivíduos que ninguém conhecia. Todas essas cousas, naturais em tais ocasiões, organizavam a confusão e com esta a conseqüente debandada. E é por isto que afirmo que dentro de poucas horas a cidade estaria em nosso poder.

**ÂNGELO DOURADO E A SITUAÇÃO
POLÍTICA DO BRASIL NO PÓS-
REVOLUÇÃO FEDERALISTA**

Em janeiro de 1905, ano também de sua morte, Ângelo Dourado publicava aquele que seria seu derradeiro livro (ou “folheto”, na linguagem da época), intitulado *A situação política do Brasil*. Tratava-se de uma compilação de vinte e quatro artigos publicados primeiro nos jornais *Diário do Jaguarão* e *Eco do Sul* cujo objetivo era, como o próprio autor afirma, transcender as limitações temporais e geográficas do meio original, reconhecendo a efemeridade e o alcance dos jornais diários. Na “advertência” que principia a obra, alerta o articulista que ela foi impressa às próprias custas, “como tem sido de todas as memórias que no interesse do país ou da ciência temos publicado”, liberando a imprensa a reproduzir livremente “o que julgasse digno de interesse”³⁸. Essa era uma das formas que o médico e escritor baiano utilizava para continuar à frente da “tropa”³⁹ federalista, seja defendendo e propagando seus ideais, seja atacando veementemente o castilhismo e suas práticas, uma forma de manter vivos os sentimentos revolucionários e estabelecer-se como oposição atuante ao regime vigente na consolidação republicana brasileira.

Ângelo Cardoso Dourado Pereira nasceu na Bahia⁴⁰, onde também formou-se médico pela Faculdade de Medicina local no ano de 1880⁴¹. Exerceu a

³⁸ DOURADO, Ângelo. *A situação política do Brasil*. Jaguarão, Tipografia do Comércio, 1905.

³⁹ Obviamente, aqui, utilizamos o conceito em seu sentido figurado, para ilustrar o tom beligerante que os escritores federalistas se valiam em sua forma de atuar por meio da imprensa, na chamada “guerra discursiva”.

⁴⁰ Quanto à data de nascimento de Dourado, os autores apresentam divergências: segundo Sérgio da Costa Franco, na apresentação do livro *Voluntários do Martírio*, ele teria nascido em 6 de outubro de 1856; informação compartilhada por Boucinha (BOUCINHA, Cláudio Antunes. *O Liberalismo e o Romantismo de Ângelo Dourado*. Bagé: Urcamp Editora, 1989, p. 11). Já para Mario de Lima Beck, Dourado nasceu em 6 de novembro de 1856 (CORREIO DO POVO, ano 63, n.

profissão por um tempo na capital baiana, ocupando o cargo de Médico Ajudante da Saúde do Porto.⁴² De lá, foi nomeado médico das colônias pelo Barão de Cotegipe e emigrou para o Rio Grande do Sul, vindo a desempenhar seu ofício médico na zona colonial gaúcha, especificamente na localidade denominada Conde D'Eu, atualmente município de Garibaldi. Dourado foi relacionado por Elvo Clemente como um dos primeiros médicos do local, a partir de seu levantamento efetuado entre os registros de correspondências, e atendia não só a colônia Conde D'Eu como também Dona Isabel e Caxias.⁴³

Em virtude de a Faculdade de Medicina localizar-se na Bahia, e ainda que para lá fossem estudantes de todo o Império e não apenas os locais, é natural pensar que houvesse já razoável número de médicos formados atuando em Salvador, o que diminuía as chances de desempenhar a contento as atividades profissionais daqueles recém-formados. Os jovens médicos, então, buscariam a sorte em outros lugares, como fez o próprio Dourado ao clinicar na localidade de Alto S. Francisco, conforme atesta artigo publicado no jornal *Gazeta Médica da Bahia*, datado de 2 de agosto de 1885,⁴⁴ antes de se transferir-se para o Rio

63, ed. 14/12/1957, p. 9); enquanto para Walter Spalding, o médico baiano nasceu em 6 de novembro de 1857 (SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*, Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969, p. 49).

⁴¹ Recebeu a titulação de doutor neste ano ao defender a tese "sobre a operação cesariana", conforme CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949, p. 149.

⁴² ECO DO SUL, ed. 1º de novembro de 1905, p. 1.

⁴³ CLEMENTE, Elvo. *História de Garibaldi: 1870-1993*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 45.

⁴⁴ O artigo intitulava-se *A pilocarpina no tratamento das adenites*, publicado na *GAZETA MEDICA DA BAHIA*. Ano XVII, nº 3, setembro de 1885 p. 105-107.

Grande do Sul. Essa preocupação com o “excessivo número de doutores” foi destacada por Dourado em um dos artigos que compõe *A situação política do Brasil*, onde, prevê, em um futuro próximo os médicos não conseguiriam obter renda nem para o próprio sustento, ou acabariam aceitando empregos públicos para atuar em localidades longínquas e que os colocariam em posição de total submissão ao Estado e aos governantes da ocasião.⁴⁵

No Rio Grande do Sul, Dourado atingiu destacada posição na sociedade da época: participou da administração municipal em Bagé, foi um dos fundadores do Partido Federalista,⁴⁶ escreveu para jornais, publicou livros, frequentava banquetes e recepções⁴⁷ da elite intelectual e política gaúcha de seu tempo,⁴⁸ tendo sido, inclusive, dirigente da Loja Maçônica Acácia Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, nos anos de 1898 e 1900.⁴⁹ Apesar de poder ser considerado parte da elite letrada de sua época, Dourado (assim como Antonio Augusto de Azevedo, o outro personagem deste livro) era um profissional liberal, compondo aquilo que hoje classificamos como membros das classes médias, o

⁴⁵ DOURADO, 1905, p; 55.

⁴⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In *República Velha* (1889-1930) / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – Passo Fundo: Méritos, 2007 – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul., p. 135.

⁴⁷ DOURADO, 1905, p. 20.

⁴⁸ Conforme o legalista Jorge Reis, durante o banquete de inauguração da charqueada de Santa Thereza, de propriedade do então Visconde Ribeiro Magalhães, “fez uso da palavra o inteligente médico e eloquente orador dr. Ângelo Dourado.” (REIS, Jorge. *Apontamentos históricos e estatísticos de Bagé*. Bagé: Tipografia do Jornal do Povo, 1911, p. 136.

⁴⁹ COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando ramas de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Porto Alegre: PUCRS, 1998 (tese de doutorado), p. 467.

que coloca em questão a afirmação geralmente associada à Revolução Federalista como uma luta unicamente intra-oligárquica, com a participação dos demais elementos sociais da época ou como sofrendores dos desdobramentos dessa luta pelo poder, ou como espectadores. Figuras como Dourado e Azevedo, além de tantos outros redatores de jornais, funcionários públicos, médicos e advogados, tiveram papéis destacados durante e depois da guerra, seja em confronto direto, seja em assumir posições escritas combativas de ambos os lados.⁵⁰

Dourado era um intelectual típico⁵¹ de fins do século XIX. Era erudito e costumava citar em seus escritos passagens célebres de autores clássicos da literatura universal, como Dante Alighieri, Luís de Camões, Miguel de Cervantes, William Shakespeare, Lord Byron, Milton, Rousseau, além dos brasileiros José de Alencar e Visconde de Taunay⁵². Ao que tudo indica, comunicava-se também em língua francesa, tendo publicado em Bagé, no ano de 1892, o estudo

⁵⁰ Sobre o papel de alguns memorialistas que não se enquadravam na definição de oligarcas e que tiveram papéis relevantes durante a Revolução Federalista, ver OLIVEIRA, Marcelo França de. *A memória na Revolução Federalista: diários de guerra e apontamentos publicados de quem viveu o conflito*. Coleção Rio-Grandense, vol. 8. Lisboa: Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização; Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2017.

⁵¹ Para este texto, adotamos a definição de intelectual conforme a descrita por Bobbio, como sendo aquele “sujeito específico, ou mais precisamente a um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores (transmissores de ideias) que desde há um século são chamados de ‘intelectuais’.” (BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 109).

⁵² BOUCINHA, Cláudio Antunes. *O Liberalismo e o Romantismo de Ângelo Dourado*. Bagé: Urcamp Editora, 1989, p. 29-31.

intitulado *Memoire sur un cas de echinoque retro-bulbaire*. Possuía um gosto externado por óperas e concertos musicais, o que não se furtava de apreciar mesmo em pleno período revolucionário. Em certa ocasião, estando de passagem por Buenos Aires, foi presenciar diversos espetáculos no teatro lírico local, tais como *Lucia*, *Sonâmbula*, *Rigoletto*, *Cavalaria Rusticana*, *Dinorah*, *Gioconda* e *Aida*, além de ter visto e afirmado sua admiração pela soprano ligeira italiana Luisa Tetrazzini,⁵³ que viria a se tornar uma das mais famosas cantoras líricas de fins do século XIX e início do XX. Ao lado disso, manteve sua grande inclinação à atividade da escrita, campo em que atuava nos mais variados segmentos, desde os trabalhos específicos concernentes à sua atividade profissional, os diversos artigos publicados na imprensa, e até mesmo obras literárias, passando por aquela que é a sua mais famosa e citada obra, o livro *Voluntários do Martírio*, um relato-testemunho sobre sua participação na Revolução Federalista.

Meio de formação de Dourado, as faculdades de Medicina, assim como as de Engenharia do período, baseavam seu ensino quase que exclusivamente nos livros, inexistindo, em quase todas, a prática de laboratório e investigação⁵⁴. Deste modo, conforme Carvalho: “produziram engenheiros, médicos, militares, que sabiam filosofar sobre a ciência e o mundo”, sem, no entanto “saber fazer ciência”. Suas reflexões eram “no melhor estilo retórico, em que o brilho da frase,

⁵³ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio*: narrativa da revolução de 1893. Ed. fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1977, p. 336.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, s/d, p. 145.

sua qualidade literária, a variedade dos tropos, eram mais importantes que sua veracidade”.⁵⁵ Dessa maneira, com a pouca ou nenhuma prática, privilegiadas eram as elucidações teóricas. O médico formado nestes moldes buscava o conhecimento através do estudo de outros autores, notadamente do centro irradiador de cultura e ciência – a Europa – em detrimento da experimentação. Isso explica, em parte, a inclinação dos médicos do período à erudição, à valorização do saber através do livro, caracterizando aquilo que Certeau define como “progresso do tipo escriturístico”,⁵⁶ enquanto prática “legítima” (científica, política, escolar, etc.) das sociedades ocidentais do período. Em Dourado, encontramos um dos exemplos característicos, cuja prática escrita foi uma constante ao longo de sua vida, pois desde muito cedo demonstrou inclinação às letras: em 1876, então com vinte anos, publicou o livro *O Médico dos Pobres*.⁵⁷ Antes disso, aos 14 anos e enquanto se convalescia do tifo, teria escrito seu primeiro drama.⁵⁸

Em decorrência do modelo estabelecido, a figura do médico e do cientista social, nas faculdades de Medicina do século XIX, se confundem, dando origem a um tipo de intelectual com intervenção política e social. Surge então o que Lilia Schwarcz chamou de “médico político”, que era o sujeito que buscava

⁵⁵ CARVALHO, s/d, p. 145.

⁵⁶ Para saber mais sobre a “prática de escrever” nas sociedades modernas e o papel da escrita no cotidiano, ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 224-230.

⁵⁷ OLIVEIRA, Marcelo França de. *Quando a memória vira História* – Ângelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense. Rio Grande: Pluscom Editora, 2009, p. 39.

⁵⁸ DOURADO, 1977, p. 99.

afirmar-se em campos maiores de atuação do que apenas a sua área. Nas palavras da autora, “trata-se, portanto, da emergência de um saber médico no país, pautado por novas ambições e projetos”, que coloca esses profissionais disputando a “hegemonia intelectual no país” e visando uma intervenção social maior do que a prática médica.⁵⁹ Dourado, formado nesse meio acadêmico baiano, foi influenciado ao longo de sua graduação por esse sistema e reproduziu muito do conhecimento adquirido e do sentido de “papel social” que deveria desempenhar. Fazia parte de sua ação preocupar-se tanto com a realidade política e social à sua volta quanto com sua profissão, o que, seguindo a lógica do “progresso escriturístico”, a legitimação de suas atividades passava, necessariamente, pela publicação daquilo que produzia. Entre os trabalhos produzidos por Dourado relacionados à área médica estão o artigo intitulado *A pilocarpina no tratamento das adenites*⁶⁰ publicado na *Gazeta Medica da Bahia*⁶¹ (1885) e os livretos *Memoire sur un cas de echinoque retro-bulbaire* (1892), *Oftalmia virulenta* (1899) e *O impaludismo no Rio Grande do Sul* (1900).⁶² Invariavelmente, seus escritos técnicos traziam algo de crítica sócia e política, em consonância com o conceito de “médico político”. Assim, o partidarismo militante refletido pela escrita, em que cada qual dos lados intentava ser o

⁵⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados* 8(20), 1994 p. 144.

⁶⁰ DOURADO, Ângelo. A pilocarpina no tratamento das adenites in *Gazeta Medica da Bahia*, 1885, p. 105.

⁶¹ A respeito do papel e da importância da *Gazeta Medica da Bahia* no âmbito do conhecimento e disseminação científica no Brasil imperial ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 198-215.

⁶² OLIVEIRA, 2009, p. 40.

detentor da “verdade”, encontrou em Dourado um dos mais combativos representantes. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, “embora de natureza fundamentalmente discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável”. Os “publicistas”, como eram chamados na época, “supunham modelos de república, modelos de organização da sociedade, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários”.⁶³

Como parte da elite educada da época, Dourado, de seu lado, questionava, criticava, acusava, mas também propunha modelos e sugeria caminhos, como veremos adiante. Sua intelectualidade militante, formada a partir das experiências ainda na sua iniciação acadêmica na Faculdade de Medicina da Bahia, veio a desenvolver-se justamente durante os episódios da Revolução Federalista. Os registros efetuados enquanto estava participando da guerra viriam a servir de instrumento de difusão de ideias, críticas à república que se instalava e proposições acerca desta, sob o pano de fundo das suas vivências no campo de batalha, com todos os horrores de uma guerra. Legitimava, desta forma, seu discurso revolucionário. Como um típico intelectual do período, teve formação erudita e fizeram parte de sua produção ativa intelectual não só os livros editados, mas também os artigos publicados na imprensa, o papel engajado que desempenhava na sociedade, servindo de elemento-chave na propaganda dos ideais liberal-federalistas, constituindo-se num porta-voz do movimento. O prestígio alcançado pelo intelectual federalista permitia que fosse

⁶³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9.

respeitado mesmo pelos adversários, tanto que fora ele um dos emissários do general Tavares para tratar da entrega de armas das forças revolucionárias, então reunidas em Dom Pedrito.⁶⁴

Por ocasião da sua morte, em 1905, o jornal *Eco do Sul* noticiou que mais de mil pessoas participaram de seus cortejos fúnebres, entre políticos e autoridades civis e militares da cidade, incluindo correligionários, aliados e também adversários políticos do médico baiano,⁶⁵ além de artigos publicados no mesmo jornal, nas edições dos dias subsequentes, que consistiam em homenagens póstumas ao seu legado e reconhecimento da luta empreendida pelos seus ideais.

O pós-revolução

Terminada a Revolução Federalista, não cessaram as disputas políticas no Rio Grande do Sul. Ao contrário, persistiu a “bipolarização partidária e os confrontos discursivos eleitorais e até militares dela advindos, que continuariam a se fazer presentes”. Desta maneira, ainda que firmada a paz e depostas as armas, “as sequelas deste conflito se prolongariam até a década de

⁶⁴ DOURADO, 1905, p. 20.

⁶⁵ ECO DO SUL, ed. 24 de outubro de 1905, p. 2.

30 do século XX".⁶⁶ Assim, era por meio da imprensa, novo *front* das disputas tanto do lado dos federalistas, quanto do lado dos castilhistas, atendia ao propósito de conquista das "cabeças" e "corações" do século XX, através dos debates e discursos que o diário situacionista *A Federação* travava com os oposicionistas e dissidentes *Eco do Sul* (Rio Grande) *A Reforma* (Porto Alegre), *O Canabarro* (Rivera), entre outros.⁶⁷

O conflito armado, que teria sido de acordo com Loiva Félix, "o ponto culminante de um processo associado à crise de legitimidade republicana". Dessa maneira, no período de 1889 até 1895, existiu o esforço de construção, no Rio Grande do Sul, de um universo simbólico, de um imaginário republicano, nacional e gaúcho, permeados por uma vertente mítica universal.⁶⁸ Se este período foi de implantação das bases que serviriam de sustentáculo legal e simbólico da república, a partir da derrota das resistências, dava-se início o período de consolidação das estruturas. A pacificação significou a vitória do castilhismo, que valeu-se da guerra civil para criar e aprimorar um aparelho burocrático e militar que garantisse a continuidade do PRR no poder.⁶⁹ Para

⁶⁶ ALVES, Francisco das Neves. Uma introdução ao estudo da historiografia acerca da Revolução Federalista. In ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história e historiografia*. Rio Grande: Editora da Furg, 2002. p. 40.

⁶⁷ FÉLIX, Loiva Otero. Mito e alegoria: o universal e o nacional na luta Federalista. In ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Furg, 1993, p. 158.

⁶⁸ FELIX, 1993, p. 155.

⁶⁹ ALVES, Francisco das Neves. Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação. *Revista Biblos*. V.7. Rio Grande: Ed. Da FURG, 1995, p. 192.

enfrentá-lo, a oposição reorganiza-se quando, segundo Sérgio Franco, “se reuniu em Porto Alegre um novo congresso do Partido Federalista, presidido por Gaspar Silveira Martins”, enquanto “ainda sangravam, em agosto de 1896, as feridas da guerra civil”. Ainda segundo o autor, naquele dia, exatamente um ano depois que a pacificação fora acordada na conferência de Pelotas, a 23 de agosto de 1895, não seria apenas uma coincidência histórica, mas sim permeada de simbolismo. O autor faz essa afirmação a partir do discurso que Silveira Martins proferiu na ocasião, “conhecido através de um extenso resumo, pode-se ter ideia do pensamento que predominou na reunião” federalista e que “se corporificou no programa então aprovado, não mais um programa de ação regional como o de 1892, mas um plano de ação com ambições nacionais”.⁷⁰

O novo congresso definiu as bases estruturais que norteariam o partido nos anos subsequentes. Entre os tópicos aprovados em 1896 figuravam:

I – República parlamentar;

II – Eleição do presidente pelo Congresso Nacional;

III – Reforma da bandeira nacional com absoluta supressão do lema da religião anticristã de Augusto Comte;

⁷⁰ FRANCO, 2007, p. 142.

IV – Os militares em atividades não poderão votar; no caso de serem eleitos, só poderão exercer a função política mediante prévia reforma ou demissão do serviço do Exército.⁷¹

O item IV, em especial, é defendido por Silveira Martins como influência do modelo francês, onde os militares não poderiam votar ou ser votados. Segundo o tribuno, ele teria recebido muitas adesões dos próprios militares nesse sentido.⁷² Adiante veremos como o elemento militar tomou o centro do debate federalista, explorado por Ângelo Dourado através dos artigos que compõe *A situação política do Brasil*.

Afagos ao Exército

É sabido que os militares, sobretudo os pertencentes aos quadros do Exército, desempenharam papel decisivo na implantação da República no Brasil. Os militares não foram meros instrumentos dos civis, pois alguns daqueles tinham sólidas convicções republicanas e já vinham conspirando há algum tempo, sob a liderança de Benjamin Constant, Serzedelo Correia, Sólon e outros. Imbuídos de ideias republicanas, estavam convencidos de que resolveriam os problemas brasileiros liquidando a Monarquia e instalando a

⁷¹ FRANCO, 2007, p. 143.

⁷² FRANCO, 2007, p. 144.

República⁷³. A partir da Guerra do Paraguai, à medida que o exército se institucionalizava, tomava corpo a ideia de que cabia aos militares a “salvação da pátria”. Soma-se a isso a infiltração do pensamento positivista⁷⁴ no Exército, que influenciou a adesão das patentes inferiores e alunos da Escola Militar à causa republicana, enquanto a Monarquia ainda tinha apoio dos escalões superiores⁷⁵. Tão logo chegaram ao poder, os militares implementaram ações de forma a fortalecer ainda mais esse poder: o Exército foi autorizado a aumentar seu contingente de 13 mil para 25 mil soldados, e ainda, seus salários foram imediatamente aumentados em 50%. Completando, uma nova lei foi aprovada regulando a aposentadoria ou promoção imediata de quase todos os altos oficiais⁷⁶.

Durante a Revolução Federalista, estabeleceu-se uma sólida ligação entre o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Exército nacional, ou, ao menos, um poderoso segmento deste, nas palavras de Love.⁷⁷ Esta união resultou num poderio expressivo durante a guerra civil e gerou um efeito político decisivo após o seu término. Tanto que, com o fim do conflito, Tavares queixou-se ao

⁷³ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 332.

⁷⁴ Como salienta Emília Viotti da Costa, é preciso lembrar, entretanto, “que não se trata de positivismo ortodoxo, pois mesmo Benjamin Constant, considerado um dos principais representantes do movimento positivista no exército, não pode ser considerado positivista ortodoxo”. COSTA, 1999, p. 332.

⁷⁵ COSTA, 1999, p. 332.

⁷⁶ SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 108.

⁷⁷ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 79.

presidente Prudente de Moraes que os quadros militares localizados no Rio Grande do Sul estavam muito cerradamente relacionados a Castilhos para oferecer garantias aos exilados que retornavam.⁷⁸

Dessa forma, qualquer possibilidade de resistência passava, necessariamente, pelo apoio do Exército. Uma das mais claras destas disposições de espírito é verificada em *A situação política...* No livro, a grande maioria dos artigos há referências elogiosas, em franca tentativa de conquistar as simpatias deste corpo, não hesitando em afagar os brios ou influenciar os militares contra o governo. Dourado inclina-se ora a responsabilizar o Exército pelo estado presente das coisas, ora ameniza esta responsabilidade, chegando mesmo a, em determinados pontos, isentar totalmente qualquer culpa militar sobre os eventos em que tomou parte, mesmo aqueles em que, no passado, o próprio Dourado incriminava os militares, como na Revolução Federalista. Já na primeira página da obra, o médico baiano reconhece a decisiva importância do Exército na implantação da República, mas considera que este tenha cometido um equívoco ao ter agido como agiu. Segundo o médico baiano, a 15 de Novembro, o exército brasileiro “num descuido fatal, arrancou a nação do caminho de um progresso lento, porém eficaz, em cuja marcha ia eliminando, sem violências nem despedaçamentos, tudo que sói viciar a índole e costumes dos povos” apenas para “entregar a um grupo de politicantes que desde então

⁷⁸ LOVE, 1975, p. 79.

julgaram-se senhores, ou donos da fazenda, que outra coisa não tem sido o Brasil, desde aquela época”.⁷⁹

Dourado constata o desprestígio que se encontra a corporação, o que, para ele, seria de inteira responsabilidade da própria força armada, que rompeu com seu destino manifesto ao afastar-se de seu desenvolvimento “lento e eficiente”, desde sua criação, atribuindo ao “espírito diabólico” que alterou a “mente sempre afogueada da mocidade, fazendo-lhe ver a possibilidade de se criar governos filosóficos para povos; e os velhos aderiram ou não protestaram”. Assim, tanto o desprestígio quanto seu “anulamento” não era obra de outro, senão de si mesmo, “pois foram e são militares os que o arrastaram e arrastam para isso”.⁸⁰

Segundo Dourado, alguns oficiais deslumbraram-se com o feito, que não tinham, ainda, a nítida compreensão do que era a pátria. Os subalternos, ou soldados, recebem afagos do cronista baiano, reconhecendo que “a grande força do exército está é na sua massa comandada, felizmente de índole tão boa, tão nobre que nem depois de verem os fuzilamentos de oficiais superiores, até marechais (...) conserva a disciplina e moralidade que são dignas de louvor, como tenho observado, e disto dou público testemunho”.⁸¹ Na soldadesca estaria a verdadeira força da corporação. Esta massa que deveria conscientizar-se de seu poder, e para ela Dourado dirigia seu discurso.

⁷⁹ DOURADO, 1905, p. 1.

⁸⁰ DOURADO, 1905, p. 17.

⁸¹ DOURADO, 1905, p. 8.

Dourado argumenta que o Exército não é outra coisa senão um terreno para exploração, um instrumento da fortuna alheia, ou seja, dos “poderosos” que se valem dessa corporação para conseguir seus intentos e subjugar inimigos. Tal exploração ocasiona, de acordo com o escritor, o isolamento do Exército das massas populares (de onde saem) e o faz vítima dos exploradores, que seriam os primeiros a se revoltarem contra esse mesmo Exército.⁸²

Mesmo durante o momento em que o elemento militar foi o braço do maior inimigo, durante a Revolução Federalista, Dourado absolve sua atuação, isentando-o de responsabilidades no episódio. Segundo ele, “nunca se pôs tanto em provas a obediência à lei e à disciplina como, quando na revolução de 93, o exército brasileiro. Poucos, muito poucos, pode-se dizer, eram impregnados pela *ideia nova*; muitos, os que pertenciam por ideias, por amizade, por parentesco, por coerência com o passado, à facção que os governantes hostilizavam. Entretanto, esses nunca deixaram de obedecer às ordens que recebiam”.⁸³

Não era possível culpar os soldados por seguirem ordens, e por serem força tão dedicada, só mereciam elogios e agradecimentos, o que, a um observador menos atento, pode soar como incongruente um federalista elogiar seu inimigo. Mas devemos destacar que, no momento em que o livro era publicado, o Exército (ou setores deste) estavam em conflito ou desprestígio com o castilhismo-borgismo, a Brigada Militar no auge de seu poder e o Exército do Sul, ainda que menor em relação à corporação estadual, poderia ser o fiel da

⁸² DOURADO, 1905, p. 22.

⁸³ DOURADO, 1905, p. 26.

balança em uma eventual retomada da guerra civil. Assim, não causa estranheza quando Dourado defendia que era preciso fazer justiça e reconhecer no Exército brasileiro “este nobre proceder de cumprimento do dever, embora contra os seus, contra suas ideias, contra seus próprios interesses”.⁸⁴ Não só o Exército teria sido usado, explorado valendo-se de sua boa-fé, disciplina e obediência aos comandos, como também era força efficientíssima, uma vez que poderia ter acabado com a guerra precocemente. Em determinado ponto, Dourado insinua que, se o Exército e não Castilhos estivessem no comando das ações militares, os federalistas teriam capitulado antes. Para ele, eram os planos de Castilhos que vigoravam: “depois da revolução, conversando com um coronel, meu amigo, e de então alto prestígio no castilhismo, narrando as peripécias da guerra, as nossas condições e posições eram tais e tais pontos e ocasiões, ele conheceu que se tivessem executados os planos e a tática do general Moura, a luta teria se terminado ali”, mas que tal não ocorrera porque “Júlio de Castilhos se opôs sempre a esses planos; e só se seguia os que ele traçava.”⁸⁵

A demora em findar a guerra, porém, era escolha pessoal dos que lucravam com esta, nas palavras do escritor. Acusa explicitamente Castilhos de não querer terminar rapidamente a guerra por dois motivos: o primeiro deles seria enfraquecer o Exército “de quem depois não teria precisão, e seria um elemento de perigo contrário aos seus planos de domínio” e também porque,

⁸⁴ DOURADO, 1905, p. 28.

⁸⁵ DOURADO, 1905, p. 19.

“terminada a guerra tão depressa, não teria vindo o dinheiro necessário para a fortuna dos grandes republicanos”.⁸⁶

O Exército, manobrado e usado indiscriminadamente pelos governos, foi comparado por Dourado a um Hércules “transformado em escravo mártir e ridículo dessa Onfale prostituída - a *república*”.⁸⁷ Duras palavras que externavam o sentimento do médico baiano com respeito à relação estabelecida entre ambos. Tal situação caminharia para tornar algo eminentemente figurativo. O exército brasileiro, isto é, a sua oficialidade, seria ironicamente descrita como “indispensável para a papelada [burocracia]” e figuraria “somente para os cortejos nos dias de gala. Como aquela força que foi a milícia do Papa, e depois de abatido o poder temporal, lá se apresenta com seus uniformes brilhantes acompanhando as procissões... No Vaticano”.⁸⁸ Dessa forma, suas funções seriam absorvidas por um poderoso elemento que despontava no período como seu grande rival, em forças: as Brigadas.

⁸⁶ DOURADO, 1905, p. 19-20.

⁸⁷ DOURADO, 1905, p. 2. Destacamos que o mito de Onfale e Hércules faz parte da mitologia greco-romana. Onfale, Rainha da Líbia, na Ásia Menor, era notável por sua deslumbrante beleza. Hércules, tendo cometido um crime, dirigiu-se a Delfos para se lavar desse crime, e ali foi condenado, por um oráculo de Apolo, a escravizar-se por três anos. Foi vendido, então, por Mercúrio a Onfale, que por ele se apaixonou e deu-lhe a liberdade. Mas Hércules, que também a amava, preferiu permanecer submisso ao seu lado e, cedendo aos caprichos, vestia-se de mulher, ornava-se de colares de ouro e pedras, e sentava-se humildemente aos seus pés, a fiar lã, enquanto ela, com porte altivo e guerreiro, vestia-se da pele do leão de Nemés, e empunhava a clave do herói. Tal analogia, aplicada à realidade brasileira, demonstrava a que nível chegava o Exército, poderoso como Hércules, subjugado e fazendo papel humilhante, perante a bela, sedutora e exploradora República.

⁸⁸ DOURADO, 1905, p. 16.

Crítica às Brigadas

A prerrogativa de os estados poderem criar e manter milícias, assegurada pela Constituição republicana de 1891, possibilitou aos governos locais fortalecerem suas posições tanto em nível interno (dentro de seus respectivos estados) quando externo (em relação ao país). Castilhos, no Rio Grande do Sul, formou e equipou sua brigada estadual, dotando-a de força suficiente a dominar seus adversários e assegurar sua supremacia. Deste modo, a Brigada Militar foi o grande alvo dos ataques de Dourado através de seus artigos em *A situação...* afinal, o governo estadual detinha nela a sua força bélica básica não só durante a Revolução Federalista,⁸⁹ mas também após seu término, a qual continuaria como base de sustentação aos decretos de Castilhos e de seu sucessor, Borges de Medeiros. Contava, de acordo com Joseph Love, com 1.500 a 3.200 homens, em todo o decurso da República Velha.⁹⁰ A Brigada, um verdadeiro exército estadual, rivalizava com seu correspondente federal e era comandada por um oficial de carreira, afastado do Exército por licença.⁹¹ Deste modo, tal força funcionava como aparato repressivo do estado gaúcho.⁹²

Em *A situação...* Dourado criticava não apenas a força estadual, mas também as milícias de outros estados, em especial a da capital da República, para quem o “aumento da força policial da capital federal que já era numerosa,

⁸⁹ FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993, p. 39.

⁹⁰ LOVE, 1975, p. 83.

⁹¹ LOVE, 1975, p. 83.

⁹² PESAVENTO, Sandra. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 97.

com mais mil e duzentos homens, não pode ter outro fim senão a dissolução do exército, trabalhada há muito tempo, por aqueles mesmos que exploraram-no.⁹³

A crítica que se faz ao aumento do efetivo local sempre se dá como contraponto do enfraquecimento e desmoralização do Exército, com mais um indício de conquistar a simpatia deste e combater aquela. A ação de aumentar a brigada policial, para Dourado, daria ao governo uma outra força, “embora de ação incógnita; mas numerosa, como é, [colocando] em dúvida o triunfo do exército, se tentar, rebelar-se [...]”⁹⁴. Desta forma, os chefes republicanos locais não precisariam mais do Exército porque já teriam forças para se oporem a ele, “pois só contra ele, o exército, foram instituídas as brigadas militares [...]”⁹⁵.

Com o propósito de enfraquecer o Exército, o governo estadual adquiriu um grande arsenal moderno, contendo “armamento e munições de primeira ordem, e em grande quantidade”, mas este não seria o único objetivo, “pois é sabido que sobrou-lhe armamento para auxiliar a revolução na banda oriental.”⁹⁶ Questionava para que serviriam tais armas, ou, em suas palavras, esse “excesso de armas”, senão para poder o governo rio-grandense “armar a patriotada, ou a

⁹³ DOURADO, 1905, p. 4.

⁹⁴ DOURADO, 1905, p. 13.

⁹⁵ DOURADO, 1905, p. 9.

⁹⁶ DOURADO, 1905, p. 15. Castilhos, findada a Revolução Federalista, formou aliança com Aparício Saraiva, irmão de Gumercindo Saraiva e, como este, chefe maragato durante a Revolução, mas liderança do Partido Blanco no Uruguai. Os federalistas, principalmente Silveira Martins, por sua vez, apoiavam os Colorados.

guarda nacional, no momento convencional, para poder dissolver os corpos do exército?”⁹⁷

Quanto aos soldados, estes seriam nada mais do que massas de explorados, ao contrário das regalias que seus correspondentes estaduais receberiam, “embora mal pagos, e tardiamente; embora malvestidos; embora descalços; embora destacados pela linha; fazendo pequenos ranchos de lama para livrarem-se da chuva e dos ventos”, enquanto que “as brigadas estaduais, que, com direito, podem ser republicanas, porque a república feita pelo exército tornou-as indispensáveis aos homens que por um fenômeno psicológico do povo, se aclamaram senhores deste mesmo povo”.⁹⁸

O “direito de poderem ser republicanas”, neste caso, refere-se a participar da República que, no texto, aparece invariavelmente destacado em itálico, ou seja, aquela feita no 15 de Novembro, da maneira como foi, com os chefes que alçou ao poder, e da qual Dourado mostrava-se contra. As brigadas, neste sistema, tinham “bom soldo, bons vestidos, luxo em fardamento, bons quartéis, divertimentos; em alguns até bilhares; e tal respeito que ninguém pode ali intervir por despeito pessoal”, ao passo que, no Exército, “um oficial de alta patente mesmo, com grande família, ao primeiro franzir de testa de algum superior republicano tem de obedecer, sob pena de ser removido, para longe”.⁹⁹

⁹⁷ DOURADO, 1905, p. 16.

⁹⁸ DOURADO, 1905, p. 8.

⁹⁹ DOURADO, 1905, p. 8-9.

Com as brigadas fortalecendo o poder local, Dourado sugere que, dali em diante, até mesmo as promoções dependeriam da vontade e interesses dos chefes locais, pois foi “essa a situação que a *republica* criou para o exército que a fez. Compreendendo-se que um exército nessas condições não tem direito às posições; as promoções só serão feitas daqui por diante a vontade de cada chefe local”. Mas, destaca, “não haverá lugar para todos, portanto uns se revoltarão contra eles por terem protegidos a tal ou tal, quando forem eles os seus *amigos* mais dedicados”.¹⁰⁰

Nesse cenário, o médico baiano antevê que tal situação provocará conflitos internos, que desarticulariam ainda mais o Exército, enfraquecendo-o, ou provocando a revolta generalizada. E a Brigada, que já se constituía na terceira força armada do país, segundo Dourado, assumiria contornos de “guarda pretoriana”, uma “terceira classe armada do país, embora de ação incógnita, embora no futuro tenha ela, no Brasil, aquela mesma ação dos janízaros, na Turquia,¹⁰¹ dos pretorianos em Roma”, uma espécie de exército particular do governante da ocasião, que habitaria “no centro da capital, às ordens do Sr. Ministro da justiça, e portanto serão dispensados ali os corpos do exército por inúteis e perigosos”, e, após dispersos e isolados, seriam “dissolvidos, e em

¹⁰⁰ DOURADO, 1905, p. 9.

¹⁰¹ Os janízaros foram a guarda de elite, ou o exército particular, dos Sultões durante o Império Otomano. Era constituída por crianças cristãs, normalmente capturadas em batalha, levadas como escravas e convertidas ao Islã. Recebiam educação baseada na lei islâmica e na língua turca, ao mesmo tempo que aprendiam a manejar armas e eram instruídos nas artes militares. Adultos, formavam uma força leal unicamente ao sultão, ao qual defendiam até mesmo com a própria vida.

pequeno número nos distritos pobres, ou mesmo em grande número, terão as brigadas militares para fazê-los obedecer”.¹⁰²

Porém, mesmo as brigadas, tão leais aos governantes, acabariam por despertar face ao exagero nas vantagens e enriquecimento rápido, que beneficiariam somente aqueles, porque “essas brigadas não poderão ver com bons olhos um governador fazer fortuna num curto prazo de tempo, enquanto elas que hoje se julgam bem pagas, deverão se contentar com o soldo”. Prossegue o médico de que “não faltará quem queira perguntar a um desses, se é justo que ele retire-se do governo levando quinhentos contos de réis sem nunca ter feito uma marcha a noite por banhados alagadiços, ao cair da geada; esperando a toda hora ser atacado pelo inimigo para *consolidar* esta instituição que ele soube tão comodamente usufruir”.¹⁰³ Ou seja, mesmo após vários ataques à instituição Brigada Militar, Dourado teve o cuidado de incitar, ainda que de forma tênue, os comandados desta instituição a rebelarem-se contra aqueles que mais tiravam proveito de sua existência, os senhores do poder estadual.

A situação política

Se a questão militar, de tentativa de cooptação do Exército e ataque à Brigada, foi o assunto predominante dos artigos publicados por Dourado no período pós-revolucionário, outros temas voltaram à pauta. Alguns retornaram,

¹⁰² DOURADO, 1905, p. 15.

¹⁰³ DOURADO, 1905, p. 36.

como as críticas à República, outros surgiram, como as propostas programáticas, e outras, ainda, se transformaram, como suas opiniões a respeito de Floriano Peixoto, indicando uma mudança de postura defendida pelo intelectual federalista.

A defesa do Partido Federalista como “o único opositor ao governo” aparece em um de seus artigos, como forma de legitimar sua ação e apresentá-lo como alternativa ao sistema vigente. Para o autor, os federalistas eram os únicos elementos de oposição ao governo, “pois os outros que se desgostam com a política do dr. Borges de Medeiros, apenas tem suspiros e gemidos de saudade pelo grande morto [Castilhos], que ao menos tratava-os com franqueza, ameaçava-os, punia-os” com o propósito de “edificar isto que aí está; ao passo que o dr. Borges tudo promete-lhes, bate-lhes o ombro, nomeia-os chefes; mas se vem outro, o contrário, faz o mesmo”.¹⁰⁴

Nesse sentido, Borges de Medeiros, o sucessor de Castilhos no comando do PRR e do estado, apresentava-se como ainda pior que este, na opinião do médico baiano. Por outro lado, a oposição, ou a maneira como ela estava sendo exercida, também foi alvo de críticas por parte de Dourado. Ao constatar a inércia que tomava conta do partido naquele momento, afirmou que “[...] os federalistas nada tentam, nem tem motivos para isso. Sua ação atualmente é até de conforto para o governo”.¹⁰⁵ Este trecho denota o nível de controle das oposições que o castilhismo-borgismo impunha. Uma das estratégias do

¹⁰⁴ DOURADO, 1905, p. 15.

¹⁰⁵ DOURADO, 1905, p. 16.

governo para manter este controle era a promessa de se realizar eleições, porém “não há quem não saiba que a melhor lei eleitoral é a maior das ironias, quando não há juízes para julgar”. Para concorrer às urnas “seria preciso levar a cédula em uma mão e a arma na outra, para garantir o seu voto neste sistema”. Irônico, atesta que, nesse caso, “seria a revolução, e o governo por motivo de salvação pública não permitiria eleições”.¹⁰⁶ Assim, ainda que as eleições se efetivassem, da maneira como estava orquestrada a máquina eleitoral vigente, não proporcionariam alteração significativa desejada pela oposição federalista.

Um dos alvos preferidos no período revolucionário, Floriano Peixoto aparece intocável nas palavras do médico baiano a partir do pós-guerra, demonstrando uma estratégica mudança de discurso cujo objetivo provável era atrair a simpatia do Exército (suficientemente alvo de elogios e conclamações por parte de Dourado neste período) ou, ainda, conseguir a almejada intervenção federal no estado.¹⁰⁷ Para Dourado, mesmo insultado, o marechal sacrificou o “seu próprio nome; a sua longa vida, austera; a sua proverbial forma de economia e zelo pelos dinheiros públicos a seu cargo, para colocar o dr. Castilhos no poder e sustentá-lo à custa de milhares de vidas e de contos de réis”. A situação no Rio Grande do Sul caminhou a ponto de obrigar o marechal a “sustentar uma obra que não foi sua; que não mandara fazer; que não desejou que fizesse; e afinal ele mesmo tornou-se um grande partidário do seu insultador, porque, na sua compreensão ocasional do princípio de autoridade,

¹⁰⁶ DOURADO, 1905, p. 16.

¹⁰⁷ ALVES, Francisco das Neves. História Política do Rio Grande do Sul I. In: *Curso de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2010.

julgou dever sustentá-lo, já que os federalistas não aceitaram as condições por ele impostas” E, assim “o exército criou a própria força que desde então o vem matando”.¹⁰⁸ Nessa fala, isentava o marechal de responsabilidades sobre os eventos de que tomou parte, direta ou indiretamente, atribuindo somente a Castilhos o rumo dos acontecimentos no Rio Grande do Sul. Trata-se de notável alteração discursiva, ligando Floriano Peixoto convenientemente ao Exército na mesma lógica de “criar aquilo que o vem matando”.

Dourado escreveu que, para consolidar a República, “[...] o habitante do Rio Grande era pior tratado do que o mísero pária indiano.” Atestava, também, de que no Brasil não havia povo “só há forças; e se sabe que povo que se revolta é sempre a vil canalha. São os bandidos do Rio Grande; são os infames jagunços na Bahia; e na capital a ralé que vai deportada para o Acre, levando chicote no porão dos vapores, como empolgantemente descreveu um jornal do governo, muito a propósito”.¹⁰⁹ Em suas palavras, a parcela da população que se revolta não faria parte do povo, ao menos aos olhos dos governantes. Do lado oposto, ou seja, aqueles que não alcançavam as denúncias e críticas desferidas pelas oposições, não passavam de “bestializados”: “ninguém de boa-fé poderá contestar o que dizemos a não ser os que tem interesse em tal marcha de coisas”.¹¹⁰ Para ele, o país, a nacionalidade, o povo, “foi degredado na *república*; nem concorreu para ela, nem a repeliu; nem a desejou, nem a repeliria, a não ser que queiram considerar povo a parte que lucra com a politicagem; ou tem

¹⁰⁸ DOURADO, 1905, p. 18-19.

¹⁰⁹ DOURADO, 1905, p. 14.

¹¹⁰ DOURADO, 1905, p. 10.

esperanças de lucrar”.¹¹¹ Apesar destas considerações, o povo nunca foi o centro do debate Liberal ou federalista. Ao contrário, no próprio programa do Partido Federalista, que defende o sistema parlamentar, as eleições para presidente da República seriam efetivadas pelo parlamento, da mesma forma com os governantes dos estados, diminuindo, desta forma, a participação popular. Nas palavras de Dourado, percebemos mais uma tentativa de despertar a consciência e ação política do que ensejar, propriamente, um protagonismo do povo nos processos eleitorais.

Críticas também eram dirigidas ao Poder Judiciário, que para Dourado era, justamente quem deveria aplicar as leis e garantir seu fiel cumprimento. Disse o médico baiano: “em outro país, seria essa luta motivo para revisão imediata da constituição; no nosso, porém, onde a política tornou-se uma indústria, a ponto de a justiça já se tornar demagoga”, o juiz seria “partidário do governo, o propagandista de suas ideias até as sentenças sumárias, nos processos que lhes são submetidos”, e tudo “passava despercebido senão elogiado, pois se mostrava que havia homens fortes para fazer estas leis, até contra o exército que lhes deu força para fazer essas leis”.¹¹² Note que, uma vez mais, ali aparecia o Exército, como ente prejudicado, em meio às críticas dirigidas ao sistema Judiciário viciado que denunciava o médico baiano. Em virtude de todos estes equívocos, divisões e vícios, acreditava Dourado que o futuro do Brasil seria a sua divisão em pequenas repúblicas, “porque a nação brasileira não será mais do que repúblicas que devoram seus próprios filhos. Ou povos que se comem, como

¹¹¹ DOURADO, 1905, p. 36.

¹¹² DOURADO, 1905, p. 31.

canibais, pela posse de um lugar onde se vivia sem as nobres preocupações do trabalho”.

No ponto em que chegou a República neste período, segundo Dourado, só haveria dois caminhos possíveis de serem seguidos: a) “um cruel e de perdas irreparáveis, e sem resultado profícuo – a revolução; infalível em todo o país, desde que um estado pegue em armas”. E só um dos estados da federação tinha a vocação para isso: o Rio Grande do Sul. “Enganam-se os que governam povos, e que só se fiam nas suas brigadas, quando pensam que porque morreram tais e tais homens tudo está terminado”. Dourado afirma que não são indivíduos que fazem revoluções, mas sim seus governantes. “São eles mesmos que criam seus adversários, quando os homens de brio e patriotas que os seguem veem como eles malbaratam o nome e o pundonor do seu povo; aniquilam suas tradições”, e o “caudilho que se faz herói lendário não é o que a presunção aponta. Ele nasce onde menos se espera; mesmo contra a vontade dos que se julgam únicos”; e b) “única válvula que pode dar escápula a essa tensão, é o parlamento”.¹¹³ Em outras palavras, seria a guerra ou o sistema parlamentar. Porém, não está bem seguro da eficácia dos meios revolucionários, sobretudo após a derrota sentida durante a guerra civil de 1893-95, uma vez que: “cada revolução será a genitora de outra revolução”, e que “cada governo efêmero, como todos os governos republicanos, outra preocupação não terá senão a de fortificar no poder no seu

¹¹³ DOURADO, 1905, p. 59-60.

prazo, embora seja esse prazo curto a sementeira de milhões de desgraças futuras”.¹¹⁴

De qualquer modo, revolução e parlamentarismo seriam os caminhos que colocariam novamente o país nos trilhos do progresso “lento, porém eficaz” que o Exército havia, “equivocadamente” tirado o Brasil no 15 de Novembro. E novamente defende que somente o Rio Grande do Sul poderia, verdadeiramente, liderar esse processo “que pode iniciar a campanha moral que terá a linguagem ativa do valente repercutindo e refletindo os feitos de seus heróis, e não a retórica tão fácil de se intumescer por ideias hoje que não abandonará amanhã”. Seria preciso, porém, “ter-se em conta que essa oposição não pode ser sistemática aos indivíduos, e sim ao sistema”. Prossegue o federalista, “estabelecido o programa base do partido como está, cada conceito nele exalado será um ponto de partida”.¹¹⁵ Assim, o Rio Grande do Sul, berço dos federalistas, do maior movimento armado de oposição na jovem República – a Revolução Federalista – era defendido pelo médico baiano como o “predestinado” a liderar o processo que iria culminar na substituição não de homens, mas de “sistemas” considerados ineficientes e falidos.

¹¹⁴ DOURADO, 1905, p. 36.

¹¹⁵ DOURADO, 1905, p. 60.

O “remédio” para o Brasil

Note que Dourado defende o sistema parlamentar, mas não defende, explicitamente, a República. Ao contrário, a cada registro dirige críticas a ela, e sutis elogios à monarquia. Por exemplo, sobre a República, diz que ela “estabelece esse sistema de que quem governa só se deve preocupar do seu tempo. O diabo leve quem vier depois, si nesse curto prazo eles se locupletam a ponto de não precisarem mais de governar, ainda mesmo quando falte homens para isso como agora”.¹¹⁶ A efemeridade dos governos republicanos é apontada por Dourado como uma das causas de seu vício. Em contraponto, define as providências para se resolver os problemas da República no Brasil: “o primeiro passo seria estabelecer para o Brasil um **governo superior de longa permanência**, [grifo nosso] responsável durante a sua gestão pelos desastres voluntários, o que não acontece com os que aí estão que pela condição em que se acham, nem só não são responsáveis amanhã pelo que fizeram hoje, como poderão vir se unir aos que protestam contra os seus erros, de ontem, acusando seu sucessor da culpa, quando ele não é mais do que o colhedor dos frutos daquela planta daninha que o seu acusador de hoje plantou ou auxiliou na cultura”.¹¹⁷ Ora, “governo superior e de longa permanência” parece-nos apontar em direção oposta ao republicanismo. O trecho a seguir, no qual Dourado define o governo ideal, é mais sintomático: “um governo enfim **pousando acima das contingencias dos partidos** [grifo nosso]; fiscalizando os seus agentes, e os

¹¹⁶ DOURADO, 1905, p. 3.

¹¹⁷ DOURADO, 1905, p. 45.

designados dos partidos nos atos que interessam o bem comum; o governo finalmente que não divida o país em vencedores e vencidos”.¹¹⁸ Que governante estaria acima das contingências dos partidos? Que governante teria envergadura moral para tal feito? O tipo de governante que se enquadra no pretendido por Dourado e que atenderia estas exigências não nos parece outro senão um monarca. Outro ponto nesse sentido é quando compara as situações da Rússia de então (monarquista) com o Brasil (República): “a própria Rússia de Ivan e Pedro, o grande, sente a necessidade já de dar direito ao povo de tomar parte na decretação das leis que devem reger os seus destinos. **Entretanto, ali há uma instituição secular, um princípio permanente, encarregado de corrigir e fiscalizar tudo; cá os governos passam, e nada mais deixam do que desgraças e acúmulo de perigos que ao sucessor** [grifo nosso,] muitas vezes um inimigo, compete afastar ou sofrer.”¹¹⁹ Na comparação, a instituição secular, o princípio permanente, encarregado de fiscalizar e corrigir tudo, tal qual era premissa do governo “superior” que deveria se instalar no Brasil, evidenciado em trechos citados acima, encaixa-se perfeitamente ao regime monárquico que existia na Rússia e encontrado no exemplo do médico baiano.

Outras soluções apontadas por Dourado passam pelo Exército, elemento basilar e espécie de fixação do médico baiano nos escritos pós-revolucionários. Do mesmo modo que o programa federalista, Dourado prega o afastamento dos militares da política partidária, pois declara ser esta a causa principal de todos os males da classe. Porém, não defende o total desligamento do Exército da cena

¹¹⁸ DOURADO, 1905, p. 45.

¹¹⁹ DOURADO, 1905, p. 32-33.

política, ao contrário: “retirar o exército da política dos partidos, não quer dizer retirá-lo da política do país. Nem se poderia compreender nos tempos modernos, uma corporação sobre que recai todas as grandes e urgentes necessidades do país, como instrumento apenas da vontade de outros, obedecendo as leis que se lhe impõe, donde surgiria a necessidade das discussões e protestos nos quartéis”. Dessa forma, “as corporações armadas teriam direito de ocupar nos parlamentos nacionais, tantos lugares quantos as forças correspondessem no recenseamento eleitoral, aos civis.” A eleição para os militares obedeceria aquilo que ele chama de “senso alto”: com cada oficial “tendo direito a tantos votos quantos as suas etapas diárias [...]. Assim as forças armadas mandariam ao parlamento homens que buscassem defender os seus interesses gerais; iniciando os seus melhoramentos e vantagens, levando para lá uma ordem da sua corporação que devia defender”.¹²⁰

Através de suas posições, não deseja que o Exército se afaste da política, mas que participe de forma apartidária, contribuindo nas decisões dos destinos do país sem envolver-se nas cisões, que costumam permear a política dos partidos. Deste modo, Dourado prossegue no afã de conquistar a simpatia dos militares, colocando-os no centro do cenário decisório da nação. Além do plano macro, sugere ações vinculadas ao Exército também de natureza prática, como elencados a seguir:

¹²⁰ DOURADO, 1905, p. 46-47.

- Serviço militar obrigatório para fazer desaparecer as distinções de raças, e nascer a distinção da inteligência, da aplicação, do comportamento, do caráter enfim, é de urgente adoção.
- Cada quartel será uma escola, onde o amor próprio do oficial, seja o principal elemento de estímulo e a correspondência por parte das praças, o melhor elemento de êxito [...].
- Quanto possível seriam esses quartéis, antes acampamentos em terrenos próprios a serem agricultados; divididos em tantas secções quantas companhias. E estas secções divididas ainda em jeiras ou lotes correspondentes aos pelotões. Essas jeiras seriam cultivadas pelos respectivos pelotões.
- Ninguém seria obrigado a trabalhar; mas os que não trabalhassem não teriam lucros; e seriam desligados desse meio, ficando no quartel central. Isto é, o serviço agrícola seria facultativo.
- Os quartéis deixariam de ser esses que se tem estabelecidos, que não obedecendo a condições bélicas de defesa, são mais nocivos que uteis, segundo as leis higiênicas; conquanto poucos soldados neles pernoitem [...].
- Os quartéis ou acampamentos seriam casas pequenas, bem arejadas, feitas pelos próprios soldados, auxiliados por artífices, sendo elas motivo de especial inspeção [...]
- E para os exercícios seriam designados dias, na semana.
- O produto dessa agricultura seria vendido ao fornecedor do mesmo corpo, e o excedente vendido ao governo para consumo das outras corporações e o produto dessa venda dividido entre os agricultores, ou depositado em nome deles na caixa econômica.
- A despesa com esse quartel granja, seria muito menor, na compra de terreno e edificações de que a feita com esses casarões que se deterioram

facilmente e exigem gastos constantes, ou com alugueis de casas impróprias e anti higiênicas, por longos anos.

- As escolas militares seriam dispersas. Cada ano corresponderia a um mister, sobretudo os que se aproximassem da agricultura, da agronomia, da mineração.
- As colônias militares, não seriam mais um refúgio de velhos soldados inválidos somente. Ali os alunos permaneceriam um ano, no estudo agrícola; e parta ali poderiam ir todas as praças que terminassem o seu tempo, com as mesmas regalias concedidas aos colonos europeus.
- Nas escolas seriam designados tais e tais para seguirem tais e tais cursos de conformidade com as aptidões demonstradas. [...] As chamadas escolas preparatórias seriam em comum para os candidatos aos postos do exército e da marinha. Foi essa ideia, de alto patriotismo, do marechal Floriano, que sem dúvida a concebeu, depois que viu o despenhadeiro em que os politicantes colocavam a pátria explorando as duas classes.¹²¹

Nesse último item, uma vez mais, afagos a Floriano Peixoto, a quem atribui a ideia “de alto patriotismo”. Estas sugestões, de natureza prática, vislumbravam tornar a instituição militar ainda mais organizada, poderosa e, na visão do cronista, útil à nação. Basta ver que, com estas providências, o soldado, após “terminado o tempo de praça, esse HOMEM que saísse do exército não seria um indolente; um capital morto para ele mesmo; obrigado a procurar um emprego, muitas vezes indigno [...]”¹²² Por isto a importância que dava à

¹²¹ DOURADO, 1905, p. 48-50.

¹²² DOURADO, 1905, p. 50.

formação de base, aplicada aos soldados. Dizia ele que não podia compreender “exércitos modernos sem instrução, e esta não pode ser dada nos quartéis somente. As escolas militares são indispensáveis, como são as regimentais, as de tiro”.¹²³ As indicações de participação do Exército na cena política do Brasil, bem como sugestões de ordem prática para a corporação, evidenciam o tom discursivo que dominou os artigos de Dourado no período pós-revolucionário.

O Exército era conclamado a assumir seu papel, como feito na Proclamação da República, mas dessa vez em uma espécie de “correção do erro” ao conduzir aqueles governantes ao comando do país. Tentava, com os elogios à corporação e apelando para os brios dos militares, diminuídos pelo fortalecimento das brigadas estaduais que rivalizavam em contingente e armamentos, conseguir seu decisivo apoio na derrubada dos novos donos do poder e, desta forma, aplicar seu próprio sistema de governo.¹²⁴

* * *

¹²³ DOURADO, 1905, p. 5.

¹²⁴ Adaptado de OLIVEIRA, Marcelo França de. *Depois do martírio: a oposição e as proposições de Ângelo Dourado na formação do Rio Grande do Sul republicano*. Coleção Rio-Grandense, vol. 18. Lisboa: Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização; Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2018.

A seguir, apresentaremos ao leitor a íntegra de *A situação política do Brasil*. Tomamos o cuidado de atualizar a grafia, mas preservamos a pontuação, abreviações e o uso de letras maiúsculas, bem como as formas que Ângelo Dourado utilizou para destacar esse ou aquele termo. Por exemplo, em alguns momentos o autor escreve a abreviação de “senhor” como “sr.”, e, em outros, como “Sr.”. Salvo algum erro, na maioria das vezes significava algum tipo de ironia. Bem como, preservamos o uso do itálico sempre que se referia à República, forma de chamar a atenção para o vocábulo, na maioria das vezes destacado de forma crítica.

A leitura de tal documento poderá instigar no leitor uma outra perspectiva dos eventos da Revolução Federalista e do período pós-guerra, ao perceber que setores médios da sociedade agiam ativamente na transformação da sua realidade, e que o conflito não era apenas uma luta de oligarcas. Também ajudará na desconstrução da versão majoritariamente vigente, segundo a qual a Revolução Federalista foi apenas uma luta por e pelo poder. Como Dourado demonstra, estava em curso uma disputa de projetos distintos de país, cada qual focado em um tipo de desenvolvimento, com vistas ao futuro. Ambos, governo e oposição, queriam “transformar” a sociedade, criar um país sobre os escombros do velho império, uns a partir do zero, como os castilhistas, outros tomando por base o que de sólido fora construído outrora, caso de Dourado, que prestava os reconhecimentos aos méritos que via no regime caído.

Por fim, o livro que se apresenta é fonte para uma história política do Rio Grande do Sul, mas também para a pesquisa social do período, seja pela

abordagem que faz dos diferentes atores sociais (membros do Exército, da Armada, profissionais liberais) seja pelas considerações que faz em alguns artigos a respeito dos imigrantes e dos negros, no Brasil, no Haiti, na Europa, Estados Unidos e Ásia (algumas vezes de forma que hoje tomaríamos como preconceituosas, mas que refletia o tempo em que vivia), enquanto formadores daquilo que ele entendia por povo.

Como uma brevíssima síntese conclusiva, poderíamos destacar que *A situação política do Brasil* representa uma grande elucubração teórica de Ângelo Dourado em que o autor dispõe de fatos, críticas, tentativas de convencimento e recrutamento à causa federalista e propaganda das propostas e projetos como um longo e detalhado discurso, como costumava publicar através da imprensa sul-rio-grandense. Nos primeiros artigos, não há muita menção à Revolução Federalista, uma defesa da luta empenhada, chegando mesmo a ter alguma lamentação ou reconhecimento aos outrora adversários (especialmente o Exército) como dignos e que, se não estivessem seguindo as ordens de Júlio de Castilhos, poderiam ter vencido os maragatos mais facilmente. Ao final, porém, parece reacender a chama revolucionária, como uma apoteose em que ressurgem a figura de Gumerindo Saraiva, chefe da coluna em que Dourado serviu como coronel-médico, justamente no último artigo do livro. Talvez não de balde, talvez o propósito final, depois da longa elaboração discursiva, tenha sido esse mesmo, como eram as séries de crônicas que publicou em outras ocasiões e outros jornais, destacadamente o *Eco do Sul*, em que o título apontava a direção do seu argumento ou ponto de vista, e ao longo de várias edições desenvolvia a ideia até chegar onde desejava. Talvez esse *clímax* seja, efetivamente, o final de um

manifesto (entendendo o livro como um todo como tal), uma conclamação à nação do diagnóstico que ele, médico, fazia da situação, as ideias políticas funcionando como conselhos para a boa saúde do enfermo e, finalmente, a prescrição do remédio, amargo porém necessário, contido na receita definitiva que o paciente/leitor iria levar consigo ao sair do consultório, ou, ao terminar a leitura de seu livro.

A situação política do Brasil

ADVERTÊNCIA

Do nosso batalhar sem descanso, na imprensa, e por toda a parte onde o acaso ou propósito nos leva, na esperança de podermos concorrer para o ressurgimento moral da Pátria, julgamos oportuno publicar em folhetos essa série de artigos entre os muitos que temos escrito; pois tendo sido como outros impressos no “Diário de Jaguarão” e outros jornais do estado, sobre todos o Eco do Sul, de curso limitado ao estado do Rio Grande do Sul, não podem ir além das fronteiras largamente.

Dedicamos essas considerações a todo o brasileiro que ainda tem sentimento capaz de colocar a Pátria acima dos seus interesses pecuniários ou de ostentação. Sendo gratuita a distribuição, como tem sido de todas as memórias que no interesse do país ou da ciência temos publicado, não é proibido a imprensa transcrever o que julgar digno de interesse.¹²⁵

Jaguarão, janeiro de 1905.

Dr. Ângelo Dourado

¹²⁵ NOTA - As palavras “patriarca”, “patriarquia”, referem-se a aclamação que teve o Dr. Júlio de Castilhos, de Patriarca rio-grandense na Assembleia Estadual.

A SITUAÇÃO

I

Nem um dia se passa sem que haja um ato governamental nesta *república*, que não seja o preparo para grandes males futuros, se na própria origem eles já não se mostrem, para os que ainda se dão ao esforço de considerar o território onde foi o Brasil, uma pátria.

A 15 de Novembro, o exército brasileiro, em um descuido fatal, arrancou a nação do caminho de um progresso lento, porém eficaz, em cuja marcha ia eliminando, sem violências, nem despedaçamentos, tudo que soe viciar a índole e costumes de povos que, ainda não preparados, têm, contudo, bastante energia para buscar idoneidade definitiva, como buscou a nacionalidade brasileira, para entregá-la a um grupo de politicantes que desde então julgaram-se senhores, ou donos da fazenda, que outra coisa não tem sido o Brasil, desde aquela época.

E fascinou-se o exército, ou antes alguns oficiais que não tinham ainda a nítida compreensão do que seja a pátria, com a sua própria obra; e a outra parte, por esse espírito peculiar a certos povos, que julgam que a civilização, o progresso, é aquilo que o inventor de modas apresenta cada dia para ter lucros, embora falte ao invento todos os preceitos estéticos, e sobrem os que em boa linguagem se chamaria imorais, subordinou-se aqueles, e tornou-se a vítima do meio que julgou ser dignificador e que nada mais tem sido para ele, o exército, do que aniquilador, que os crentes na providência divina denominariam-se punidor.

Não houve ponto em que povo oprimido revoltou-se contra o senhor que a *república* lhe deu, em cada tipo de hipócrita desonesto, que o exército não corresse a fazer o povo submeter-se a escravidão que lhe impusera, com tanta abnegação, com tanta resignação no sofrimento, que dói nas almas que ainda amam a esta desditosa e sofredora nação, o ver como pode desenvolver tanto heroísmo, tanta indiferença no sofrimento como no soldado brasileiro, em benefício de verdadeiros espertos que se justificam com as leis que eles mesmos decretam, e em detrimento da própria pátria que morre com o extermínio daqueles que ainda por amor dela não temem afrontar a morte.

E a proporção que o exército, esse Hércules transformado em escravo mártir e ridículo dessa Onfale prostituída, a - *república*, ia morrendo, nos combates, os que lucravam com essas lutas, iam por sua vez, preparando as suas brigadas militares para matar-lhe moralmente depois, como hoje é patente, embora o queiram negar, os que nada mais desejam do que viver na quietude de um emprego rendoso, embora obediente, a um poder estranho, como os comandantes de distrito aos governadores de estado, acentuadamente o do Rio Grande do Sul; ou os que pretendem lugar mais rendoso, nessas mesmas brigadas.

Finalmente, na própria capital da *república*, onde a maior guarnição permanece, o exército acaba de ser anulado com consciência, senão aplauso do seu Estado Maior, que já não pode ter esse nome, sim o de grupo de encenação brilhante para os momentos de apoteoses na comédia da *política republicana*, tragédia sangrenta para os que ainda não perderam a esperança, e relutam em conservá-la quando hoje o despudor maquiavélico é a norma da moral deste infeliz povo inconsciente e fatalista.

A ação do exército, colocando o povo na condição de escravo encarregado de prover os meios de enriquecer os que amanhã, a traição e ambição, transformadas em virtudes cívicas pelo talismã das graças, fartamente distribuídas, com nobilitantes exceções, transformaram em senhores do dinheiro público, arredou-o da cena política, como coletividade; e ficando só o exército como o fiscal natural de sua obra, certamente os governantes deviam buscar meios de anulá-lo. O primeiro passo foi plantar o ódio entre ele e sua irmã, a armada; conservar esse ódio; alimentá-lo, buscar mesmo para isso aquilo que eles pessoalmente tinham interesse em fazer desaparecer.

A exploração em torno do nome do marechal Floriano, que agia num momento psicológico que só por covardia renunciara, embora malsinado pelo seu procedimento anterior nos interesses do seu maior desafeto pessoal, no Rio Grande do Sul; as honras e poderes, conferidos aos mutiladores do corpo de Saldanha da Gama, AINDA VIVO, devia de estabelecer esse ódio de classe, representado nas corporações, embora grandes personagens daqueles feitos, então em extremos opostos, hoje se abracem, se beijem, enquanto o ódio de classe vai tendo a sua marcha destruidora.

É por isso que a esquadra se presta às ordens do governo como arma contra o exército, embora contra esse exército estejam todos aqueles que se utilizaram dele, e hostilizaram a esquadra de então, e que hoje negociam, e ganham à custa dela, como então à custa do exército.

Dizer-se que a esquadra brasileira é a força de um governo que tem por mentores, ou supergovernadores, os srs. Glycerio e Pinheiro Machado, dispensa todos os comentários.

E o ódio se acentuou pela denominação das corporações, e colocações; ódio geográfico, se poderia dizer, pois noutra coisa não é a animadversão que hoje votam os corpos da marinha à escola militar, embora já nessa escola não haja um só daqueles valentes que obedeciam às ordens do marechal Floriano, e foram seus principais instrumentos de vitória, e muitos deles aí estejam ao lado dos Srs. Seabra, e general Piragibe, então seus inimigos mortais; quando na escola de hoje por assim dizer, quase todos são estranhos até aos atos do marechal e muitos, ainda na meninice, foram vítimas daqueles mesmos atos.

E explora-se a idiossincrasia própria dessas raças de caráter ainda amorfo, aqueles mesmos que são encarregados de preverem o futuro da pátria, e devem conhecer que fomentar o ódio entre as duas classes que devem agir de comum acordo, para num abraço fraterno diante da morte salvarem a honra dessa mesma pátria é pôr em perigo a honra da nação no momento cruento.

Mas que quer? A *república* estabelece esse sistema de que quem governa só se deve preocupar do seu tempo.

O diabo leve quem vier depois, se nesse curto prazo eles se locupletem a ponto de não precisarem mais de governar, ainda mesmo quando falte homens para isso como agora, que de novo vai a nação rogar ao sr. Campos Salles que venha suavizar a obra do Sr. Rodrigues Alves.

E tudo isto é feito somente porque alguns poucos lucrarão no negócio político, à sombra do governo, e todos os que acham bem esse meio julgam lhes tocará um dia uma fatia; esquecidos de que, nesse sistema se renova cada dia a massa dos pretendentes, e os novos são sempre os melhores.

É por isso que acaba o governo de aumentar a força policial com caráter de exército de linha - janízaros desta nova Turquia.

II

O aumento da força policial da *capital federal* que já era numerosa, com mais mil e duzentos homens, não pode ter outro fim senão a dissolução do exército, trabalhada há muito tempo, por aqueles mesmos que exploraram-no; e tornavam odientos ao mesmo exército aqueles que pugnavam pela sua conservação na altura em que deve ser colocado o elemento principal da defesa, portanto da grandeza e honorabilidade de um povo, como com Silveira Martins ocorreu, a quem os exploradores da cegueira e bravura da grande coletividade armada davam o título de inimigo do exército; por querê-lo digno.

Não contentes com a odiosidade plantada, e tão bem cultivada entre as duas classes armadas, eles buscaram uma outra rivalidade que por si só bastaria para dissolver o exército.

Nas guerras modernas não é mais a bravura dos tempos cavalheirescos que nossos soldados sempre mostraram com um estoicismo só comparável ao dos antigos romanos, desde as guerras holandesas do norte, e a com os espanhóis do Prata nos tempos coloniais, até a do Paraguai, para não falarmos nas atuais guerras civis, que foram verdadeiras hecatombes legais, em benefício de poucos que se propunham no senhorio do país e de suas riquezas, que pode dar o triunfo, embora em momentos críticos essa bravura seja o seu principal fator.

Hoje o que faz a guerra é a tática, é a estratégia. E se é verdade que a experiência vale mais, em certos momentos, que as teorias dos livros, é também verdade que sem o conhecimento dessas teorias não há experiência nem prática que valham, pela ignorância dos diversos fatores que incidem no caso, sobre

todos os insidiosos, que só os conhecimentos adquiridos nos livros podem fazer prever, lembrando-o que, em tais casos, sucedeu; e dispensa-se o livro, sem ter guerras que formem as individualidades, à custa dos desastres e vida de muitos, certamente o exército não terá razão de existir, porque somente para aprender formar em linha e marchar; encenação inútil na hora do combate onde cada soldado terá de ser o determinador dos seus próprios atos, não compensa os sacrifícios, pois na massa popular se encontrar elementos iguais, que lutarão sem dificuldades dos que aprenderam tais exercícios, como temos o exemplo do Paraguai, sendo o exército em sua grande maioria de voluntários, e por isso tanto nos custou, dando tempo e motivo para Lopes fazer do seu pequeno povo disciplinado pela obediência cega, um exército de resistência inaudita, que poderia nos ter aniquilado se não fosse o alto patriotismo e unidade de direção de então; o que não teríamos hoje; e o otimismo faz esquecer, julgando que já não temos inimigos porque somos *república* e a América do Sul é toda de *republicanos*.

Não se pode compreender, portanto, exércitos modernos sem instrução, e esta não pode ser dada nos quartéis somente.

As escolas militares são indispensáveis, como o são as regimentais, as de tiro. Mas foram eles mesmos, os que hoje as malsinam, os que as perderam, fazendo desse espírito que se chamou de estudante, em outro tempo irresponsável, elementos políticos, verdadeiros instrumentos manejados por ambiciosos sem alma nem coração, que os aclama quando em seus interesses os chamam, e amanhã maldizem-nos, embora tivessem antes elogiado, no mesmo terreno em que a derrota os torna criminosos, em vez de heróis.

A 15 de Novembro a escola militar foi a principal factora da *república* que bem caro lhe tem pago. Para depor o dr. Tavares, delegado de Deodoro, em Porto Alegre, foi a escola militar a explorada, e o marechal Bittencourt teve de tornar-se conivente.

Pagou com a vida depois, no conchavo daqueles mesmos que em Porto Alegre subiram à custa da sua transigência. A providência divina?

No Ceará foi a escola por ordem do marechal Floriano, quem depôs o bravo general Clarindo Queiroz, em combate regular, de ataque e defesa.

Então foi ela cantada em odes épicas, pelos mesmos que hoje pedem o seu extermínio, e pediram o fuzilamento até de crianças porque lá existiam alguns já bigodudos.

Na queda de Deodoro, foi ainda a escola *libertadora*, porque se colocou contra ele; e Floriano, se sabe que encontrou ali à sua falange inexpugnável, encarregando aos alunos os serviços mais difíceis, e a defesa dos pontos mais arriscados.

Sabe-se que o marechal no Itamaraty os tratava como iguais; batia-lhes no ombro, deixava que eles fizessem o mesmo; ouvia-lhes as opiniões, para mesmo aceitá-las e ir pô-las em prática.

Depois dizia-lhes: bem agora não está mais aqui o Floriano; agora está o marechal, vamos trabalhar. E eles corriam, loucos, fanáticos, para os pontos mais arriscados a se deixarem matar, a matarem, julgando que defendiam a pátria.

E a defendiam, porque no sistema, cada grupo que triunfa é apenas a mudança de ventres e não de fauces e mandíbulas.

E desde então não houve estômago em digestão, ou apetite aguçá-lo, espera da chamada ao refeitório, que não entoasse hinos a essa mocidade que eles indisciplinaram na exploração, que eles indoneficaram na política das instituições; que eles fizeram eleitores sem ainda terem a idade que em outros povos se exige para vestir calças compridas, como a defensora das instituições; a guarda invencível da memória de Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Exploraram-lhe - perdeu agora.

Foram tratados todos como vencidos em combate, quando podiam ter sido vencedores se houvesse ali um homem que lhes dissesse que, na *república*, não há misericórdia para quem se deixa vencer, embora deem-lhes *anistia*, e, portanto, era preferível ir morrer além, e eles iriam, e entrariam no Catete.

E seriam generosos com o Sr. Rodrigues Alves; e saberiam respeitar a sua família; e apresentariam armas ao sr. marechal Argollo vencido, até que quem viesse tomar conta d *república* começasse a sua faina, da reforma de generais amigos, de degredo dos mesmos, porque o sr. Barbosa Lima ministro precisava plantar no Brasil a política do Rio Grande, o sonho de Júlio de Castilhos, tendo como figuras proeminentes o Sr Pinheiro Machado e Cassiano do Nascimento; esses mesmos que pedem e ordenam todo o rigor para os rapazes, e toda a inocência para o sr. Barbosa Lima.

Quanto aos pobres rapazes explorados iriam para a escola, a espera de novo momento de consolidar a *república*, sem o mínimo interesse em política; e até com prejuízo, pois lá estavam muitos cujos pais seriam vítimas se triunfasse a revolta; vítimas exigidas por esses mesmos que o não triunfo colocou ao lado do governo como seus diretores e protetores.

De quatro rapazes que só aderiram ao movimento quando a escola já formada, sei que o único lucro seria, se triunfassem, irem a casa de um onde em um guarda-comida havia uma garrafa de champagne, que família ali conservava.

Iriam lá, beberiam aquele champagne se triunfassem.

E, como não triunfaram, foram levados a pé para longe, sob o sol e sob a chuva, sem direito de pedir nem a roupa para mudar.

Incomunicáveis, alarmados a toda hora, sob pretexto de que iam ser fuzilados, comendo charque salgado e uma banana, embora no livro de despesas, e nos jornais se diga que tiveram etapa de alunos; donde muitos saíram doentes gravemente do estômago. Depois saídos à meia noite, sem saber se iam para aquelas ilhas da Enxada ou Sepetiba, como outros outrora, e que agora deviam ter o direito da *revanche*. Sem que nem ao menos se permitisse as pobres mães saberem notícias de seus filhos, que pais visionários arrancou-lhes dos braços para entregar à Pátria esquecido de que na *república*, a pátria é quem governa.

III

A exploração atual do exército é que, anulados os oficiais de curso, ou diminuindo o número deles, os outros, sem curso poderão ganhar de novo aquela mesma importância de outros tempos e fazerem carreira completa.

Se a boa-fé não fosse o maior elemento de cegueira, o exército repeliaria este anelo, preferindo a marcha regular das coisas, e não os saltos que afinal só

dão lucro a quem, saltando mais, não quebre as pernas ou se atrole antes de atingir a meta.

A grande força do exército está é na sua massa comandada, felizmente de índole tão boa, tão nobre que nem depois de verem os fuzilamentos de oficiais superiores, até marechais, como na capital de Santa Catarina, e em outros pontos, conserva a disciplina e moralidade que são dignos de louvor, como tenho observado, e disso dou público testemunho.

Em Santa Vitória do Palmar, ponto fronteiro sobre a linha onde se chocam os elementos mais perniciosos, próprios as vazas humanas, existe um regimento -- o 10º. Durante um ano que ali permaneci, não se deu entre suas praças nenhum conflito de indisciplina, e aqueles mesmos que são inseparáveis das paixões individuais foram tão raros, e tão insignificantes que na minha espontaneidade em manifestar os meus sentimentos onde vejo atos dignos ou indignos, por quem quer que seja praticados, escrevi ao retirar-me, ao digno comandante e oficiais daquele regimento, pedindo fizesse sentir aos seus soldados o contentamento da minha alma brasileira, em ver como procediam.

Em Bagé, depois da revolução em que o vencedor arroga a si direitos especiais, que os que não foram ao campo da luta mortífera arrogavam, nada, nada absolutamente se tinha para censurar aos soldados, a não ser algum ato cavalheiresco que algum se impunha, confiado ao coronel Carlos Telles, tomando a defesa de algum pobre diabo, que por ser maragato era perseguido pelas autoridades *republicanas*.

No Rio Grande, e aqui em Jaguarão, a mesma coisa. o que indica que assim será por toda a parte, embora mal pagos, e tardiamente, embora mal vestidos, embora descalços, embora destacado pela linha, fazendo pequenos

ranchos de lama para se livrarem da chuva e dos ventos, enquanto as brigadas estaduais, que, co direito, podem ser republicanas, porque a *república* feita pelo exército tornou-as indispensáveis aos homens que, por um fenômeno psicológico do povo, se aclamaram senhores desse mesmo povo, sem elas, as brigadas, não se banqueteariam por muito tempo nas estâncias que não são deles, dão-lhes tudo.

Bom soldo, bons vestidos, luxo em fardamento, bons quartéis, divertimentos, em alguns até bilhares, e tal respeito que ninguém pode ali intervir por despeito pessoal, ao passo que no exército, um oficial de alta patente mesmo, com grande família, ao primeiro franzir de testa de algum senhor republicano tem de obedecer, sob pena de ser removido, para longe, daqui para ali, como ocorreu com o major Ferreira, um valente, de serviços relevantíssimos, transferido para longe, e obrigado a seguir por exigência do sr. Vicente Machado, grande homem republicano; embora tivesse um filho gravemente enfermo, que na viagem perdeu todas as probabilidades de viver, e faleceu ao chegar ao novo ponto de degredo.

E, como estes, muitos outros. Todos os que não se curvam à bajulação, à subserviência, aos chefetes “republicanos” dos lugares onde se aquartelam, se não quiserem ser atirados daqui para ali, levando as famílias embora com filhos enfermos ou delas se separando, cheios de apreensões por tudo e por todos que ficam-lhes longe das vistas.

É esta a situação que a *república* criou para o exército que a fez.

Compreendendo-se que um exército nessas condições não terá direitos às posições, as promoções só serão feitas daqui por diante a vontade de cada chefe local.

Mas não haverá lugar para todos, portanto uns se revoltarão contra eles por terem protegido a tal ou tal, quando forem eles os seus *amigos* mais dedicados. Nesse caso será imediatamente transferido.

O oficial do exército brasileiro não tem direito de queixa, senão está disposto às consequências, como agora mesmo aconteceu ao general Sampaio que foi um dos mais esforçados defensores das *instituições*, de que somos testemunha de ação.

Que valerá, portanto, aos senhores oficiais, essa probabilidade de acessos sem estudos, se as promoções serão feitas doravante ao nuto dos chefes *republicanos*, locais, que não precisando mais do exército porque já tem forças para a ele se oporem, e por causa dessa força que dos seus atos nasceu, o povo oprimido só ao exército atribui todos os seus males? Portanto, terá esse exército de subordinar-se à condição de estrangeiros onde se dá hospedagem por favor, e se não quer assim, poderá ser dissolvido em um momento; pois só contra ele, o exército, foram instituídas as brigadas militares, pois se sabe que o povo ainda não se encontra moda com a escravidão, visto que: é assim mesmo que se prepara os futuros grandiosos da pátria!

Ninguém de boa-fé poderá contestar o que dizemos a não ser os que têm interesse em tal marcha de coisas; ou a besta que incapaz de raciocinar recebe o freio, o cangalho e as esporas nas ilhargas para promover a fortuna e o negócio do senhor, e relincha alegre quando levam-lhe as baías, se entre ele brilham alguns grãos de milho.

Não honrará mais um galão ou poucos, mas com toda a dignidade que muitos sem ela? Ouvi uma vez de um digno oficial oriental que um galão de alferes valia mais no Brasil do que os de um coronel na sua pátria.

Os povos, como os exércitos que nada mais são do que instrumentos de bem-estar e riquezas dos outros, não tem diferença das bestas de carga, senão pela consciência do aviltamento a que se sujeitam, e pela infâmia, de a tal se sujeitar pela covardia ou pelo interesse momentâneo. Matam a alma em benefício insignificante do corpo.

IV

Não ignora o governo esses motivos que enfraquecem a solidariedade das classes armadas, e é forçoso dizer que vendo a *dedicação*, manifestada sempre, naqueles que pretendem vantagens, o conhecimento das coisas não lhe ensine, e que triste lição! Que terá contra si todos os que foram *logrados* nas suas pretensões com tanto mais encarniçado ódio quanto foi ostensiva a dedicação nos tempos esperançosos.

Por honra do nosso exército pode-se dizer que esses são poucos.

A outra parte, a grande parte, a quase totalidade do exército e da armada, os que vivem aquartelados, longe, esquecidos, mal pagos, mal vestidos, mal considerados, que só esperam justiça pelos direitos adquiridos, e que raramente a tem, esses aí ficam sem vontade, mas sem compromissos com o governo, que perde o direito de exigir obediência e disciplina, desde que não exerce a sua autoridade com justiça.

E todo aquele que abusa de sua autoridade só a força ou pela corrupção pode ser obedecido.

É a massa indiferente, pronta a seguir a quem melhores dias lhe promete, ou ao menos para ter o prazer de ver cair quem menoscabou de seus direitos, e até de suas justas reclamações no sofrimento.

Sabe disso o governo, e não querendo, ou não podendo, num curto prazo governamental corrigir todos os erros oriundos da indisciplina originária do sistema, teve como único recurso buscar os meios de conter, de reprimir, de ameaçar, e até de dissolver.

Já eram um grande elemento as brigadas estaduais, desde que governando com os governadores elas se tornaram forças federais.

Agora mesmo viu-se a de S. Paulo correr para o Rio e ali permanecer longo prazo, embora o governo contasse com o exército e armada; já debelada a conspiração pueril, e presos os temerosos chefes. Para os arruaceiros das ruas nada era preciso do que a guarda de segurança da capital.

Mas o maior perigo é lá, e nem sempre há tempo para reclamar essa proteção que pode ser impedida por um simples desvio de um trilho da ferro-carril.

E o Sr. Rodrigues Alves viu, e sentiu, que se não fosse a Divina Providência, tão aceita, hoje, pelo ilustre Ruy Barbosa, o seu governo teria sido deposto por um punhado de crianças se alguém ali se apresentasse para levá-los para frente, para onde iriam com a mesma inconsciência com que se revoltaram na escola, insuflados por poucos, e levados por altas patentes do exército, com quem não discutiriam, desde que ao toque de reunir se formaram como soldados.

Depois dali, outros iriam dirigir, mandar... Todos *aderindo*, cada qual com mais serviços, latentes; muitos dizendo que se estiveram juntos ao Sr. Rodrigues

Alves foi para vigiar-lhes os passos; prendê-lo mesmo no momento psicológico para desviar-lhe a atenção, e fazê-lo descansar e confiar sem desconfiar.

Ninguém poderá dizer que fantasiámos porque há aí fatos anda de atualidade palpitante, e nem foi desdouro republicano a confissão pela imprensa, e firmada por nome fora de toda suspeição, endeusando a traição por honra e glória da *república*.

Então os mortos começariam a governar os vivos. E os fósseis republicanos já cansados de serem ricos, por isso desprezando altas posições, que obrigam até a subserviência indigna para alcançar ou conservar, iriam ser os médiuns entre os mortos e os vivos.

E, aquelas crianças inconscientes correriam para os pontos arriscados onde houvesse suspeita de perigo, e ali enfrentariam com a bravura própria da juventude a esses perigos, se reais, guiados por Benjamin Constant e Floriano, para consolidarem ainda uma vez a *república*; e em palácio aqueles outros mortos capazes dos mais altos feitos legais, ordenariam a eliminação de todos os que julgando-se, com direito, não trouxessem o selo clotildiano, e nas ruas por toda a parte Marcelino Bispo guiando os que a 5 de Novembro não tiveram oportunidade de se mostrarem.

E as deposições começariam, mas já com os requisitos do justicamento de Florianópolis: e no sul, a brigada ocupando os postos, para impor-se, confraternizando-se com o exército; e por sua vez impondo lá a proeminência do novo *governo* do sr. Pinheiro Machado e Barbosa Lima, sob pena de separação, e porque *só eles são republicanos*.

Eis o quadro que, estamos certos, se patenteou aos olhos do sr. Rodrigues Alves, quando menos por uma ação telepática do sr. Seabra que na sua vasta inteligência e prática das coisas, viu e previu no momento agudo da crise.

E não resta dúvida qual seria a sorte dos pobres federalistas do sul, se já não estava delineada, antes, e já em movimentação, à espera da notícia da queda do sr. Rodrigues Alves, tão querido, tão afagado, tão manifestado porque não cometeu a tolice de cair.

Santa *república*, em que por um momento de desvario, podes fazer derramar o luto em todas as famílias, sacrificar aqueles cujos filhos se sacrificam por ti, sem pensarem que nada são senão instrumentos de ambições sem nome de ambiciosos sem alma.

Santa *república*! Que as mães, as pobres mães se unam ao coro dos que de ti vivem, e nem por isso gozam, e mandem as lágrimas que lhes fez verter argumentar as estrelas da tua ordem e progresso.

V

Ao governo outro caminho não resta senão buscar forças para se garantir, embora, ali mesmo, e de toda parte, se lhe rendesse preitos e homenagens pelo triunfo, e só por isso, pois se fosse ele o derrotado essas mesmas homenagens seriam dirigidas aos vencedores, pelas mesmas bocas e vozes, apenas com a diferença de que, agora, se criou o *vir fortissimus*, o santo varão já foi criado, ao passo que se os outros triunfassem, nada mais teríamos do que a consolidação perpétua da *república*, pelas criaturas de Benjamin Constant e Floriano, com a afirmação de que, para felicidade da república, nunca

deveriam ter estado ausentes do governo pois que somente esses sabem dignificar os povos, etc. etc.

Só eles sabem com pulso rijo guiar a nação para seus altos destinos, e nem por isso os cidadãos deixam de viver fartamente a sua sombra, e nem por isso as forças armadas tem mais quinhão do que agora, pois Deodoro e Floriano governaram, e se sabe como os civis foram atendidos, como enriqueceram, como se fizeram grandes homens, que mesmo depois de mortos ainda vão seus atos iluminando os povos, e os seus vivendo nessa doce tranquilidade de quem vive no terreno aplainado para se viver sem ódios nem apreensões.

E o sr. Rodrigues Alves e o sr. Seabra seriam justificados na praça pública, e esses que agora falam em ordem, disciplina, entoariam odes a Marat, a S. Just e a toda aquela plêiade de apóstolos da humanidade; e não haveria estado brasileiro que não se apressasse em levantar estátuas ao dr. Júlio de Castilhos com o competente busto de Francia em posição reverente a contemplá-lo, segundo o modelo que vai ser erigido em Porto Alegre, tendo já encomendado o de Francia para lhe servir de comparação, na inferioridade, a intendência municipal.

Aumentando a brigada policial, terá o governo uma outra força, embora de ação incógnita; mas numerosa, como é, põe em dúvida o triunfo do exército, se tentar rebelar-se, e a dúvida do exército bastará para impor a submissão, senão a maior dedicação manifestada em todos os atos.

A marinha, por sua vez, *jamaís* deixará de ser dedicadíssima, porque reunidas as duas forças de terra nada poderia fazer.

No Brasil não há povo, só há forças; e se sabe que o povo que se revolta é sempre a vil canalha. São os bandidos do Rio Grande; são os infames jagunços

na Bahia; e na capital a ralé que vai deportada para o Acre, levando chicote no porão dos vapores, como empolgantemente descreveu um jornal do governo, muito a propósito. Sem dúvida para acordar a ideia da grande manifestação popular, de que segundo o telégrafo será Ruy Barbosa, o paladino intemerato de justiça, o orador.

Faltam dois anos ao sr. Rodrigues Alves, para governar. Se ele, o *vir fortissimus*, não se lembrar de se fazer ditador.

Tem forças para isso, e a nação é que o deseja, e já vai até esquecendo-se de todos os outros que a tem governado, diante de sua energia, sem ser militar.

E sua excelência sabe disso, e ri-se, com escárnio, porque sabe como tudo foi.

VI

Quando iniciamos estas considerações, cujo fim é demonstrar que no sistema atual, e na contingência em que se colocou o governo, só resta a nação a escravização sob tiranias, embora disfarçadas e aplaudidas pelas massas, embora por covardia, por interesses e por ódio, julgando que a punição que hoje atinge aos seus inimigos ou competidores, não lhes atingirá amanhã, ou as revoluções constantes, e portanto a anarquia, onde as forças triunfantes se julguem fora do dever de obedecer depois do triunfo, a quem lhes aplaudiu todos os crimes na esperança de, a custa deles, triunfar; era nosso fito apenas estabelecer as principais premissas, tendo como maior o anulamento do exército, pela criação de novas milícias, ou reforço das existentes; e como

conclusão o estabelecimento da disciplina legal, de Francia e dos Lopes do Paraguai, e Diaz do México, e de todas essas republiquetas sul-americanas.

Mas apenas iniciamos esse trabalho, inútil, em que só visamos o fim de não se dizer que tudo se fez no Brasil sem um protesto, ou sem que previsse o resultado funesto, embora incorrendo, como sempre, no ódio dos incondicionais, e na censura dos otimistas. embora somente o dever e o pundonor sejam o nosso conforto íntimo, enunciamos perspectivas funestas que se apresentam a nossa mente, oriundas dos atos do governo republicano, o telégrafo vai veracitando todas as nossas apreensões.

Não há muito, dissemos que a brigada militar, tornou-se uma terceira classe armada do país, embora de ação incógnita, embora no futuro tenha ela, no Brasil, aquela mesma ação dos janízaros na Turquia, dos pretorianos em Roma, dos mamelucos, dos strelitzes, etc. E que seus lugares ou postos serão disputados com mais afã do que os empregos rendosos, e já o telégrafo anuncia que até a lei da compulsória foi decretada para ela, para melhor ser uma instituição militar.

E compreendendo-se que essa brigada, ou exército presidencial, vai habitar no centro da capital, as ordens do sr. ministro da justiça, e, portanto, serão dispensados ali os corpos do exército por inúteis e perigosos, e, portanto, dispersos, esses corpos, isolados, serão dissolvidos, e em pequeno número nos distritos pobres, ou mesmo em grande número, terão as brigadas militares para fazê-los obedecer.

Só assim, ou só para isso, se pode compreender a ordem do sr. marechal Argollo, soldado do exército, ao sr. general Godolphim comandante do 6º

distrito, também soldado do exército, para entregar armamento e munições Manulicher, a brigada militar do Rio Grande do Sul.

Essa brigada, sabe-se, tem armamento e munições de primeira ordem e em grande quantidade, pois é sabido que lhe sobrou armamento para auxiliar a revolução na banda oriental.

Os federalistas, únicos elementos de oposição ao governo, pois os outros que se desgostam com a política do dr. Borges de Medeiros, apenas tem suspiros e gemidos de saudade pelo grande morto, que ao menos tratava-os com franqueza; ameaçava-os, punia-os, castigava-os até a obediência, ou os excomungavam para sempre, francamente, ostensivamente para edificar isto que ali está, ao passo que o dr. Borges tudo promete-lhes, bate-lhes no ombro, nomeia-os chefes, mas se vem outro, o contrário, faz o mesmo, apela para a prévia, previamente preparada por emissários que tudo prometem, e por isso obtém a submissão, por dedicação à *república* e suas praxes.

Mas os federalistas nada tentam, nem tem motivos para isso. Sua ação atualmente é até de conforto para o governo.

Prometem-lhes eleições, e não há quem não saiba que a melhor lei eleitoral é a maior das ironias, quando não há juízes para julgar.

Para concorrer às urnas seria preciso levar a cédula em uma mão e a arma na outra, para garantir o seu voto nesse sistema.

Mas isso seria a revolução, e o governo por motivo de salvação pública não permitiria eleições.

Faria-as como até agora. Nomearia seus deputados. Desde que assim não é, a nova lei eleitoral só terá o fim de mostrar como esses patriarcais governos

são amados de seus povos pelos números de adeptos nas urnas e a ausência de adversários.

Um verdadeiro *Purgatório* de Dante, onde todos entoarão hinos de amor à *república*, em busca da porta que leva ao paraíso.

Portanto, para que essas armas, esse excesso de armas, senão para poder o governo rio-grandense armar a patriotada, ou a guarda nacional, no momento convencional, para poder dissolver os corpos do exército?

Mas não haverá mal nisso. Continuarão os comandos dos distritos, os comandos de fronteira, como lá no Rio -- os outros cargos, e estado maior, mas tudo trabalhando só no papel.

O ministro da justiça será a figura mavórcia da *república*, e os governadores de estados os seus generais regionais.

O exército brasileiro, isto é, a sua oficialidade, indispensável para a papelada, será somente para os cortejos nos dias de gala, como aquela força que foi a milícia do Papa, e depois de abatido o poder temporal, lá se apresenta com seus uniformes brilhantes acompanhando as procissões... no Vaticano.

E quando tudo isso vai realizando porque alguns senhores militares estão bem acomodados, e outros aspiram sê-lo, por serem *amigos* dos governos, se nos criminará de abandonarmos a linguagem do argumento, e só com a da sátira nos referirmos a esta *república*.

VII

E quem é o culpado de tudo isso? Quem é o responsável por esse estado a que chegou o exército, a mais eficaz força de um país de extensão territorial como o nosso, e de prováveis inimigos, certos em antipatias, que confinam conosco por linhas geográficas imaginárias, e que em um momento nos poderão invadir o território como já por duas vezes sentimos, provocando-nos guerras que nos custaram sacrifícios enormes, só compensados pelo conhecimento da necessidade de termos forças arregimentadas, e o conhecimento do rifão oriental de que: *no hay enemigo chico*; e nos preparamos?

E criou-se o exército, e se o ia melhorando lentamente, povoando-se a fronteira de quartéis e colônias militares, até que o espírito diabólico veio alterar a mente sempre afogueada da mocidade, fazendo-lhe ver a possibilidade de se criar governos filosóficos para povos; e os velhos aderiram ou não protestaram.

De ninguém poderá o exército queixar-se do seu atual desprestígio, ou anulamento, senão a si mesmo, pois foram e são militares os que arrastaram e arrastam para isso.

Foram eles que se colocaram ao lado dos que de longe vem pregando a sua dissolução pelos princípios filosóficos que adotam, e julgam prejudicial ao exército, aos povos, como o positivismo; e esse mesmo exército torna-se o maior elemento de ação dos positivistas, e viveiro dos seus mais intransigentes adeptos empíricos.

Para provar o que dissemos não precisaríamos mais do que apontar o dr. Júlio de Castilhos como o positivista mais definido do Brasil, pois além de seus atos autoritários, além da constituição ditatorial, fez pela imprensa declarações

definitivas de suas crenças, e, portanto, do seu antagonismo ao exército. E esse exército o seguia, sacrificando tudo por ele, cega e obstinadamente, sobre todos, os moços, que não poderíamos acreditar, indicarem que só são levados por seus interesses, pela posição que alguns sem motivos nem serviços, mas de indústria chamados pelo maquiavelismo positivista para poder ter os outros presos, ou agradecidos pelo seu *amor* à classe, numa exploração desdigna, se não tivéssemos conhecimento dessa nevrose que cria o fanatismo por uma simples propagação moral, por uma sugestão condicional onde os indivíduos que mais sofrem são os que mais apregoam as virtudes do causador de seus sofrimentos, como os ébrios as do álcool depois de se deixarem dominar por ele.

Foi no estudo desse meio que Molière concebeu o seu Tartufo, e que hoje a ciência explica e ensina por meio de estudos, de observação e paciência admiráveis, colocando os próprios elementos causadores de todos os males humanos na categoria dos degenerados, mais perigosos ainda que a classe de suas vítimas sugestivas, os seus fanáticos. Só depois da deposição do dr. Tavares em Porto Alegre, pela influência de Barros Cassal sobre os rapazes da escola militar, pelo seu modo lhano e atraente, seu boemismo tão grato a juventude, começou o dr. Castilhos a ter cotação entre as classes armadas; mas essa cotação desceu depois da queda, e insultos pessoais ao marechal Floriano.

Quando, porém, viu-se, apesar desses insultos, o marechal sacrificar o próprio nome; a sua longa vida, austera; a sua proverbial forma de economia e zelo pelos dinheiros públicos a seu cargo, para colocar o dr Castilhos no poder e sustentá-lo à custa de milhares de vidas e de contos de réis, propagou-se a ideia de que só por um homem de extraordinário merecimento o marechal tanto

poderia ter feito, depois de tão cruamente ser por ele insultado na sua honra militar *marechal três vezes traidor* escreveu ele.

E o positivismo aproveitou a nova cancha que se apresentou sem se preocupar mesmo que o dr. Júlio de Castilhos era a negação personificada dos pontos cardeais de sua doutrina; e a mocidade fanatizou-se, e a massa toda seguiu sem discutir, sem ao menos acreditar no que diziam os íntimos do marechal, e ele mesmo lamentando a fraqueza do general Bernardo Vasquez em não cumprir suas ordens no Rio Grande. E os federalistas se levantando cheios de indignação pelo exílio que se lhes impunham, pois era ordem despovoar a campanha de chefes e chefetes, de todos os que não se submetessem, obrigavam o marechal a sustentar uma obra que não foi sua, que não mandara fazer, que não desejou se fizesse, e afinal ele mesmo tornou-se um grande partidário do seu insultador, porque, na sua compreensão ocasional do princípio da autoridade, julgou dever sustentá-lo, já que os federalistas não aceitaram as condições por ele impostas.

E assim, esmagando o único povo que teve bastante brio para se opor à implantação do sistema ditatorial no Brasil, ensinando os governantes a se tornarem zelosos do bem público e não negociantes, o exército criou a própria força que desde então o vem matando.

VIII

Durante a revolução foi o próprio dr. Júlio de Castilhos, o verdadeiro senhor das forças armadas no Rio Grande.

Estava aí o ministro da guerra, mas se sabe que ele nada mais foi do que um referendário dos atos do dr. Júlio de Castilhos, que removia oficiais, designava o que deviam ocupar tais e tais comissões, promovia-os, etc. etc.; pois o ministro nada fazia sem que o interessado lhe trouxesse primeiro a concessão do dr. Júlio de Castilhos, e não admitia desculpas nem justificações por mais cabais que fossem, se com elas não se satisfizesse o dr. Júlio de Castilhos.

Nas questões de tática e estratégia militar, mesmo, era ainda os seus planos que vigoravam.

Depois da revolução, conversando com um coronel, meu amigo, e então de alto prestígio no castilhismo, narrando as peripécias da guerra, as nossas condições e posições em tais e tais pontos e ocasiões, ele conheceu que tivessem sido executados os planos e tática do general Moura, a luta teria se terminado ali, ou perdido tanto em seus elementos primordiais, que seríamos, nós os revolucionários, obrigados a capitulação.

Mas, assim não foi, porque o Júlio se opôs sempre a esses planos, e só se seguia os que ele traçava.

Ao que não pode deixar de dizer -- não lhe convinha a terminação da guerra porque ela era o aniquilamento do antigo orgulho gaúcho: era também o do exército de quem depois não teria precisão, e seria um elemento de perigo contrário aos seus planos de domínio, e porque, terminada a guerra tão

depressa, não teria vindo o dinheiro necessário para a *fortuna dos grandes republicanos*.

Quem nos ouviu essas palavras e era com quem conversávamos, foi o coronel Francisco de Paula Alencastro, hoje comandante da fronteira de Bagé, que nos contestou dizendo que os sofrimentos da campanha nos tornaram injusto. A que contestamos: não morra ele já, e verás que não é a injustiça quem me faz falar assim, sim o estudo de seus atos e por isso o conhecimento completo de sua pessoa.

Creio que não me iludi. Nunca me dirigi ao coronel Alencastro sobre o assunto, sei, porém, que antes de morrer já o dr. Castilhos o obrigara a fazer dele o mesmo juízo ou mais cru do que eu, pois nunca me iludi com ele, e aos desiludidos doem mais as ingratidões.

Com outro, o então coronel Carlos Telles, quando era emissário do general Tavares fui tratar da entrega de armas das forças revolucionárias reunidas em D. Pedrito, depois de algumas observações acres daquele valente, e as devidas respostas minhas, embora em caráter amistoso, eu disse-lhe: registre o que acaba de me dizer em elogios a ele, Júlio de Castilhos, e se em menos de um ano não se realizar a reforma de seu juízo poderá julgar-me o pior dos observadores da natureza humana.

Retirando-se para Canudos, o tempo foi excedido, mas realizaram-se as previsões. E num banquete em Pelotas, recordei-lhe publicamente o que havia lhe dito, o que ele confirmou inteiramente.

Era já uma das vítimas mais duramente punidas por exigência do dr. Júlio de Castilhos, o general Carlos Telles, como fora uma das primeiras vítimas no exército o seu irmão, João, por isso talvez indo morrer num lugar que não

competia a um general, para desfazer o juízo que sobre ele se fez, graças às informações do dr. Júlio de Castilhos.

E o exército silenciava, talvez medroso de se julgar que ele não tinha firmeza de crenças desde que o Dr. Júlio se tornara a personificação de todas as crenças, visto que até o marechal se subordinava às suas ordens, apesar dos insultos.

Na pacificação se sabe a guerra que ela moveu ao general Galvão por não ir se subordinar às suas ordens, como o general Moura. E o insulto a que se sujeitou aquele grande patriota, por querer estancar o derramamento de sangue, porque ele sabia que sem condições honrosas, com a submissão absoluta, como queria o dr. Júlio de Castilhos, os federalistas não se submeteriam, porque é preferível a morte para os homens de brio a desonra; e muito mais nos povos, único fito do dr. Júlio de Castilhos, o aniquilamento moral do seu povo para poder domá-lo perpetuamente.

E quão curta lhe foi a vida...! Demais, o general Galvão havia iniciado as negociações para a pacificação, com honra para os revolucionários que, sem ela, não poderiam ser dignos brasileiros, ainda em vida de Saldanha da Gama.

Depois da hecatombe de Campo Osório, mudar de caminho como queria o dr. Júlio, que se considerava vencedor capaz de impor ao último reduto da altivez rio-grandense às Forças Caudinas, não ficava bem a um general brasileiro, alheio a politicagem oficial, e filho de um estado que nunca soube transigir em negócios que interessam a honra da pátria.

IX

Nos momentos de desânimo a que o indiferentismo e improvidência da nossa atualidade nos obriga, a única esperança que de todo não se afastou de nós é que a garantia de nossa permanência no rol dos povos existe nas suas forças armadas, principalmente nas de terra, por serem as que mais eficazmente podem formar os núcleos de resistência neste vasto meio amorfo, disseminado e rarefeito, por tão vasta extensão territorial, pois nos pontos de aglomeração, nas cidades, é justamente onde o espírito de nacionalidade mais rapidamente desaparece pelo predomínio de raças adventícias e a facilidade de serem adotados os seus costumes, abolindo os que nunca foram, absolutamente, nossos; e pela nossa índole de julgarmos um estrangeiro um protetor até no conceder-nos o pão, dando-nos trabalho, já que não soubemos ou não tivemos coragem de buscar a fortuna que eles buscaram nesta mesma terra em que eles a encontraram, e nós nascemos, habituando-nos a viver do trabalho escravo, ou a não trabalhar para não parecermos escravos, embora não tivéssemos as terras herdadas pelas antigas sesmarias, nem os gados banais dando-nos cada ano o seu produto selvagem.

A necessidade e o estímulo, porém, nos obrigará a concorrência; mas até lá é preciso não nos dissolvermos, porque seríamos imediatamente anulados.

No século atual as ações serão breves e o prazo curto.

Não se pode compreender um país forte sem um exército forte para defendê-lo no primeiro embate, sobretudo um país vasto como o nosso, onde na segunda ou terceira geração colateral já não se conhecem ou não sabem o ramo

donde lhes vem o parentesco, se não há um interesse material que os põe em evidência.

Se para as famílias são tão fracos os laços, para a nacionalidade eles não existirão.

Os brasileiros do Rio Grande e Mato Grosso já sentiram a falta desse exército, e os males que advieram dessa falta nunca serão compensados, embora pagos por alto preço os prejuízos materiais.

Portanto, não é o exército uma classe parasitária vivendo somente do trabalho do povo.

Ao contrário. Em relação às outras classes, são as classes armadas as mais sofredoras porque não tem esse estímulo, que as outras anima, de poder fazer fortuna; e tem como apanágio o primeiro sofrimento na luta, e o perpétuo mal-estar relativo, pois outra coisa não é essa vida incerta e errante a que a disciplina e o dever profissional obrigam.

Mas desde o momento em que o exército se torna um elemento explorado, e que a espada se transforma em meio de ação de uns e de coação de outros, esse exército não é mais da nação, não é mais um defensor, é uma arma de tiranos, muitas vezes simples negociantes em nome da moral e da grandeza dos povos.

Foi o que ocorreu com o exército brasileiro nestes últimos tempos, embora para malsiná-los os que mais o endeusaram venham procurando agora infamá-lo desde a origem, depois de se terem locupletado à sua custa, e endeusado a quem personificou todo o seu poder e ação.

E o exército já vai se sentindo como outra coisa não tem senão um terreno para exploração, um instrumento na fortuna alheia e por isso isolando-

se da massa popular de onde sai, tornada vítima dos exploradores, que são os primeiros a se revoltarem contra o exército, se veem nele algum sinal de que vai conhecendo as desgraças públicas causadas por seus atos, e por isso aparelham, por toda a parte, os meios de obrigá-lo a contemplar em silêncio os efeitos desastrosos de sua obra, ou ser dissolvido.

E os políticos que ocupam as posições por direito de conchavos e concessões mútuas, esquecem-se de que sem exército não há defesa possível, hoje, das nossas fronteiras, e essas fronteiras serão ameaçadas pelo motivo mais fútil, por aqueles mesmos que mais amigos se nos mostram quanto mais fracos nos julgam, que talvez não tivessem provocado uma visita oficial ali, onde dia a dia estão ao corrente dos fatos das nações europeias, senão para verificarem que não podem ser considerados povos grandes os que tem por chefes indivíduos que não se recomendam por um único predicado moral, nem mesmo material.

Já tivemos à prova quando as nossas fronteiras guardadas por homens de heroísmo provado, não puderam conter um pequeno exército inimigo, pela indisciplina, pela discórdia, pela insubmissão de uns a outros; e o inimigo passou impune por uma vasta zona territorial, tudo talando e devastando; e muito mais seria feito, e talvez nos tivesse anulado de todo se seu chefe, Solano Lopes, tirano limitado a sua pessoa e orgulho, fosse um desses gênios guerreiros que dão tudo o que possuem, e guardam para si só a esperança, e a frente de um punhado de homens conquistam povos numerosíssimos minados pela ambição dos que mandam, ou dispersos.

E nós tivemos ainda a prova de que nem mesmo o patriotismo mais ostensivo deixa de ter suas falhas se o espírito partidário domina em os dirigentes, ou explora-os.

E se isso não bastasse, com fatos, poderíamos mostrar como as causas mais justas, com ação melhor preparada, fracassam no tentame decisivo por esse espírito interesseiro que domina sempre, e que faz intibiar os mais fortes quando calculam a minguidade dos proventos, ou a quem vão eles tocar, e assim, não importam de sacrificar a causa geral e comum para não darem *glórias* ou *lucros* somente àqueles.

Essas brigadas estaduais que Ruy Barbosa acaba de aclamar defensoras das instituições e, portanto, tutoras do governo, nem a esse mesmo servirão a não ser por alta paga, e no momento do perigo geral elas só prestarão se a causa for útil ao seu dono.

Se lhe aumenta o poder e o subsídio.

Fora daí não. E as *pequenas pátrias* tudo poderão justificar, e as afinidades de costumes também; e o *ideal* republicano, mas da *república* positivista, também; e os argentinos podem ser melhores amigos que os *baianos*...

E a história da Polônia aí está para dizer a quem souber lê-la que nada mais fazemos do que um estudo de fatos muito recentes.

X

É o estudo das causas das moléstias e seus efeitos a origem da higiene, que mais vale do que toda a terapêutica, do que toda a ciência quando o organismo humano que, desconhecendo os preceitos da higiene se deixou contaminar e infectar a ponto de não ter mais a resistência vital precisa para dar tempo à eliminação dos produtos da moléstia que a destrói.

Por isso não nos julgaríamos verdadeiros, falando da atualidade do exército, e o perigo que o ameaça, silenciando as causas, para apontar-lhe os meios de no seu ressurgimento saber como preservar-se de, de novo cair, o que seria o seu aniquilamento perpétuo e também da nossa nacionalidade em uma época de conquistas disfarçadas e indiretas, em que o interesse dos povos faz fechar os olhos ao perigo comum amanhã, para, por um momento, ver abatida a potência que lhe iguala em forças, como atualmente a Inglaterra e América do Norte, auxiliando o despertar da populosa Ásia pelo desejo de ver abatida a Rússia, esquecida a Inglaterra, de que com o despertar da Ásia despertarão também as Índias, ou talvez porque sentindo-se já despertas busquem aquela amizade do Japão para melhor se garantir.

E quando vemos a nossa amiga Argentina bradando porque desejamos ter uma esquadra superior à sua quando nunca deixou de preparar-se apesar de ver a que tivemos destruída em benefício de grupos, quando até para povoar seus territórios missioneiros contava com a perpetuidade das guerras civis no Rio Grande, esquecida de que os Júlio de Castilhos não são eternos, e se o fossem, não o seria a força que um imprevisto lhe deu.

Portanto, insistamos ainda no registro de fatos que embora dolorosos, poderão fazer avaliar o erro senão o crime, aqueles mesmos que os praticaram julgando talvez que cometiam atos de benemerência, porque tal e tal explorador mostravam-se alegres com eles.

É na calma, que nós podemos avaliar o efeito de nossos atos; e muitas vezes sentimos como a sugestão momentânea nos obrigou a proceder da maneira que jamais poderemos esquecer o mau efeito que depois produziu, em nós, atos de tal natureza, só assim nos aparelhamos para deles fugir quando em idêntica emergência.

O ato patriótico do general Galvão continuou a malsiná-lo, chegando a levá-lo ao ostracismo quando em outro país, ou no Brasil em outra época, seria ele considerado seu benemérito.

Não faltam atos de militares que diante da disciplina não sejam uma falta, ou mesmo crime, mas que passaram completamente despercebidos, entretanto por ter aquele general num simples colóquio declarado que era indispensável a revisão da Constituição do Rio Grande, para livrar o país de novas guerras civis, foi aquele general censurado pelo ministro da guerra, que no sistema não é idoneidade política, sim secretário apenas, e o presidente que sentiu a injustiça e procurou atenuá-la numa carta lamuriosa ao general Galvão, não teve coragem para oficialmente desfazer o ato de seu secretário porque era ele amigo ou pelo menos prestava serviços ao dr. Júlio de Castilhos.

Entretanto aquele mesmo valente Carlos Telles, por um ato de justiça, em relação aos alferes em comissão, se dirigiu ao presidente da *república*, deixando de lado todos os trâmites, nem foi censurado, ao contrário mereceu resposta imediata com garantias de fazer cumprir o que pedia. Entretanto o

general Arthur Oscar, quando se agitou a questão da revisão desta constituição que nos vai matando, escreveu, publicou e assinou uma declaração formal de que a espada do exército garantiria essa obra exótica contra a própria nação se a quisesse reformar. Nem foi censurado. Ao passo que Serzedello Corrêa o é apenas por fazer apreciações sobre projetos de reforma do ensino.

É, portanto, um sistema este digno de estudos.

Pode-se comparar os seus governos com os galos que tem energias em tais e tais épocas, e que nas *mudas* emudecem até que ganhem força, e se tornem galos perpétuos, quero dizer -- patriarcas.

Compreende-se que em tal sistema e com tais leis nenhum militar saberá qual será o seu dever hoje, qual o seu crime amanhã.

Ou antes, só terá de saber qual a causa triunfante para a ela se filiar embora contra as leis, e contra a própria pátria.

Portanto o forte será o triunfador, e, portanto, a lei e a disciplina serão filhas do acaso.

XI

Nunca se pôs tanto em prova a obediência à lei e à disciplina como quando, na Revolução de 93, o exército brasileiro.

Poucos, muito poucos, pode-se dizer, eram os impregnados pela *ideia* nova; muitos, os que pertenciam por ideias, por amizade, por parentesco, por coerência com o passado, à facção que os governantes hostilizavam.

Entretanto, esses nunca deixaram de obedecer às ordens que recebiam. Muitos lutando com denodada bravura contra os seus amigos e correligionários,

como em Inhanduí; outros morrendo em combate, pelas balas mandadas por esses mesmos correligionários; outros sendo feridos em tais condições, ou defendendo um palmo de trincheira, frente a frente, naquela épica resistência de Bagé, página gloriosa de um exército digno de defender as causas santas da pátria, sacrificando a própria pátria que em embate mutilava-se em perdas que não serão compensadas na oportunidade, se a luta se apresentar, como pode suceder, pois a vida dos povos é a luta constante, e o *imprevisto* nada mais é do que o descuido na observação dos fatos naturais, conclusões de premissas desprezadas.

O bravo Salgado, e poucos outros, por uma intuição própria senão ocasional, pondo em concurso o dever do soldado, e o do filho de um povo heróico a quem se queria fazer esquecer as gloriosas tradições para se lhe impor um governo que não poderia ser aceito sem protesto sob pena de se declarar mentirosa aquela forma avoenga, ou a absoluta degeneração de uma raça tornada servil, ou a confissão de nunca ter possuído aquele heroísmo tão decantado, resolveu sacrificar-se por aquele nome e herança gloriosa.

Injusta é a apreciação de que o exército não se declarou pela revolução, ou ao menos aqueles que tão afeiçoados se mostravam a facção revoltada, por amor dos proventos.

Para destruir esse argumento bastaria dizer que para dar o triunfo aos revoltosos nada mais seria preciso do que a ação desses mesmos adeptos; e triunfantes eles teriam, ou ao menos deviam contar com muito mais do que se lhes dá, onde estão, e então o interesse seria a emulação, nem só para esses, como para todos os outros, que num exército triunfante poderiam tratar o país

como a povo conquistado, como em nome e a custa desse mesmo exército o tem tratado os que se fizeram senhores.

Não teríamos direito de pensar que das nossas considerações poderá nascer alguma coisa de útil para o exército se declarássemos que esse juízo se refere a todos, absolutamente.

Não. É força confessar que muitos, mas relativamente fração diminutíssima, se assim procedem outro fito não tem senão o interesse. Mas não é este um predicado da raça humana?

Poder-se-ia exigir essa nobreza d'alma, esse conhecimento do dever: esse sacrifício santificador no altar da honra, em todos, na comunhão, quando é próprio de muitos essa natureza dúbia, que na finalidade da comparação pende sempre para o lado onde mais facilmente encontra o descanso e bem-estar, esquecido de que tudo é relativo, e amanhã esse bem-estar desaparecerá em benefício dos outros que seguem a mesma trilha, ou por excesso de número; e quando vemos, todos os dias, que tudo se sacrifica, em tais e tais naturezas, até a honra dos seus; até a alma, a doce alma da filha, essa divindade dos pais, até a honra da própria esposa por um lugar, por uma posição, para os que antepõe a tudo, os gozos materiais, e se riem dos que por aí vão mourejando na existência, com isso que eles chamam de mando roto da dignidade, quando tudo no mundo só deve ser o que da ostentação a *inpiena la pancia*, como dizia Falstaff.

Não. É preciso fazer-se justiça: e moldado o meio desses poucos, reconhecer no exército brasileiro esse nobre proceder de cumprimento do dever, embora contra os seus, contra suas ideias, contra seus próprios interesses.

E, num governo nacional, num governo patriótico, esse proceder outro nome não teria senão o heroísmo requintado; pois mais o é sacrificar ideias e

desejos, em um sistema versátil e insidioso como este que por aí apelidam de republicano do que correi a enfrentar a morte, pois mais dói sopitar o impulso da alma, do que a ferida do corpo.

Entretanto, nesse exército tão abnegado estabeleceu-se uma seleção odiosa, dividindo-se em adeptos e suspeitos, senão adversários.

Altas patentes eram postas à margem, senão fiscalizadas, senão denunciadas por um adepto, e lançadas à margem, ou tidas por suspeitas, o que mais dói, onde existe lealdade, por uma simples denúncia, mas sem acusação franca que permitisse uma justificação, condenada, portanto anonimamente.

Fácil é compreender que assim tornava-se o exército sujeito a um crime inquisitorial, de onde o receio de muitos, às vezes de alta patente, de serem denunciados e por isso tornando-se quase sem autoridade, e a presunção de outros que, se julgando por direito de *historicismo* personas gratas aos governantes, tornavam-se arrogantes: de onde mais a funesta das indisciplinas em que uns não tinham direito de mandar, e outros se julgavam com o direito de não obedecer.

E assim nenhum chefe de corpo poderia ser mais responsável pela disciplina do mesmo corpo; e - por que não dizer? - Por sua vez os que buscavam prestígio eram obrigados a descer e buscá-lo, na grande massa por afeição, e não por disciplina.

XII

Dessa seleção nasceu o partidarismo, e os candidatos ao patriarcado não deixavam de explorar aqueles que se avizinham, muitas vezes com o intuito de desmoralizar altas patentes que lhes não eram simpáticas, quando não lhes convinha a manifestação ostensiva.

É sabido como o marechal Cantuária, substituto do general Galvão, obrigado a pôr em prática as garantias prometidas, na pacificação, foi tratado pelo governo do Rio Grande; a ponto de, para tirar um desforço moral, chegar-se a implantar a mais perigosa das indisciplinas.

Aquele fato de se levar uma espada de honra ao major Rosário por ter sido censurado, na restrita letra da lei militar, por uma grave falta pública, bastaria para provar que não inventamos acusações com suspeição de espírito.

Aquele chamado, a vir ocupar lugares no governo do Rio Grande, a mil e tantos alferes comissionados, quando sabia se já eles não deixariam de ser reconhecidos, e quando se sabia que o Rio Grande não comportava tantos empregados, sob pena de serem despedidos todos os existentes, o que deixaria o partido situacionista desfalcado de adeptos, seria considerado ridículo e abjeto, se ali não estivesse claro o fito de ganhar simpatias nessa classe, portanto contar com a dedicação dela, por uma simples cortesia, como esse oferecimento banal que se faz de “sempre estar às ordens” quando *não for preciso*.

Mas muitos foram aquinhoados ocupando lugares como os de deputados estaduais, onde não tinham outro mister senão o de aprovar, ou antes obedecer aos ditames do governo; e estes mesmos tiveram, em pouco, o conhecimento de que os grandes serviços já passados, e o não precisar no presente, tornavam-nos

até incômodos senão irritantes, como ocorreu com o major Chachá Pereira, um dos que mais fizeram pela implantação e da atual situação.

Um outro de relevantíssimos serviços, de valor pessoal indiscutível, teve a mesma sorte, mas já no fim.

Não lhe citaremos o nome para não sermos obrigados a lembrar-lhe que mais de uma vez lhe predissemos isto: e mais de uma vez se opôs à nossa predição apoiada na lealdade e justiça de caráter de quem governava o estado.

Mas enquanto uns iam decaindo outros eram chamados; e assim a classe militar não poderia se julgar ofendida ou menosprezada.

Estabelecia-se o regime do lenço sultanesco.

Somente quem não quisesse ver, poderia negar a luta surda tenaz, disfarçada sob a letra da Constituição, irrompendo aqui e ali como as linguetas de fogo prestes a explodir em incêndio, que o governo rio-grandense travou com o do centro para obrigá-lo a capitular e não conceder aos federalistas senão aquilo que em outros países não se nega nem aos animais, onde há uma sociedade protetora, -- a vida; e isto somente onde o chefe ou o preposto do governo tivesse sentimento de humanidade; pois para consolidar a *república* o habitante do Rio Grande era pior tratado do que o mísero pária indiano.

Castigos corporais, ameaças desses mesmos castigos até a pessoas cuja idade e sexo exigiam respeito individual, estropiamentos nas estacas de indivíduos a quem se mandava depois em boa paz embora, alegando *ter sido preso por engano*, como fomos testemunha; as mortes constantes de delinquentes de crimes não provados ou imaginários, por terem resistido à prisão, mesmo em regiões onde se podia comentar o fato, de que os jornais neutros davam notícia sem um único comentário, e os situacionistas com

aquela entonação que redundava em elogio a quem exercia o direito de matar sem responsabilidade, obrigando a imaginar se o que não iria lá por esses recantos onde cada preposto do governo fazia tremer a quem lhe provocava o mais ligeiro fulgor no olhar. Lá por essa região serrana, por essas margens do Quaraí e do Camaquã, por essas quebradas do Caverá, sem que houvesse um único protesto, a não ser a proteção direta pessoal, que algum digno oficial dava a quem buscava a sua misericórdia; proteção anulada moralmente para a nobreza do exército, quando outros oficiais de alta patente se irmanavam tanto com esses delegados da morte ou da tiranização do Rio Grande, a ponto de assinar com eles boletins políticos, ou círculos eleitorais na farsa a que dão o nome de eleição.

Em outro país, seria essa luta motivo para revisão imediata da Constituição. No nosso, porém, onde a política tornou-se uma indústria a ponto de a justiça já se tornar demagoga, se o juiz é partidário do governo, o propagandista de suas ideias até nas sentenças sumárias, nos processos que lhes são submetidos, tudo isto passava desapercibido senão elogiado, pois se mostrava que havia homens *fortes* na defesa de suas leis, até contra o exército que lhes deu força para fazer essas leis, executá-las, gozá-las, pronto a socorrer-lhe de novo, se o povo cansado tivesse coragem para dizer que tudo isto que aí está nada mais é que um mercado de grandes lucros, sem trabalho, dos que se fizeram donos do país.

XIII

A maior arma de que se lançou mão contra o exército foi iludindo a sua boa-fé, buscar no seu seio oficiais de prestígio e valor, para as brigadas militares.

Almas leais e confiantes não poderiam jamais calcular que forças comandadas por seus irmãos de armas, se aparelhassem contra eles.

Entretanto, hoje já é permitido duvidar-se de que os únicos causadores das apreensões dos governantes é o exército como foi antes a armada.

Para as possíveis revoltas populares o governo não precisaria mais do que das forças do exército, como teve provas quando a armada lhe era suspeita, e depois foi sua adversária.

Portanto, esse caráter belicoso que se não de imprimir às novas milícias, só contra o exército tem o seu fito.

E o exército não poderá deixar assim, de braços cruzados, que se consume o ato de seu completo anulamento, na neutralidade obediente, quando a marcha política do país leva para uma luta tremenda em que o povo desarmado será vítima, donde resultará o estabelecimento definitivo da tirania no Brasil, ou a perpetuidade do domínio de uma facção que poderá mudar de ideias e programas, a proporção de seus interesses, nunca de posição, pelo abandono dos postos que ocupa, tornando-se a corrupção do caráter a lei predominante para os que pretendiam ocupar lugares na administração do país.

Mas não se pode admitir que o exército se deixe assim anular.

O que advirá, porém, em benefício dele e do país sua revolta, nos mesmos moldes estabelecidos.

Acreditar-se que ele possa demorar na direção do país é absurdo porque então esse mesmo motivo plantaria a discórdia na sua própria coletividade, dividindo-o em facções como acontece entre os civis.

Pensar-se que ele pode estabelecer governos civis? Esses apoiados na sua força se tornariam absolutos, desprezando o concurso da nação livre, como aconteceu com os governos que temos tido desde a proclamação da *república*.

Dizer-se que ele pode obrigar a reforma desta Constituição? Não traz probabilidade de melhoras, porque em povos como os da sul-américa, não são as leis as causadoras das desgraças, nem promissoras de bem-estar, sim os seus executores, e no sistema atual a lei é sempre a vontade de quem dispõe da força.

Demais temos hoje o partido presidencialista que é o dos governantes, e o partido parlamentarista federativo, e o unitário.

No momento em que um desses subisse por uma ação direta das forças armadas, e esse é o único meio de subir-se no sistema regente, ou teríamos os que são hoje presidencialistas ocupando as posições por adesão, e portanto nada melhorando a sorte do povo; ou teríamos eles em oposição, unidos a todos os outros que vissem que a mudança de sistema em nada lhes melhorou a sorte, donde resultaria ou a sua permanência no poder por meio da força como o atual, ou então a queda, e de novo posto em prática o sistema presidencial, com maior furor, e com direito de eliminação de todos os *inimigos das instituições*.

E assim esse pobre Brasil se resignaria ao triste papel de servo de um partido perpétuo no poder.

Difícil portanto a ação das forças armadas no ponto a que levaram a nação, onde, para qualquer ponto que se olhe, está sempre a incerteza do dia de amanhã, e a certeza da luta, das guerras civis, porquanto não é o povo brasileiro

de índole tal que possa ser comparado aos antigos servos dos tempos feudais para consentir em ser governado, hoje, por autocratas adventícios, quando a própria Rússia de Ivan e Pedro, o grande, sente a necessidade já de dar direito ao povo de tomar parte na decretação das leis que devem reger os seus destinos.

Entretanto, ali há uma instituição secular, um princípio permanente encarregado de corrigir e fiscalizar tudo; cá os governos passam, e nada mais deixam do que desgraças e acúmulo de perigos que ao sucessor, muitas vezes um inimigo, compete afastar ou sofrer,

XIV

Triunfante, por acaso, da malograda revolta da escola militar, tivemos a veleidade de supor que o sr. dr. Rodrigues Alves aproveitaria tão auspiciosa monção para tentar restabelecer a ordem no país, entregando a posse de si mesmo, sob pena de criar novos motivos para as lutas sangrentas do sistema sul-americano, senão acentuar as já existentes.

Mas a marcha das coisas indica que muito ao contrário vão pensando s. ex.

Triunfador, s. ex. quis também ser tirano, e a tirania deve ser considerada uma virtude nos povos que se deixam tiranizar.

É preciso que se compreenda que a tirania não é somente o direito de matar, o direito de exterminar; a tirania é, sobretudo, o direito de ser uma única vontade, um único diretor, um único árbitro.

Aqueles outros predcados pertencentes aos assassinos, e se o tirano os adjudica a si, teremos então o tirano assassino, o que não priva de, em certos povos, serem heróis, magnânimos, tudo -- Soter -- salvador.

Mas se considerássemos bem as condições atuais do país, sob o sistema republicano, compreenderíamos que outro caminho não poderia ter o sr. Rodrigues Alves.

O País, a nacionalidade, o povo, se assim quiserem, foi degredado na *república*, nem concorreu para ela, nem a repeliu, nem a desejou, nem a repeliria, a não ser que queiram considerar povo a parte que lucra com a politicagem, ou tem esperanças de lucrar.

Os governos até hoje têm imposto pela força e só da força vivem.

É a força a encarregada de velar pela marcha natural da tosquia do rebanho.

Feita ela, tudo mais é festa; tudo alegria dos que se sentam à mesa do banquete.

Os outros são apenas rebeldes, e se não louvam o sistema, retrógrados, se o adotam numa exploração prática, mesmo depois de velhos, para provar-lhe o republicanismo não se precisa mais do que um ato de falta de educação, quando na escola.

A má índole, a má criação, a falta de respeito a um superior bastará para dar provas de um *historicismo*, tão intenso que faz esquecer todos os atos posteriores, contrários ao mesmo sistema já em vigor.

E assim teremos o novo molde de se fazer pesar na balança do valor dos velhos já descrentes do trabalho, ou ambiciosos de posições, os atos da juventude em que tudo é ligeiro e frívolo.

O estado verdadeiro do homem, a madureza, nada vale.

A razão cede ao interesse. E por aí vai formando o cabedal para o procerismo, na governamentação de um estado, um viva à *república*, tão neurótico, como um viva ao Papa, depois de uma feijoada.

E o país deve ser desses, e porque isso é a grandeza dos povos.

O sr. Rodrigues Alves compreendeu bem. Todos que lhe cercam, ou os principais, são antigos conservadores, porém para governar s. ex. acolheu-se à sombra dos jacobinos.

O castilhismo tornou-se o seu melhor elemento.

Lauro Sodré sacrificado, não há mais receios -- Júlio de Castilhos morto, não há mais pretendentes suspeitos de seita.

Demais, quanto tempo lhe falta? Dois anos. Qual será o governo neste país que tendo dinheiro e graças a despender, e elementos que nos estados podem com um pequeno auxílio do centro derrocar tudo que por aí está, e não consiga *governar* dois anos, ou antes terminar o seu tempo?

É, portanto, uma transação comercial; depois o país é rico, a terra é rica, e o futuro pertence-lhe.

Até lá vamos comendo o que acharmos na mesa. Não é isto?

Mas devemos recordar ao sr. dr. Rodrigues Alves que sua vida não se extinguirá em dois anos, nem sua família poderá arcar com as responsabilidades do futuro.

Não basta deixar-lhes dinheiro; é preciso deixar-lhes também a paz, a confiança, a tranquilidade da existência, porque nem todos podem se sumir no limbo, apenas abandonam a posição.

E o povo será sempre esse rebanho? E o exército será sempre essa arma com que as instituições democráticas se consolidam? E essas brigadas serão sempre instrumentos patriarcais?

E se assim for, só ao povo brasileiro está reservado esse papel covarde de se submeter a trabalhar para ver o produto do seu trabalho ir-se nas despesas de ostentação partidária até além dos túmulos?

E a força dos governos republicanos será maior do que a daqueles fidalgos imperadores da Rússia que não são os responsáveis pelo mal-estar do povo?

Que não são os que fizeram as leis, e os que as executam quando na república é algum monstro de ambição e perversidade que faz a lei que a torna potentado, e a executa no se interesse?

Se assim é, tem razão o sr. Rodrigues Alves: pois o povo brasileiro não é digno de outra sorte.

XV

Perdida a esperança de se protestar a conquista do poder pelos meios normais, e perdida a esperança em indivíduos de certa ordem que se julgassem isentos da necessidade de conchavos facciosos, como nenhum poderia apresentar melhores condições do que o sr. Rodrigues Alves, só restará a luta armada; mas dessa luta aniquiladora nenhum benefício virá para a comunhão, pois nenhum partido triunfante pelas armas poderá estabelecer essa paz necessária ao resfolegar da nação.

Cada revolução será a genitora d outra revolução. Cada triunfo aprestos de guerra para se opor à *revanche*, e cada governo efêmero, como todos os governos republicanos, outra preocupação não terá senão a de se fortificar no poder no seu prazo, embora seja esse prazo curto a sementeira de milhões de desgraças futuras.

Cansado o povo de lutar debalde, e descrente, esse cuidado tornar-se-á o apanágio das forças armadas.

Os governos serão criaturas delas; e as deposições, pelos *pronunciamientos* serão mais constantes do que aqueles dos imperadores romanos que ao menos tinham as guerras estrangeiras, as vastíssimas conquistas onde as legiões enriqueciam-se, e pouco se ocupavam de Roma. No Brasil, será o contrário.

Todo o movimento será no interior: e essas brigadas não poderão ver com bons olhos, um governador fazer fortuna num curto prazo de tempo, enquanto elas que hoje se julgam bem pagas, deverão se contentar com o soldo.

Não faltará quem queira perguntar a um desses, se é justo que ele se retire do governo levando quinhentos contos de réis sem nunca ter feito uma marcha à noite por banhados alagadiços, ao cair da geada, esperando a toda hora ser atacado pelo inimigo para *consolidar* essa instituição que ele soube tão comodamente usufruir; e como ele todos. Portanto, todas as forças que os sustentam compreenderão afinal que não vale a pena arriscar tanto num jogo de morte em que só os *coimeiros* lucram.

Demais, esses estados começarão por sua vez a reclamar contra a liberalidade excessiva para os estados senhoriais, ou suseranos, donde o afrouxamento dos últimos liames que ainda aproximam as frações brasileiras.

E, quando todos só buscam o bem-estar, as comanditas exploram tudo que possa suportar contribuições, não será o exército a única vítima resignada.

Essas transferências bruscas no interesse das facções, essa marcha macabra daqui para ali, como ultimamente se tem visto para corrigir erros, não poderão mais ser ordenadas.

Os filhos do sul se negarão ir para o norte, os filhos do norte para o sul. Se criará então o que se chama exército regional, como já se fala.

Desaparecerá portanto, do Brasil, a única corporação que ainda conserva o cunho da nacionalidade pela mistura, e convívio dos diversos *povos* brasileiros sob uma única bandeira, sob a mesma disciplina, irmanando-se pela vida, sendo amigos, e defensores recíprocos, a despeito das pequenas rixas próprias dos quartéis e das profissões, rixas acentuadas pela injustiça desbragada do protecionismo partidário, ostensivo na *república*; mas que esse próprio exército sabe dissimular e saberá esquecer na hora da ofensa comum.

Quebrado esse último laço de solidariedade, o exército do sul não poderá mais contar com o auxílio do exército do norte, como já contou e teve, quando o Brasil era uma nação e não tantas sesmarias usufruídas por grupos que tratam seus adversários como inimigos, desde que não possam fazê-lo como a servos.

E que restará então dessa pobre pátria, embora os *otimistas* do interesse digam que ela será sempre futura, sobretudo se lhes garante o emprego, ou os bons negócios?

Nem aquele grito de Kosciusko, o valente general da Polônia, na batalha de Maciejowice: porque a nação brasileira não será mais do que *repúblicas* que devoram seus próprios filhos; ou povos que se comem, como canibais, pela posse de um lugar onde se viva sem as nobres preocupações do trabalho, ou

para deixar fortunas que, antes mesmo de estancar as lágrimas das vítimas, necessárias para essa fortuna, o destino mostrar-lhes, como fora melhor ter vivido na paz e no trabalho, embora na pobreza.

E o grito de -- Finis Brasilis -- não será emitido porque nessa luta rápida do extermínio já ninguém se lembrará dos heróis de 15 de Novembro de 89, que o deram dando vivas à *república*.

XVI

Entretanto ainda seria tempo de salvar esta grande Pátria, e esta nacionalidade brasileira, que contém em si os maiores elementos para ser a grande nacionalidade do futuro, sem mudanças demopéicas exclusivas, com essa mesma raça ali existente, a que mais se coaduna com o seu clima e solo.

A ignorância presunçosa, ou a inveja rabida dos indolentes, não cansa de malsinar a nobilíssima e heroica raça portuguesa pelo estado de *atraso* do Brasil, em relação ao progresso da América do Norte.

Ignoram que aqueles povos nasceram feitos, ou antes, mudaram-se apenas de domicílio, na emigração de massas compactas de puritanos, perseguidos na Inglaterra, onde mal podiam viver pela exiguidade de terreno; vieram encontrar terras feracíssimas e abundantes, apenas tendo o trabalho de laborá-las, porque então, nem os silvícolas se lhes opuseram pelo medo que causavam massas tão compactas que ocupavam vastas extensões como bandos de aranhas onde só habitassem moscas.

Mas esses ingleses puritanos, para cultivar a terra precisavam do braço protetor e carinho da África.

Quando a França na sua loucura de enfraquecer a Inglaterra, como agora a Inglaterra a Rússia, auxiliou a emancipação natural da América do Norte, aqueles povos estavam feitos, e nada mais fizeram do que estabelecer um pacto de aliança que não só pode prever até quando durará, porquanto o menor interesse material pode dissolvê-lo, como já tivemos a prova da Guerra da Secessão, em 61.

Até então em nada primava a América do Norte a não ser pelo número de habitantes.

Só depois o seu progresso foi rápido, mas não oriundo de sua raça, sim pela importação de todos os gênios criadores que ali encontravam terreno próprio ao seu desenvolvimento.

Pode-se comparar com a fecundação de um terreno jovem dando como fruto um ser já completo e maduro. Mas ninguém vai lá estudar o que se passa na sua intimidade, não.

Os viajantes só falam dos palácios, das riquezas, das excentricidades dessas riquezas, dos costumes que somente essas riquezas permitem, mas ninguém visitou a morada dos pobres, das grandes massas, nos cantões distantes. Ninguém se preocupou em indagar se nessa marcha, em curta etapa de tempo, naquele povo, as mães saberão quais os verdadeiros pais de seus filhos, e se em um povo onde não existem laços de família pode existir fortaleza da nacionalidade a não ser nas questões de interesse materiais.

E para provar isso bastaria notar-se o ódio da raça ali existente, e que das antigas famílias povoadoras, ou mesmo emancipadoras, já não resta ninguém reconhecido pelos nomes. Sumiram-se, ou foram absorvidos pelas grandes

massas imigratórias que ali vão explorar a frutificação da cultura feita por aqueles.

Entretanto, no Brasil estabeleceu-se, com a colonização, a família. O nobre sangue português se mostrava mais altivo ainda no seu mestiço, no mulato, nessa cruz de uma raça heroica e nobre com outra raça, amorosa por excelência, carinhosa até no mister de madrastra, a Africana.

Dócil, obediente até a escravidão, por um afeto amoroso, sofredora e resignada até a morte, dando todo o seu dia ao trabalho do senhor, e toda a sua noite ao que suavizasse a sua senzala onde o marido encontraria conforto, e os filhinhos a vida nesse sangue já depauperado em benefício do senhor. Michelet, o grande historiador filósofo, cada vez que se refere a essa raça mártir e heroica, parece instintivamente entoar-lhe um hino, seja falando dos desertos africanos, ou das margens do Nilo, no Delta fecundíssimo, antigo, ou no Haiti de hoje, que ele apelida *França negra*.

E foi com essa raça que os portugueses buscaram criar a nova família que estancaria a fonte do tráfico em pouco teria perdido a rudeza dos traços. E, abolida a nódoa que a escravidão, que devia infamar aos algozes e não as vítimas, imprimia, que lhes tolhe os passos, ou os irrita, na desigualdade do direito, aí estaria uma raça pujante, aperfeiçoando-se na menor marcha forçada, sob o sol dos trópicos.

E as Sulamitas ardentes, fecundíssimas, seriam o ideal, as Ísis criadoras.

Querer-se julgar a atividade de um povo, a sua indolência, num país em que só se trabalha para os outros; ou não se tem o verdadeiro valor do

merecimento do indivíduo, comparando-o com a atualidade de povos que trabalham para si, é esquecer das mais mezinhas regras de comparação.

Mas, mesmo assim, sob o critério da razão, poderíamos reclamar para nós, os brasileiros, a primazia dos progressos americanos, a luz da moral.

Nenhum povo nos levou a palma em heroísmo, embora a maioria dos que entre nós, enfrentavam o perigo tivesse esse estigma que a escravidão deixa nas almas que as convenções sociais acovardam negando-lhes nobreza pela *inferioridade de raças*.

As guerras contra os holandeses, naqueles tempos de novos cavalheiros, bastariam para nos servir de exemplo, naquele Henrique Dias à frente de seus negros valentes.

A luta, a resistência nos *Palmares*, também, e sendo de negros, e de escravos fugidos, e ignorantes, e ferozes pelo ódio da vingança os seus horrores foram menores do que os da *república* da Ordem e Progresso, onde a luta se travou pelo domínio e lucro, contra os que só pediam o direito de viver.

Os chacos paraguaios jamais poderão perder a seiva que o sangue da raça brasileira, em sua quase totalidade de mestiços, ali deixou; e corpos que eram só compostos de negros como o de zuavos na Bahia lá mostravam o seu valor e patriotismo morrendo na sobranceira com que os heróis na própria miséria, enfrentam aos potentados fidalgos de sangue e riquezas herdadas, qual o verdadeiro valor do HOMEM.

XVII

Nos nossos climas não se pode esperar muito das raças europeias, se elas continuam na sua limitação.

É preciso vê-las no trabalho do campo ou das florestas se extenuando rapidamente, se empreenderem um trabalho rude onde o cavalo, o boi, não lhe podem dar auxílio na erosão da gleba. Viajando-se pelas colônias alemãs se vê a natureza da cultura limitada, apenas criando uma pequena indústria.

Essa apregoada riqueza não vem senão da exploração do trabalho de seus próprios compatriotas, ou de algum desses negócios que foram, e são, tão comuns na distribuição das terras coloniais.

O que há, o que encanta, é ver as suas povoações, suas casas bem arranjadas, poeticamente mesmo, e a igualdade que se estabelece entre eles, onde uma doméstica, criada de servir, é sempre semelhante a uma Grethchen.

Só no comércio eles encontram meio de fazer fortuna.

Nas colônias italianas o mesmo.

Muitas vezes nos temos referido a este assunto, desde 1888, quando visitamos aquelas colônias, e vimos a luta tremenda, o esgoto de força e ânimo do colono, para desbravar um pequeno terreno florestal e ter de fazê-lo cada ano, pela excessiva vegetação maninha, afinal abandonar o trabalho ou se contentar com o minguido produto da terra malcuidada.

E se os que vêm da Europa no afã de terem um pouco de terra sua, e uma casa, tudo suportam por essa propriedade, os filhos raramente se sujeitam.

Emigram, buscam as cidades, outros povos, em busca de fortuna e as colônias se despovoam.

Entretanto é preciso ter-se visto com que coragem o negro e essas raças mestiças enfrentam esse duro labor; é preciso tê-los visto como nós vimos, na nossa tão afastada infância, sob um sol de fogo, entoando o canto do trabalho no desbravar da floresta, ou na colheita do fruto.

Se a América do Norte é hoje o que é, é porque teve o negro para desbravar as savanas do seu solo do sul, que o europeu vem depois usufruir com as inúmeras máquinas que dispensam, por assim dizer, a força do braço humano.

Demais a civilização só é permanente nas cidades, excessiva às vezes.

Na campanha, nos sertões, essa civilização desaparece, e o homem europeu precisará de muita energia para não perder a que possui.

Mas se esse europeu é da ínfima classe, lá no seu país, seus costumes são a negação absoluta da existência da alma no homem.

Entrar na habitação dessa espécie repugna, ao passo que onde quer que seja que se encontre uma família de negros, nos nossos climas, ali se tem certeza do asseio, do agasalho, do respeito, da existência da família enfim, com todo o seu cortejo amorável da paternidade e do amor filial.

A grande mártir africana! A única que sabe perdoar e até amar aqueles que em outras raças só são objeto de ódio e de vinganças!

De quantos temos notícias que ricos à custa do trabalho escravo, foram depois, na miséria, agasalhados carinhosamente pelos antigos libertos!

Nós mesmos temos um exemplo que é um consolo. Por que não dizê-lo?

Quando, na mocidade, o nosso visionarismo nos fazia pensar que uma luta sangrenta poderia modificar a trilha dos governantes, onde a razão era apenas o interesse, e o dr. Júlio de Castilhos anunciava pelo telégrafo a nossa

morte, em combate, dando-nos celebridade que nunca julgamos merecer, anunciando a viuvez da jovem e amorosa esposa, e a orfandade dos filhinhos, antigos escravos nossos, por que não dizer-lhes os nomes? Nauán, Zizina, Faustina, Martha, Raphael, que se achavam no lugar onde a família órfã estava, acorreram, e cada qual procurava primar no afago ao orfãozinho que tomava a sua conta.

A grande alma generosa! Nunca lhes fizemos mal; ao contrário sempre amigos lhes fomos.

Nos cartórios do sertão da Bahia está o nosso nome libertando-os em massa, pelos motivos mais fúteis, até o nascimento do primeiro dente do nosso primeiro filho; mas não assim os nossos antenatos que se bem não fossem cruéis, eram, contudo, usufruidores do trabalho deles.

Os *políticos* modernos buscam a beleza da raça. A América do Norte extermina ou degrada a raça negra, a raça inferior como eles a chamam, depois de terem se locupletado à custa dela, ou hoje fazem fortuna fácil onde elas encontraram a morte desbravando o solo.

Dir-se-á que isto é o progresso, a lei da seleção; para nós não, é apenas acúmulo de elementos para a dissolução no futuro; para tudo isto que já o presente vai anunciando. Para o bom político, o que deve imperar na organização dos povos é a criação da alma, do sentimento moral.

Que se encontre beleza na cútis alva, rosada nos olhos aspes, nos cabelos louros, a sombra e natural...

Tome-se, porém, esse tipo mais perfeito da raça superior e atire-o às inclemências dos climas tropicais no trabalho, único valor real do homem para a sua nacionalidade, e verão que monstro horripilante será aquele de tez

queimada e olhos azuis, ao passo que as outras raças desse meio, no trabalho ganham formosura.

E para cada clima há um tipo especial. Os descendentes europeus no nosso clima chegam às vezes a tomar o tipo exato do guarani, o de africano na Europa se torna, às vezes, louro.

Demais para termos essa raça que, creio, foi muito desejada pelos *positivistas*, teríamos de sacrificar a quase totalidade da nossa nacionalidade atual.

Consentirá ela nisto?

A *república*, nas guerras civis, muito tem conseguido; mas se a república lhe deu a *igualdade* para poder matá-la, que lhe resta para a defesa?

XVIII

O Brasil, na marcha em que se vai, é uma nacionalidade suicida, fatalmente, pela política extenuadora e enervadora; política de impostos e empregos públicos, política de *republicanismo* e barriga; política de guerras civis e tiranias, política de conchavos e desprezo pelo público interesse; política de eleições sem eleições.

Mas é tempo ainda de salvá-lo, se se souber aproveitar esse tempo sem delongas, sem projetos de reformas ou reformas sempre nefastas, pois onde a base é falsa, tudo mais é transitório como os nossos governos que hoje fazem uma coisa à custa de muito dinheiro e sacrifícios, para o que vier amanhã desfazer ou não concluir, senão ele mesmo como ocorreu com a lei da vacinação

obrigatória; e o que vier depois tornar a fazer para não ser concluído, a proporção do interesse dos empreiteiros, única classe que existe definitivamente entre nós.

Melhorar a atual raça, modificar as adventícias adaptando-as, aos nossos climas, criar laços indissolúveis entre as diversas raças, torná-la apta para a luta, consciente do seu valor; ensinar-lhe que as raças só são superiores pelo trabalho e dignidade adquirida nesse trabalho, e dizer-lhe que não é a cor que influi na degradação do sentimento, porquanto os antigos escravos na Europa, gregos ou germânicos ou celtas ou gauleses, se degradavam mais do que os africanos; ensinar-lhe o meio de buscar no nosso solo, mesmo solo abençoado e santo, tudo o que ele guarda, e que tem dado e dará aos que de longe veem, sem forças para resistir o seu clima, como os que aqui vieram nascer de climas mais aproximados, dizer-lhes que a luta profícua está no trabalho, que só o trabalho dá a riqueza necessária ao homem, que lhe conserva a alegria natural, sem lhe gastar a alma; preparar os filhos do sul para irem buscar trabalho e fortuna no norte, e os do norte no sul, como os da Europa vem; e fazê-los percorrendo este território imenso que vai do Prata ao alto Acre reconhecer que estão na sua pátria deles, pela igualdade das leis, e pelo direito que lhe compete onde aonde deambulam; o que não acontece hoje, que basta mudar de município para ser um estrangeiro, teremos lançado as bases da maior nação do mundo, pela sua homogeneidade, no mais fértil terreno do globo, em condições de ser habitado por essa raça máscula onde o sangue do europeu se mistura com facilidade dando um fruto de espantosa seiva; o que não acontece nas raças europeias, pois está provado que os filhos resultantes dos cruzamentos de ingleses e franceses são pouco viáveis, ou estéreis, ao passo que o cruzamento

com as raças dos climas quentes dão produtos fortíssimos e de prolicada admirável.

Teríamos criado assim essa família onde os europeus *superiores* não encontrando mais o *vil* instrumento de suas riquezas, pela condição servil, veriam procurar melhoras para o seu sangue depauperado, preferindo o filho forte, capaz de enfrentar o clima aos filhos louros e formosos incapazes de fazê-lo, sem se deformarem, e por isso ocultos nas cidades a estiolarem-se nos *clubs*; onde só ganham forças para o *foot ball*.

É o elemento único que vemos para isso o principal fator, será o **Exército Brasileiro**.

Não se pasmem, nem nos julguem paradoxal antes de saber como e em que condições esse exército, hoje apenas foco de indolência e anulação de forças de milhares de homens, apenas à espera do momento em que devem ir levar a vida em defesa da pátria, e por falta de guerras estrangeiras que nunca deveremos desejar, mas nunca deixarmos de aceitar se as nos vem trazer, outro papel não tem tino senão o de buscar senhores para o povo, e para ele tão bem, e conservá-los, os senhores, que tendo muito curto o prazo de senhorio, tem naturalmente de buscar meios de prolongá-lo o mais possível, pelo terror e pela corrupção; criar, enfim, as modernas *patriarquias*, poderá ser o modelador de uma nacionalidade.

O primeiro passo, porém, seria estabelecer para o Brasil um governo superior de longa permanência, responsável durante a sua gestão pelos desastres voluntários, o que não acontece com os que aí estão que pela condição em que se acham, nem só não são responsáveis amanhã pelo que fizeram hoje, como poderão vir se unir aos que protestam contra os seus erros de ontem,

acusando ao seu antecessor da culpa, quando ele não é mais do que o colhedor dos frutos daquela planta daninha que o seu acusador de hoje plantou ou auxiliou na cultura.

Um governo enfim pousando acima das contingências dos partidos, fiscalizando os seus agentes, e os designados dos partidos nos atos que interessam o bem comum; governo finalmente que não divida o país em vencedores e vencidos, ou em produtores e gozadores, em que só se encontrará na modificação, ou pela luta sangrenta aniquiladora dos povos, ou pela corrupção, que mais do que as lutas os aniquila, na alienação do caráter e, portanto, do estímulo engrandecedor.

XIX

Afastar as forças armadas da política dos partidos é uma das primeiras necessidades.

Essa política é a causa principal de todos os males das classes,

É a proteção quase sempre, com prejuízo dos que mais merecem, ou que concorrem com o mesmo direito, de onde a necessidade do oficial se filiar aos partidos; antes, se unir ao serviço de um chefe, sentar-lhe nas escadas, acompanhar-lhe a pessoa, e assim a farda brilhante e gloriosa ante o materno olhar da Pátria, vai se modificando em libré, aos olhos dos *senhores*, e aqueles galões ou bordados tão fascinantes aos olhos entusiastas das multidões, vão buscando os tons das lantejoulas, senão os galões do esquife que encerra um morto, embora luxuoso, mas sempre, morto.

Que é o corpo que encerra uma alma anulada, senão esquite?

Na *república* essa corrupção tem se tornado irrisória.

E tão obcecado tem estado o exército que nem sente o insulto público que lhe lançam.

Como compreender-se promoções aos postos superiores como objeto da confiança do presidente da *república*, sem se aceitar que os não promovidos embora com direito, não merecem confiança, e, portanto, são capazes de trair, o que no militar quer dizer traidor, pois para manchar o nome de um militar basta a suspeita!

Retirar o exército da política dos partidos, não quer dizer retirá-lo da política do país.

Nem se poderia compreender nos tempos modernos, numa corporação sobre que recaí todas as grandes e urgentes necessidades do país, como instrumento apenas da vontade dos outros, obedecendo às leis que se lhe impõe, de onde surgiria a necessidade das discussões e protestos nos quartéis.

E os protestos dos quartéis são as revoltas.

As corporações armadas teriam o direito de ocupar nos parlamentos nacionais, tantos lugares quantos as forças correspondessem no recenseamento eleitoral, aos civis.

Não seriam, porém, votantes as praças de pret, nem mesmo os alunos das escolas militares, embora entre elas existam individualidades superiores.

A eleição para os militares obedeceria ao mesmo senso alto, cada oficial tendo direito a tantos votos quantos as suas *etapas* diárias.

Não haverias, portanto, o perigo da predominância dos primeiros postos que são numerosos; antes predominariam aqueles em que a luta, a experiência,

a idade, o sofrimento, as decepções ensinam a meditar, sem esse fogo, sem essas expansões tão próprios à juventude, e que, às vezes, na idade da madureza faz derramar-nos um travo de amargura, por não ser possível desfazer o que aquele passo fez.

Assim as forças armadas mandariam ao parlamento homens que buscassem defender os seus interesses gerais; iniciando os seus melhoramentos e vantagens, levando para lá uma ordem da sua corporação que deveria defender.

Esse engodo que eles estabeleceram na *república* da representação das classes armadas lhes foi mortífero.

Os que ali vão não a representam, sim ao partido que os elegeu, que hoje se reduz a homens.

É, portanto, um suíço político; e com poucas exceções e por isso eles procuram muito propositalmente aqueles que, ou não estão em condições de reagir, ou adaptáveis a tudo pelo interesse. Ou então aqueles que abandonado a sua classe pelo seu partido, vão até a imprensa, ostensivamente, insultá-la na pessoa de seus chefes, às vezes, se esses chefes não são da grei da obediência absoluta e degeneradora, ao patriarca local.

Compreender-se-á bem como iludindo as forças armadas com essa representação, se descobre o propósito de não assumirem eles, os políticos, as responsabilidades, desde que lá estão interessados.

Apenas esses interessados procuram o seu bem-estar, lucros melhores, licença permanente para estar aonde convém e onde possam ainda ganhar, e apesar disso, concorrem, e com *relevantíssimos serviços*, as promoções por merecimento, enquanto os que tinham direito e foram preteridos por eles, se

veem na necessidade de ainda lhes ir fazer a corte, pedir-lhes a benevolência, cantar seus méritos republicanos, para assim talvez, conseguirem na outra promoção o que de direito lhes já pertencia nessa.

Com tal justiça como criar-se o caráter altivo e disciplinado que exige tal carreira, senão rebaixá-lo, torná-lo apto a todas as pretensões desarrazoadas, fazendo submergir a ideia de pátria na ideia da facção que nada mais é hoje do que a vontade de um homem, que ganhou forças à custa da fortuna pública, e por isso se torna grande homem, e até patriarca?

Bastaria uma rápida digressão pela história de nossos dias, para provarmos o que acabamos de dizer, senão tivéssemos absoluta convicção de que o que dizemos está na consciência de todos, e em muitos, com aquela amargura letal de quem tem necessidade às vezes de suplantar os mais puros sentimentos da alma pela necessidade atuante.

Agora no Livramento dois pobres pais, artistas infelizes, davam um espetáculo onde riam e brincavam, enquanto no albergue onde pousavam estava um filhinho morto; talvez o único, para cujo enterro era preciso o produto daquele espetáculo.

Oh! Os cadáveres do ideal! Que valem eles a par do cadáver de um filho?

É a comédia da vida que só pode dar essa criação estupenda dos patriarcados modernos.

A *santa* infâmia! E se não quiserem assim, não são somente os cômicos, os que representam nos teatros, os que devem passar por esse transe...

Adiante. A Rússia precisou de séculos para acordar. Até lá os nossos patriarcas já terão desaparecido na morte pela velhice, se antes o terror não os matar.

Todos. O povo brasileiro é *manso, e obediente...*

XX

Serviço militar obrigatório para fazer desaparecer as distinções de raças, e nascer a distinção da inteligência, da aplicação, do comportamento, do caráter, enfim, é de urgente adoção.

Cada quartel será uma escola, onde o amor próprio do oficial, seja o principal estímulo e a correspondência por parte das praças, o melhor elemento de êxito, como se poderia tomar por exemplo de iniciação o atual 2º Regimento de Cavalaria destacado em Jaguarão.

Na nossa raça e sua índole, a bondade, as atenções sem condescendências absurdas, tem mais força do que a rigidez disciplinar.

O oficial tem mais força, ganhando o afeto de seus comandados, do que os mandando com essa gravidade e energia usada em outros povos, onde os chefes só conhecem os seus comandados pelos números.

Nas raças entusiastas a figura do chefe impõe mais do que o código disciplinar.

Quanto possível seriam esses quartéis, antes acampamentos em terrenos próprios a serem agricultados; divididos em tantas secções quanto companhias.

E estas secções divididas ainda em jeiras ou lotes correspondentes aos pelotões. Essas jeiras seriam cultivadas pelos respectivos pelotões.

Ninguém seria obrigado a trabalhar, mas os que não trabalhassem não teriam lucros; e seriam desligados desse meio, ficando no quartel central. Isto é, o serviço agrícola seria facultativo.

Os quartéis deixariam de ser esses que se tem estabelecidos, que não obedecendo a condições bélicas de defesa, são mais nocivos que úteis, segundo as leis higiênicas; conquanto poucos soldados neles pernoitem; tendo muitas famílias, e outros obtendo *desarranchamentos* para poderem contrai-la embora provisoriamente.

Os quartéis ou acampamentos seriam casas pequenas, bem arejadas, feitas pelos próprios soldados, auxiliados por artífices, sendo elas motivo de especial inspeção; e o aquartelamento do habitante senão se mostrasse digno de habitá-la. Um casarão para os que não possam habitar ali, e uma ala para que os que não queiram.

Essa liberdade de habitação não implantaria a indisciplina, desde que ela não se mostre hoje mais entre os que são desarranchados do que nos que vivem no quartel, onde buscam todos os meios para sair,

Fácil seria a designação dos que deviam prestar os serviços militares diários sem prejudicar o trabalho agrícola de sua jeira.

E para os exercícios seriam designados dias, na semana.

O produto dessa agricultura seria vendido ao fornecedor do mesmo corpo, e o excedente vendido ao governo para o consumo das outras corporações e o produto dessa venda dividido entre os agricultores, ou depositado em nome deles na Caixa Econômica.

A despesa com esse quartel granja, seria muito menor, na compra de terreno e edificações de que a feita com esses casarões que se deterioram facilmente e exigem gastos constantes, ou com os aluguéis de casas impróprias e anti-higiênicas, por longos anos.

A suscetibilidade dos *filhos de famílias* de empunhar o instrumento do trabalho não teria razão de ser, desde que se tornava ele uma disciplina, como empunhar uma carabina, conduzir a mochila, e a força gasta não seria maior do que a despendida na ginástica.

Mas todas essas suscetibilidades desapareceriam desde que o trabalho se tornasse dignificador, e não há nada que mais dignifique o homem livre.

Só a escravidão infamou o trabalho.

Assim terminando o tempo de praça, esse HOMEM que saísse do exército não seria um indolente, um capital morto para ele mesmo, obrigado a procurar um emprego, muitas vezes indigno de quem já vestiu a farda da mais nobre agremiação de um povo.

As escolas militares não seriam mais o refúgio de velhos soldados inválidos somente.

Ali os alunos permaneceriam um ano, no estudo agrícola, e para ali poderiam ir todas as praças que terminassem o seu tempo, com as mesmas regalias concedidas aos colonos europeus.

O pessoal destinado às escolas seria designado pelos comandantes de corpos, de acordo com a aptidão e aplicação das praças, por uma porcentagem relativa e por sorteio.

Nas escolas seriam designados tais e tais para seguirem tais e tais cursos de conformidade com as aptidões demonstradas.

E para seguir tal e tal ramo, não seria condição absoluta o resultado dos exames, sim a aplicação, e o que vulgarmente se chama vocação.

As notabilidades não são as que se mostraram mais brilhantes, e de mais rápida compreensão no curso escolar.

Ao contrário. Esse brilhantismo escolar é quase sempre predicado de um gênio versátil, e pronto a abandonar uma ideia com a mesma facilidade com que se apodera dela.

O gênio criador, ou antes o gênio produtor é sempre aquele que revestido de calma e paciência habitua-se ao trabalho mental, a luta tenaz e persistente do pensamento.

Esses, ordinariamente, são medíocres estudantes, por que não podem abraçar com rapidez a generalidade das matérias que abandonarão apenas deixem de ser obrigadas a estudá-las.

As chamadas escolas preparatórias seriam em comum para os candidatos aos postos do exército e da marinha.

Foi essa ideia, de alto patriotismo, do marechal Floriano, que sem dúvida a concebeu, depois que viu o despenhadeiro em que os politicantes colocavam a pátria explorando as duas classes.

Ali a juventude se irmanará. Criarão amigos entre si.

E, saídos da mesma cuba, destinados aos mesmos fins da defesa da pátria, o espírito de classe desapareceria, e os mesmos olhos olhariam para o santo lábaro da nossa nacionalidade, que nunca deveria tremular em guerras civis, sobretudo aquelas que não tem outro fim senão preparar o terreno para os tiranos, sem alma nem coração, sem ao menos a coragem de irem em pessoa defender no campo da luta o seu interesse deles, os patriarcas enfim.

XXI

Segundos sábios observadores, no Haiti, graças à liberdade, o bem-estar. a cultura inteligente, o tipo característico dos negros desaparece; o nariz se afila e os lábios perdem sua espessura; até os cabelos se modificam, e certamente o característico ângulo facial, mesmo sem mistura de raça.

Cientificamente é justificável essa modificação, porquanto nas pessoas livres, e encarregadas de prover a subsistência em povos policiados, a responsabilidade moral atuando, o cérebro conserva-se em atividade, podendo-se dizer mesmo em movimento.

Esse movimento tende a modificar o crânio, e, portanto, a face, bem como o repouso absoluto do cérebro, ou o trabalho sumário, tende a modificá-lo deformando-o, aproximando-o dos animais que mais se aproximam do homem selvagem, tais os felinos.

Assim vemos o mais formoso busto alterar-se completamente na loucura, assim vemos raças de climas frios, verdadeiros monstros, como os esquimós, e como deviam ser, na fisionomia, aqueles antigos habitantes das florestas europeias, sanguinários, silvícolas, senão antropófagos.

Agora mesmo temos um exemplo nos povos asiáticos.

O japonês por sua vida livre, alegre, intelectual, se distancia tanto do chinês, a ponto de não querer pertencer a mesma raça amarela, e buscar sua origem no mesmo tronco dos europeus.

Compreende-se que a educação moral e intelectual das raças saídas da africana, delevada a ingrata mácula da escravidão de seus pais ou avós, igualados a todos os outros na nobreza da farda; distinguindo-se pelo caráter,

pela inteligência e aplicação, fácil seria modificar o tipo pelo cruzamento, e então fazer desaparecer essa raça chamada inferior, e sem anulamento de tão poderoso elemento para os nossos climas, criar-se essa raça valente e resistente, inteligente e ousada, inventora e ativa, de índole alegre e alma carinhosa, de que já temos exemplos.

No norte, na Bahia, pelo menos até ausentarmo-nos de lá, esse preconceito era excessivo. Nenhum homem que tivesse traços que pudessem ser atribuídos à raça africana poderia aproximar-se de uma família de distinção e raça branca, pretendendo unir-se a ela sem que primeiro fosse verificada sua origem e desfeita a suspeita; fosse o portador de um título, ou uma grande mentalidade, ou possuidor de grande fortuna.

Foi isso causa de muitos desastres, e anulação de verdadeiros méritos.

No Sul, esse preconceito era moderado; em muitas partes não existe. E os casais formados desses elementos tão distanciados, não cedem em brio, dignidade, amor e ordem aos mais dignos; ao passo que muitos que procuram elementos puros europeus, levam, às vezes para o lar verdadeiras almas *negras*.

Shakespeare, o grande psicologista, quando descreveu os amores da fidalga Desdêmona por Otelo, e fez dizer a um patrício veneziano, depois de ouvir a justificação do herói, para mostrar que não tinha empregado meio outro para ser amado pela nobre e formosa patrícia, senão narrar a sua história, suas lutas, seus sofrimentos, seu cativeiro como prisioneiro, que até a sua própria filha poderia amar tal herói, compreendem bem a alma da mulher.

Esse desejo de prole heroica, generosa, que dignifica os povos, liberta-os, eleva-os, conquista mundos, só o sangue de um herói lhe poderá fazer realizar.

E a mulher d'alma, a mulher consciente do seu dever, não poderá compreender a existência da família senão num povo livre, e nenhum país será livre se elas não sabem criar a alma e o corpo de seus filhos.

Portanto, toda e qualquer despesa seria justificável para criar-se esses núcleos de educação, onde a inteligência encontraria meios de se desenvolver, tão difíceis nas classes desprotegidas da fortuna, e assim criar-se-ia essa nova fidalguia, a da inteligência educada sob os princípios da disciplina que empregada como meio moral constitui o maior elemento de ordem e de grandeza dos povos.

Feito isto, o futuro já não seria esse ponto a que se pretende chegar por caminhos divergentes, pela diversidade de raças e menosprezo por umas, e o ódio dessas para as outras.

Formado esse povo resistente, as raças europeias que buscam nosso território se achariam em contato, e seriam absorvidas, melhorando as condições das nossas pelo cruzamento, e das delas pela necessidade desse elemento resistente nos nossos climas.

Não aconteceria o que se vai dando, de colônias especiais, limitadas nos seus costumes, com o seu sangue próprio aos climas frios, e, portanto, impróprio aos nossos, nos árduos misteres do trabalho manual das nossas florestas, das nossas serras, que, podemos dizer, ainda estão intactas.

Demais, a política republicana na marcha em que vai, provocando por toda a parte guerras civis que custam milhares de vidas do nosso elemento, em pouco terá extinguido, por assim dizer, essa raça brasileira; e os europeus não podendo suportar esse trabalho esgotador nos trópicos, terão de provocar o êxodo dos negros norte-americanos para cá; para trabalharem e venderem a

eles, os da raça superior, os seus produtos, ou estabelecer de novo o tráfico africano, embora sob a denominação de emigração, que na África, ainda hoje, outra coisa não é senão venda e compra de escravos.

Essas colônias dos três estados do sul, plantando batatas, feijão, milho e cará, não constituem objeção ao que dizemos.

O Brasil não é esses pequenos territórios; e nem esses produtos suficientes pela estreiteza do trabalho podem constituir riqueza de um país, nem dos próprios agricultores.

XXII

Enquanto durou a escravidão, pecado original da nossa nacionalidade, e de todos os povos, impossível seria tentar a criação de uma raça própria. Abolida, porém, como foi entre nós, aquela iníqua lei, e o elemento a ela sujeito tendo dado provas quando a quando se exigiu, da sua elevação de caráter e inteligência, esse devia ter sido o primeiro cuidado dos nossos estadistas.

Mas, desgraçadamente, uns só se preocupam com a diplomacia, com as nossas questões externas, outros suspeitos pelo sistema são desaproveitados e anulados; alguns que poderiam pensar no futuro da pátria gastam toda a sua atividade nessa ingrata luta de partidos que só consiste em formar grupos que os sustentam; e os outros a generalidade, só cuidam de suas pessoas embora tudo sacrifiquem, ou embora tudo leve o diabo, desde que o seu interesse, deles, seja salvo.

Só assim se poderá explicar o abandono, a desídia, o relaxamento dos governantes relativamente às fontes produtoras do país, e o esforço para obter

empréstimos que eles, os governantes atuais, empregam com lucros para os seus amigos, e que os trabalhadores de amanhã terão de pagar; se continuamos a consentir em que o dinheiro público seja do governo que o emprega como bem lhe parece, até em levantamento de estátuas que um dia serão abatidas por dignidade do povo, senão se resolver a escrever-lhes na peanha os feitos anti patrióticos dos ali perpetuados, e a queda moral do povo na época em que foi governado por homens que decretavam e erigiam tais monumentos.

A estátua do minotauro não devia ter sido destruída desde que não se pode apagar os traços que a sua criação fabulosa imprimiu.

Nem as dos *imperadores romanos*, porque derrocar uma estátua não é deleva os feitos dos neles representados.

Ao contrário, servirão de motivo ao aprendizado dos outros.

Sócrates, se não nos falha a memória, levava ébrios para as suas aulas para implantar nos discípulos o horror pela embriaguez; assim a perpetuidade da memória dos causadores de desgraças de seu povo, no interesse estreito e desprezível de suas pessoas, servirão para ensinar aos outros, como tal crime nem aos seus aproveita, pois a fortuna que lhes fica, se basta para os gozos da vida na indolência, não bastará para fazer calar o clamor público que os aponta, apenas desapareça a sua *força* facciosa, se o perdão não foi a virtude das almas dos que foram vítimas, se não tiverem achado melhor serem venais.

Despreocupados da política de partidos, os nossos estadistas seriam obrigados a encarar um outro perigo, o mais terrível para a nacionalidade, e que a política dos partidos é a principal causadora, em parte, tal a adoção do que se chama, entre nós, profissionais liberais, fonte de anulamento do caráter e das forças no melhor elemento de nossa atualidade.

Calcular-se a relatividade da nossa população para o número de doutores que hoje são brotados, com rapidez espantosa, das nossas academias; e que nas povoações disseminadas não terão o ganho suficiente, ao menos para a existência, e aglomerados nas cidades serão indigentes; e se supõe-se que a emigração progressiva aumenta o terreno para o exercício dessas profissões enganam-se; será o contrário, porque com ela virão os profissionais de que precisem; calculando-se que o único meio será procurar o emprego público factível de demissão, e portanto impondo submissão indigna duma alma de moço, e vergonhosa nos velhos, para eles mesmos que cada bocado de pão obtido é adubado pela sua própria dignidade, se a alma não se lhe entorpeceu no cinismo; calculando-se que nesse funcionalismo assim aumentado, a remuneração não pode corresponder às necessidades, e portanto o empregado público, embora vitalício, será uma força anulada somente no ganho do pão de cada dia, sem ao menos ter essa grata esperança, conforto da alma, de poder no trabalho adquirir um teto para a velhice. E calculando-se que eles veem um indivíduo, por isso ou por aquilo, ser colocado em posições honrosas, bem remuneradas, com direito de demiti-los, de arrancar-lhes o já minguido pão dos filhos se não lhes obedecem como escravos, se falecendo-lhes as forças para o trabalho, não vão levar-lhes a honra de sua alma de velho, como os antigos condenados a de suas filhas ao sultão que lhes salvasse a vida, e ver-se-á a que ponto vai esse sistema nos levando, e se amanhã um *presidente de estado* nascido do conchavo dos grupos poderá ou não ser senhor da fortuna pública, só deixando o lugar quando, como as sanguessugas, estiver cheio; ou como mais usualmente, quando necessitam de espairecer, ou preparar-se para lugares

melhores, de mais ostentação, já tendo formado enorme pecúlio à custa do tesouro e no interesse do seu partido.

Tudo pode ser. Mas nos tempos modernos tudo é rápido, e o Brasil que viu com que rapidez se entregou a sua fortuna, o seu futuro, tudo seu a uma grande companhia política, poderá com a mesma rapidez criar o único embaraço a criação dos patriarcas nessa companhia, ao invés de correr às armas em guerras civis onde só morrem os que menos interesse tem, criar essa outra força, a força do vibrion, a força do micróbio desprezível que aniquila árvores gigantescas, que sopita a vida, num momento, do mais poderoso *senhor*.

E esse será o único recurso se o caminho for esse que tão galhardamente vão trilhando os grandes *republicanos*.

XXIII

Se pensarmos que as famílias mesmo que dispõe de terras, mas que não ensinam aos filhos o valor dessa terra, afagada pelo seu braço carinhoso, criadora dessa entidade divina -- o caráter, e buscam a política para poderem colocar esses filhos num emprego pouco rendoso e sem futuro; se pensarmos que dividida a fortuna paterna pelos filhos, e não aumentando eles o seu capital pelo trabalho, seus filhos, os netos do grande estancieiro, serão pobres, porque não tem coragem para um trabalho em que não se habituou, embora o europeu ali perto, numa nesga de terra que lhes comprou, se não faz grande fortuna, *mania republicana*, ao menos tem o que é seu, o que dará pão e conforto aos filhos; veremos o perigo, já certamente, bastante para o nosso aniquilamento.

Será o emprego público o único futuro desses que nasceram na melhor condição de serem homens livres; e o emprego público não podendo agasalhar a todos, que luta vilã e infamante nesses grupos formados por tais candidatos? Imagine-se o Brasil transformando nos centros populosos, em uma Nápoles do tempo dos Lazzaroni prontos a auxiliarem as empresas mais tregas e arrojadas na esperança do *botim*, soldo único dos facínoras... Rir-se-ão de nós os governantes, ou candidatos às posições rendosas, porque o Brasil é grande, é rico.

Será sim; para os que puderem explorá-lo, estabelecendo uma outra escravidão, como a de agora, que diferencia apenas da antiga porque lá o senhor velava pelo escravo; agora o escravo é quem se encarrega de levar a diária ao senhor, nos impostos absurdos que aumentam cada dia, e que só tem um fim - SER DISTRIBUÍDO PELAS FACÇÕES POLÍTICAS E PAGAR AS FORÇAS QUE AS PERPETUAM.

Os otimistas nos acoimarão de pessimistas; entretanto, por toda a parte se encontra homens e mulheres *brancas*, portadoras de antigos nomes de famílias respeitáveis, muitos dos quais não tendo coragem para o trabalho, ou julgando-o desprezível por terem sido ricos, se rebaixam a ponto de se tornarem desprezíveis; ao passo que os filhos de antigas famílias, de escravos mesmo, que trabalham se elevam e são muitas vezes os protetores daqueles decaídos que comem o pão da misericórdia, sem contudo deixar lugar em sua alma decaída para a gratidão.

Entre muitos fatos citarei um que me pungiu profundamente.

No sertão da Bahia era nossa casa sempre pousada de quase todos os viandantes, que por ali, ou próximo, passavam; por isso tivemos de dividir a sala de refeições.

Um dia foram-nos hóspedes dois antigos companheiros de infância.

Um de família fidalga e poderosa, mas reduzida à pobreza, não teve coragem de trabalhar e vivia aqui, ali, sempre hóspede, sempre malvestido, em um magro cavalo, ridicularizado, apesar da sua bela cabeleira, sua tez alva; o outro um filho de antigos escravos, liberto no ato do batismo.

Trabalhador, já era um pequeno fazendeiro, bem vestido, com sua cadeia e relógio de ouro, suas botas envernizadas, uma gravata bem atada, apesar da sua mão calejada, porque com quanto na abastança, trabalhava à frente dos peões que alugava.

Sentaram-se ambos à nossa mesa familiar.

A santa esposa que Deus me permitiu, fonte única de minhas esperanças, apesar do seu nascimento e educação na capital, da sua próxima descendência dos ricos armadores Amorim Filgueiras e dos fidalgos Albuquerque, e dos Autrans cujo nome ilustre ainda existe na França e na Espanha, e se perpetuou no Brasil pela sua distinção intelectual como mestre em medicina e jurisprudência, não se sentiu ofendida vendo à sua mesa aquele homem feito por si mesmo.

Mas quanta amargura nos causou aquele meu antigo companheiro de infância decaído por julgar desprezível o trabalho!

E quanto me alegrava no confortamento das minhas ideias, que já eram então as que hoje tenho mais desenvolvidas a este respeito, a habilitação pelo trabalho, o outro!

Moralmente, para os homens de alma, e para as mulheres que queiram ser respeitáveis, qual terá mais valor?

O serviço obrigatório do exército, e a educação militar como propomos, seria meio de se privar a anulação daqueles, obrigando-os a amar o trabalho, e de maior prestígio desses dando-lhe uma educação apropriada para o desenvolvimento da inteligência podendo aplicar os seus conhecimentos ao trabalho, dispendendo, portanto, menos quantidade de força corporal e multiplicando o produto da terra e as pequenas indústrias próprias deles.

Assim teríamos o incentivo, a emulação, para o progresso. Desapareceria, pelo menos nas classes medianas, os preconceitos pessoais, e surgiria a lei do valor próprio.

E este Brasil não seria apenas a grande pátria das raças do futuro... Seria a grande pátria da atual raça, engrandecida, fortificada, melhorada, aformoseada; impondo-se ativa como nacionalidade, como hoje o Japão, que na sua grandeza heroica não poderá maldizer a sua raça, o seu tipo, e invejar os formosos tipos europeus, próprios a terra deles.

XXIV

No ponto a que chegou a *república*, pelo descrédito administrativo, pela indiferença dos governantes, ante as calamidades futuras, oriundos do descaso deles pelos perigos que poucos convictos lhes apontam sem descanso, e sem

outro fito que procurar melhorar as condições atuais, para permitir a nação uma orientação melhor, só dois caminhos se apresentam

Um cruel e de perdas irreparáveis, e sem resultado profícuo -- a revolução; infalível em todo o país, desde que um estado pegue em armas.

Esse estado aí está à espera somente do momento em que um qualquer desses valentes que já conheceram os perigos, e neles não entibiarão a alma, seja obrigado a correr a coxilha -- é o Rio Grande do Sul.

Enganam-se os que governam povos, e que só se fiam nas suas brigadas, quando pensam que porque morreram tais e tais homens tudo está terminado.

Assaz teremos escrito que não são indivíduos que fazem revoluções, são governantes.

São eles que mesmo entre os seus criam adversários, quando os homens de brio e patriotas que os seguem veem como eles malbaratam o nome e o pundonor do seu povo; aniquilam suas tradições, obrigando-os chamá-los covardes, porque se aquietam medrosos da força armada, embora vilipendiados; ou aceitam o epíteto de corruptos e venais, quando tudo suportam por um bem-estar pessoal.

E temos demonstrado que o caudilho que se faz herói lendário não é o que a presunção aponta.

Ele nasce onde menos se espera, mesmo contra a vontade dos que se julgam únicos.

Gumerindo Saraiva é exemplo disto. E de uma centena de valentes que eu vi partilhar de suas glórias, não sei qual o que não esteja pronto para chamar os outros companheiros, e os que sonham com aquele renome ganho por tantos

mártires, no momento em que o espírito altivo do Rio Grande entender dizer que que governam -- Basta...

Plácido de Castro, que foi um simples soldado das fileiras federalistas, deu prova no Acre do que afirmamos.

O outro, a única válvula que pode dar escápula a essa tensão, é o parlamento. Será preciso uma luta de Hércules. Ou um sacrifício cristão nesse meio em que os governantes tudo podem e se esquecem do bem da pátria pelo interesse das facções. Temos dito mais de uma vez não acreditar no benefício que poderia trazer as minorias num meio como este. Mas é preciso notar que a taça da paciência vai se esgotar, e o indiferentismo pelo futuro da pátria vai desaparecendo.

A linguagem do sr. Pinheiro Machado, falando agora, o que deveria ter falado depois da pacificação, e não o fizeram até hoje, indica uma época de transição inadiável.

É ainda o Rio Grande o único que pode iniciar a campanha moral que terá força para acordar os espíritos patrióticos e mostrar-lhe os perigos iminentes.

Só o Rio Grande tem um partido definido, um partido de luta, um partido de sacrifícios, que tem o direito de exigir e impor, que terá a linguagem altiva do valente repercutindo e refletindo os feitos de seus heróis, e não a retórica tão fácil de se intumescer por ideias hoje que abandonará amanhã, se assim determinam as conveniências, como as algas que se intumescem da natureza do líquido que as embebe, e que o sol do interesse ou do despeito, exaure para dar lugar a outro.

É preciso, porém, ter-se em conta que essa oposição não pode ser sistemática aos indivíduos; sim ao sistema.

É preciso que quem tomar a si a responsabilidade enorme da luta, não tenha um momento de descuido, não perca nenhuma oportunidade para demonstrar que tudo que se têm sofrido, e tudo que se há de sofrer, inclusive o esfacelamento, ou a ditadura infamante, é devido ao sistema e não aos homens, que não podem sair fora da lei que lhes deram; que não tem força para a elas se oporem; e que não são santos para se sacrificarem desfazendo o que lhes dá força, importância e fortuna.

Estabelecido o programa base do partido como está, cada conceito nele exalado será um ponto de partida.

A política não é ciência positiva; sim um misto de ideias e observação.

Cada premissa estabelecida tem que procurar todas as intercorrências; atendê-las, chegar a conclusões que se não exatas não retrogradem, e não anulem os princípios.

A ampliação desses princípios é sempre de resultado benéfico.

Querer firmar-se neles como num dogma é deixar que outros que ontem os combatiam se coloquem na vanguarda amanhã, e desfraldem sua bandeira, a mesma que combatiam ontem, porém mais nova e mais agitada, enquanto aquela, a que entrara em tantas batalhas, pende ao longo da haste, embora a empunhe o herói que se tornou lendário.

Foi a sorte de Bizâncio. Se quedava em discutir o dogma, enquanto as hostes inimigas lhe derrubavam as muralhas.

É um momento de crise decisiva o em que vamos entrar.

Que não caiba aos federalistas do Rio Grande do Sul, por descaso do perigo, perder tudo que acumularam com sacrifícios traz sacrifícios, em cinco lustros de privações pessoais e misérias, e grandezas morais.

Dr. Ângelo Dourado.



A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



Coleção
Documentos
25

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



edicoesbibliotecariograndense.com



ISBN: 978-65-87216-10-2